

Campus

Ulisses Lacava



Givaldo Siqueira: a legalidade do PCB contra os preconceitos

Comunicação debate comunismo e socialismo

(Páginas 12, 13 e 14)

Nicolau El-Moor

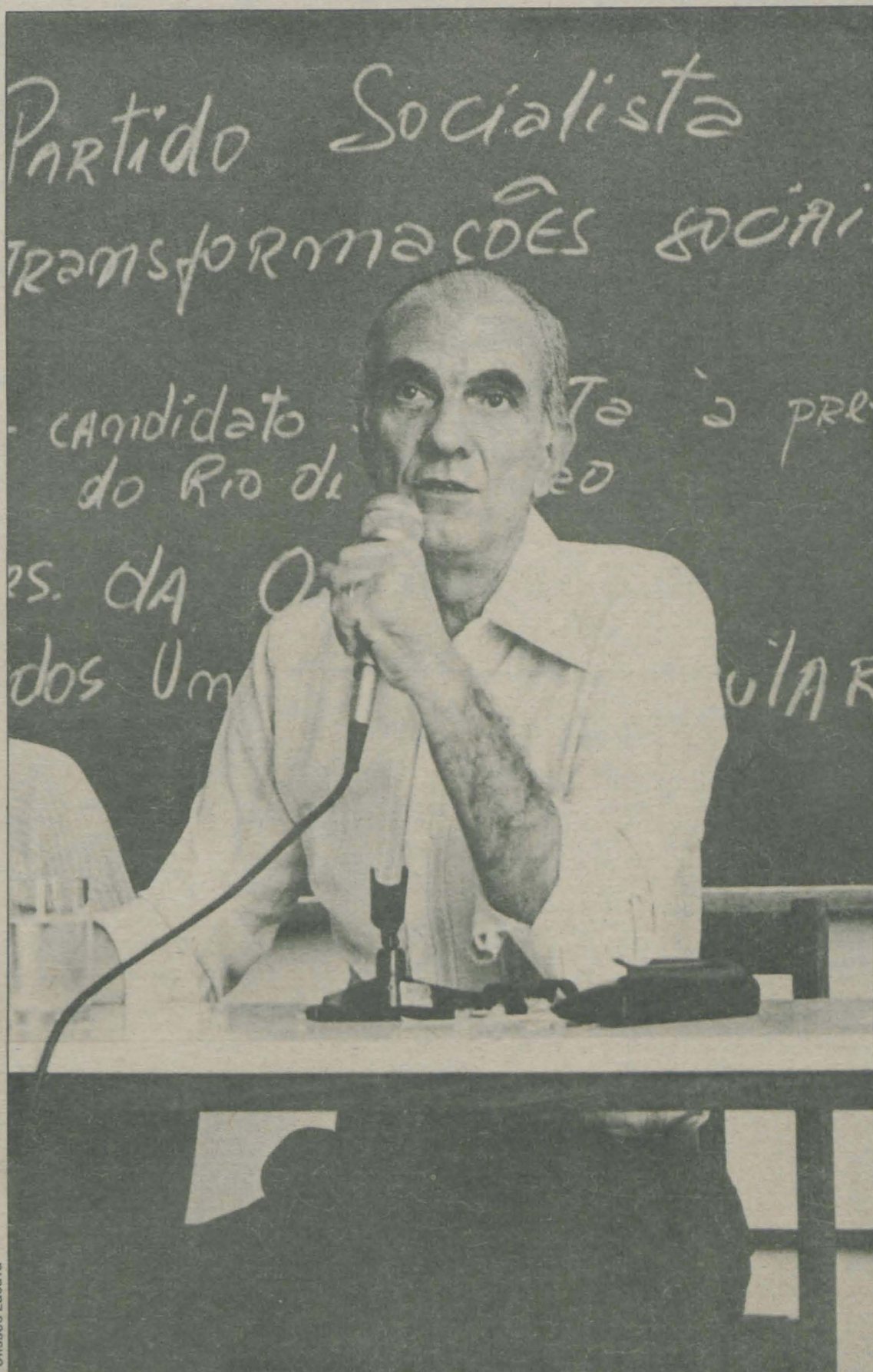


Coutinho, o diretor, e D. Elisabeth, a personagem

"Cabra Marcado", o resgate da violência de 64

(Páginas 18 e 19)

Ulisses Lacava



Senador Saturnino Braga: o PS ressurgiu como a melhor opção para as esquerdas

SUCESSÃO

A campanha está solta. Vem aí o primeiro turno

(Página 3)

ESPAÇO

Universidade x Universidade

Alessandro Gagnor Galvão e
Catarina Guerra

Após os 14 anos da ditadura Azevedo vive-se um momento de transição na UnB. É hora de se começar a questionar o atual modelo universitário e o deplorável nível de ensino dessa imensa escola profissionalizante em que se transformou a Universidade brasileira. Já está em tempo, também, de se reavaliar a tal "moral do engajamento" que faz o intelectual se sentir culpado e/ou ser marginalizado sempre que seu trabalho não visa um resultado social imediato e óbvio. Cabe aqui esclarecer que nós reconhecemos a falsidade do antagonismo Ciência x Política, da forma como ele é posto pela direita. Por outro lado, acreditamos que esse discurso só pode ser combatido a partir de uma nova concepção de mundo, com uma nova linguagem. Parece-nos que, neste sentido, as concepções oficiais de mundo (seja de direita ou de esquerda) têm sido os dois lados de uma mesma moeda, desprezando a importância do livre-pensar e mal avaliando movimentos como o anarquismo e a contracultura.

Durante as discussões sobre o novo currículo do curso de Comunicação, criou-se uma certa polémica a respeito do peso que deveria ser dado a matérias teóricas e

especificamente à Semiologia. Agora, a questão desloca-se da graduação para a pós-graduação e questiona-se a necessidade de ser mantida a linha de pesquisa dedicada às Ciências da Linguagem. A Semiologia, ciência pós-moderna que se dedica a estudar os vários sistemas simbólicos verbais e não-verbais, é comumente taxada de "alienante" e "esotérica" por aqueles que não vêem nela qualquer aplicação política ou prática. Na nossa opinião, esta acusação é, no mínimo, apressada. Se qualquer prática social (e portanto política) necessita de uma formulação simbólica para se concretizar — e toda formulação em signos é portadora de ideologia — como se pode desprezar uma ciência que se propõe a dissecar as diversas linguagens e a ideologia que elas contêm?

Tem-se argumentado também que a pós-graduação do Departamento de Letras já desenvolve linha de pesquisa na área de Linguística idêntica à desenvolvida aqui, e que numa Universidade "pobre" (?) como a UnB tal duplicação de esforços não teria sentido. Pode até ser que o trabalho feito em Semiologia no Departamento de Letras tenha muitos

pontos em comum com o desenvolvido no Departamento de Comunicação. Mas a nosso ver, essa interseção de áreas de estudo e de enfoques dentro da Universidade não é ruim, muito pelo contrário.

Na Renascença, o saber era unificado: ciência-arte-magia. A Modernidade começou a rotular o Universo; vieram as taxinomias, e a fragmentação do saber. Entretanto, a Ciência não se adaptou a estes compartimentos estanques e assistimos hoje à reunificação dos domínios da física e da química e a busca da "teoria dos campos unificados", que legislará indistintamente sobre os fenômenos elétricos, magnéticos e atômicos. A medicina moderna, construída sobre cadáveres dissecados, tende a reconsiderar o homem não apenas como biológico-anatômico, mas também como psicológico-sincrônico. Já o campo das Ciências Humanas encontra-se hoje totalmente abalado, tanto pelas novas ciências que surgem como pelas pesquisas interdisciplinares. Tudo isso aponta para um saber multidisciplinar e totalizante que viria substituir a excessiva fragmentação do atual saber acadêmico.



A Nova República no Paredão

Os mesmos...

Um caso de política

Na disputa dos nomes que preencheram os cargos do primeiro ao décimo escalão o quesito menos importante foi a competência. Fincando o pé na afirmação maniqueísta de que tudo e todos que vieram da Velha República fazem parte do chamado "entulho autoritário", o novo governo embarcou na jogada PMDB X PFL e esqueceu que neutralidade política não é sinônimo de bom desempenho administrativo, mas é um bom caminho para evitar os problemas criados pelos partidos que ficariam de fora do resultado do verdadeiro leilão a que foram

submetidos os cargos dos diversos escalões.

Esperamos todos que a diferença entre a Nova e a Velha República não esteja apenas na troca de adjetivos. Depois de ficar 20 anos sentada no banco de reservas, a oposição — agora governo — deveria ter aprendido alguma coisa com os erros dos titulares, para que estes mesmos erros, agora com uma nova roupagem, não sejam repetidos. Afinal de contas, a política é um meio para se alcançar um fim e não um fim em si mesma. (Carlos André)

Dizia um velho dito popular: "O futuro de um homem está escrito no seu passado".

O dito é o retrato da Nova República. Se você disputou eleições e não foi eleito, pertence à família de algum político influente, é latifundiário ou industrial desconhecido, não se preocupe. Muito em breve você terá um lugar de destaque no cenário nacional: um cargo no Governo da Nova República. E a democracia despondando na "gentil patriamada". (Maria Aparecida de Oliveira)

A volta dos coronéis

Com o advento da Nova República, acreditamos que muita coisa iria mudar, pois a bandeira da esperança, desfraldada em praça pública por Tancredo Neves, assegurava um vasto plano de mudanças. A ordem primeira era "não gastar".

Morreu Tancredo Neves, o País ficou sem o seu principal líder e fiador da Nova República. E sem o seu aval, os seus compromissos poderão não se concretizar.

Já se sabe de coronéis substituindo coronéis, e a oportunidade

que deveria se fazer para civis não pensionados, parece que se vai. O fim das mordomias e da corrupção a todos os níveis é o desejo principal da população brasileira, pois simboliza o passo inicial da grande restauração nacional.

Será que a esperança se desfaz com o desaparecimento de Tancredo Neves, ou será que o presidente José Sarney está apenas dando uma trégua para logo em seguida começar a colocar a casa em ordem? (Wilfrida M. Natali)

MEIO

Democracia audiovisual

Vinicius Doria

Muito se fala sobre o direito de um partido expor, gratuitamente, em cadeia nacional de rádio e televisão, as suas plataformas e propostas. As grandes cadeias de televisão e de rádio, reclamam do prejuízo que sofrem quando são obrigadas por lei a ceder 1 hora de sua programação para que os partidos políticos façam suas exposições. Mas a verdade é que o prejuízo chega a ser insignificante diante do quadro geral dos lucros globais da empresa. E quem ganha com isso é a sociedade, que tem a oportunidade de se familiarizar com as proposições, pensamentos e ideologia dos partidos políticos.

Nós tivemos a oportunidade de assistir, nas últimas semanas, a dois programas transmitidos em cadeia nacional e em horário nobre. O primeiro mostrando as propostas do Partido dos Trabalhadores e o segundo apresentando o projeto do Partido Socialista, ainda sob a sigla do PDT. Apesar de serem programas destinados a apresentação de plataformas políticas, eles tiveram diferenças marcantes no que diz respeito à produção e, o mais importante, diferenças quanto à linguagem utilizada. No programa do PT, a valorização da imagem em tomadas externas. Foi um contato visual com a situação do País, com a pobreza, com os assalariados, com a luta de classes, as greves, enfim, a própria filosofia do partido. Apelo-se também para as grandes estrelas da música e da televisão; como Gonzaguinha, Irene Ravache, Antônio Fagundes, Simone e outros. E como anchor-man, a figura simpática do diretor e ator Paulo Betti. Com

uma estrutura dinâmica e uma produção bem cuidada da Olhar Eletrônico de São Paulo, o PT conseguiu uma das melhores realizações em termos de vídeo da televisão brasileira. E utilizando uma linguagem voltada para o jovem, o partido certamente atingiu seu objetivo.

Já no programa apresentado pelo PDT, a estratégia foi outra. Vítima constante de um vigoroso boicote por parte das grandes empresas de jornalismo do País, a dupla Brizola e Saturnino partiu diretamente para o contra-ataque. Convidou os grandes nomes do jornalismo brasileiro, como Castelinho, Roberto D'Ávila, Villas-Bôas Corrêa, Belisa Ribeiro e outros, pessoas que não têm ligação direta com o partido, e detonou um grande debate sobre o socialismo moreno e democrático como forma de lançar as bases do futuro Partido Socialista. Com uma linguagem dirigida à classe média e alicerçada no carisma do governador Leonel Brizola, que era focalizado quase sempre em close, o programa foi visto pelas pessoas com um misto de surpresa e admiração. Se o PDT queria suscitar a discussão em torno do tema socialismo, não se pode afirmar que tal objetivo tenha sido atingido, mas ficou evidente que a figura de Leonel Brizola mexe muito com as pessoas.

Mas, a política a parte, as táticas usadas pelo PT e pelo PDT para vender a imagem de seus partidos certamente foi recebida com grata satisfação por todos aqueles que já estavam tão cansados da censura e da repressão às formas de linguagem.

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB

Editor Geral: Prof. Carlos Augusto Setti

Chefe de Reportagem: Luiz Gonzaga Motta

Editora de Arte: Profª Maria Rita Leal

Editora de Fotografia: Profª Luiza Venturelli

Editores: José Murilo Milhomem e Wilfrida Natali

(UnB); Ana Cristina Batista, Carmen Simaan e Kátia dos Santos (Comunidade); Luciano Suassuna

e Ulisses Lacava (Nacional); Adalberto Passos (Internacional); Edna Cristina, Mônica Ferreira e Rosane Carneiro (Cultura); Afonso Cozzolino,

Carlos Augusto Dutra, Carmen Montenegro e Rejane Pretti (Ciência); Edna Cristina (Opinião).

Repórteres: Alessandro Galvão; Ana Paulo Araripe;

Ana Paula de Souza; Amneres Pereira; Carlos André de Freitas; Catarina Guerra; Cláudia Rangel;

Cláudi Ferreira; Cynthia Rosa; Eliamara Rocha;

Fabrizio Marques, Flávio Silveira; Ida Pietricovsky;

Idhelene Macedo; Ivan Brscan; Joyce Russi;

Juarez Libaino; Maria Aparecida de Oliveira; Marina Godoi; Mario César

Rosa; Nara do Carmo Ferreira; Nicolau El-Moor; Nina Cláudia Vale;

Rosani Aparecida Frutuoso; Rudolfo Lago; Suzanne Sobral; Vinicius Zambrotti

Dória; Zeila de Freitas Silva.

Diagramação: Catarina Guerra

Fotografia: Nicolau El-Moor e Ulisses Lacava

Laboratorista: Jeová Xangô

Ilustrações: Flávio Silveira, Edson Fogaca, Pedro e Adriano Valle



Democratizar a UnB: a meta dos reitoráveis

Ulisses Lacava

"Por uma Universidade verdadeiramente democrática". "Pela criação dos cursos noturnos". "Por melhores salários a professores e funcionários". "Por melhores condições de ensino". Estes slogans, desta vez, não anunciavam nenhuma greve nem ilustram campanhas eleitorais para o DCE ou para a ADUnB. Nos dias 29 de maio e 3 de junho, 11 candidatos a Reitor da UnB mostraram suas propostas a uma plateia atenta que lotava o Auditório da Faculdade de Tecnologia. De acordo com estas propostas, o velho sonho de democracia e participação tem tudo para dar certo na Universidade de Brasília.

No primeiro debate, na quarta-feira, 29 de maio, compareceram os candidatos Jorge Antunes, do Departamento de Música; Cristóvam Buarque, da Economia; Wolney Garrafa, da Biologia; José Acioly, da Física; José Carlos Coutinho, da Arquitetura; e João Evangelista, da Biblioteconomia. Do debate de 3 de junho, participaram o Diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Márcio Villas Boas; o Decano de Pesquisa e Pós-Graduação, João Cláudio Todorov; o Decano de Administração e Finanças, Danilo Borges; o Decano de Assuntos Comunitários, Elbio Gonzalez; e o professor do Departamento de Administração, Cid Ferreira Lopes Filho.

Durante as discussões, houve alguns pontos de convergência fundamentais, como a necessidade de se democratizar a Universidade, a integração com a comunidade, a reformulação de Regimentos e Estatutos e a criação dos cursos noturnos, além da melhoria nas condições de ensino e salário de professores e funcionários. Estes compromissos básicos tiveram, contudo, diferentes enfoques por parte de cada candidato. Uma importante posição conjunta foi tomada pelos candidatos: o primeiro colocado na lista sêxtupla eleita pela comunidade terá o apoio incondicional dos demais.

Aqui, a plataforma de cada candidato:

JORGE ANTUNES: Defende, como objetivo de sua gestão, a busca do congraçamento entre os membros da comunidade. Esta ideia dá base a sua detalhada plataforma que propõe: criação de creches-mutirão para filhos de alunos, professores e funcionários; implantação do curso noturno; introdução de um colégio de aplicação de 1º e 2º graus; reforma de estatutos e regimentos; transporte para funcionários e residentes do C.O.; revisão dos critérios de ascensão funcional; criação de novos cursos de pós-graduação; melhor aproveitamento da capacidade do corpo docente; melhores condições para o ensino e a pesquisa; atividades de extensão à comunidade do DF; co-gestão na administração; apoio à atividade interdepartamental; criação da Rádio Universidade de Brasília; promoção de novos talentos; abertura da Editora UnB aos trabalhos do corpo docente; geração de recursos que garantam a autonomia da FUB; e aumento salarial de professores e monitores.

JOSE CARLOS COUTINHO: Durante o debate, revelou que não tem uma plataforma montada, apenas ideias como democratizar e desmistificar a administração da Universidade, colocando-a a serviço da comuni-



Os reitoráveis em debate no último dia 3 de junho, na Tecnologia

dade, além de despersonalizar o cargo de Reitor. afirmou que é candidato por "inércia", ou seja, concorre por haver participado da lista sêxtupla do ano passado. Sobre a lista a ser eleita neste mês, Coutinho afirmou que deveria conter novos nomes, como João Evangelista, José Acioly, Elbio Gonzalez, Murilo Ramos e Antônio Ibañez.

JOSE ACIOLY: Como plataforma, propõe a horizontalização de toda a estrutura da Universidade. Segundo Acioly, a causa da situação atual da UnB é a ideia implantada de hierarquia e autoritarismo. Para combater esta ideia, defende a reestruturação e democratização dos órgãos colegiados, transformando-os em um instrumento deliberativo e representativo da comunidade, além da implantação de uma estrutura que faça a democracia funcionar independente de quem seja o Reitor. Propõe a reformulação dos cursos básicos, maior qualidade no ensino e na pesquisa, reforma nos estatutos e regimentos, mudança no pensamento autoritário "com que todos nos acostumamos" e a volta do entusiasmo acadêmico.

WOLNEY GARRAFA: O candidato preferiu fazer um histórico da resistência contra o autoritarismo e da criação da ADUnB, entidade da qual foi fundador e presidente. Não quis fazer propostas concretas, alegando a situação de pobreza que o País vive. Compromete-se com a democratização em todos os níveis e com alguns pontos básicos, como a reforma dos regimentos.

CRISTOVAM BUARQUE: afirmou que assumir um cargo cheio de tarefas como o de Reitor impõe um sacrifício intelectual muito grande, pois durante quatro anos se abandona a sala de aulas e se deixa de lançar qualquer publicação. Ainda assim, se for o escolhido, terá uma grande satisfação em promover "a reinvenção da participação da comunidade" dentro da "grande aventura de reinventar este País". Sua plataforma se compõe de três pontos: revisão dos currículos, administração democrática e integração com a comunidade. A revisão dos currículos é necessária porque a maioria deles foi implantada dentro da concepção de educação do regime autoritário. Com a falência deste regime, as certezas que antes existiam se mostraram inconsistentes. O ob-

jetivo é promover um amplo debate sobre a reestruturação dos currículos, tornando-os mais críticos frente à nova realidade do País e do ensino.

JOÃO EVANGELISTA: Sua proposta se resume a dois pontos: autonomia e popularização da Universidade. Propõe uma mudança radical na estrutura da administração, como instituir um Fórum permanente de debates para reciclar propostas em andamento e discutir novas saídas. Todas as decisões seriam votadas em assembleia. Uma Assembleia Geral Constituinte votaria os novos estatutos e regimentos. Toda e qualquer transação que envolva o patrimônio da FUB seria apreciada pela comunidade. Câmaras deliberativas seriam criadas em cada área da administração com a participação paritária de professores, alunos e funcionários. Ao Reitor, caberia apenas o papel de coordenador. Por fim, seria função do Conselho Universitário votar o orçamento da Universidade.

CID FERREIRA LOPES: Em seu Programa de Ação, defende os seguintes pontos: implantação de cursos noturnos; democratização da administração; eleição direta e paritária para as chefias de Departamento; apoio às entidades representativas de professores, alunos e funcionários; assistência aos carentes, com a efetiva criação de bolsas de trabalho, melhores condições de moradia e alimentação, e fornecimento de material didático; melhoria na qualidade de ensino, com condições de trabalho adequadas aos professores; incentivo à vida acadêmica, com a publicação de trabalhos do corpo docente; integração na vida científica e cultural brasileira; criação de um órgão orientador dos formandos no mercado de trabalho; criação de um Instituto que estude políticas públicas e preste serviços à comunidade; apoio às pesquisas científicas e de extensão; revisão dos currículos; atualização salarial de professores e funcionários; e enquadramento imediato de todos os professores nos quadros de carreira.

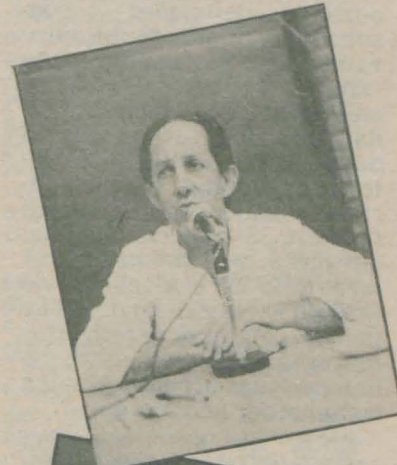
DANILO BORGES: Um dos problemas que pretende resolver é o da Implantação do curso noturno, "uma antiga solicitação da comunidade". Propõe: uma Universidade comprometida com a realidade nacional e com os padrões internacionais do conheci-

Democracia, reestruturação da Universidade, salários dignos, curso noturno, apoio ao ensino e à pesquisa. As exigências da comunidade se transformaram em plataforma dos candidatos. E agora, UnB?

mento; reorganização legal e normativa da Universidade a partir de amplas discussões com a comunidade; melhores condições de vida e de trabalho a professores e funcionários; apoio à saúde, moradia e integração no campus; realização de congressos anuais para avaliação e reorientação das atividades dos departamentos e cursos; apoio institucional à pesquisa; estímulo à celebração de convênios de pesquisas e prestações de serviços com remuneração adequada aos participantes; concursos internos para promoção dos servidores da FUB; e cursos de preparação continuada destes servidores.

MARCIO VILLAS BOAS: O candidato defende a criação de uma Universidade Nova, regida pelos princípios da democracia e da liberdade, ajustada às aspirações da comunidade e reestruturada para contar com a participação de todos os seus segmentos. Esta Universidade Nova se basearia na convocação de uma Constituinte Universitária, que edificaria uma nova estrutura legal e administrativa, e pelo Fórum Universitário, que trataria dos problemas do dia-a-dia da Universidade e ajustaria sua política de ensino, pesquisa e extensão. Os pontos básicos desta proposta seriam: descentralização administrativa; democratização e transparência no processo de decisão, com a livre participação de toda a comunidade universitária; autonomia da universidade e flexibilidade na organização de sua estrutura de ensino e pesquisa; representatividade dos órgãos colegiados e escolha em eleição direta para todos os cargos, com a eliminação do sistema de lista sêxtupla; interação Universidade/Comunidade; revisão da atual estrutura de institutos, faculdades e departamentos de forma a se evitar a pulverização de áreas; estudo das condições de apoio aos membros da comunidade, com a implantação de creches, transporte, restaurantes e um centro de vivência; aproveitamento racional das instalações, com a adoção do turno noturno e o acesso de funcionários aos cursos; ajuste de currículos e programas do 1º ciclo e do ciclo profissional; treinamento de professores e servidores; estímulo ao aperfeiçoamento dos cursos; revisão dos objetivos da Editora UnB; implantação de laboratórios experimentais; e valorização das atividades do Campus Avançado.

JOÃO CLAUDIO TODOROV: afirmou que a campanha de sucessão está se tornando um festival de promessas e que a UnB está precisando de algo mais concreto. Como plataforma, apóia a sugerida pela ADUnB, que propõe: Reformulação dos Estatutos e Regimentos da UnB, com a participação dos três segmentos da



Villas Boas, Todorov e Elbio,

candidatos a Reitor:

democracia é ponto pacífico

comunidade universitária, visando a descentralização da estrutura de poder e a promoção de maior autonomia para institutos, faculdades, departamentos e seus respectivos órgãos colegiados. Democratização do processo decisório, promovendo-se a escolha de dirigentes e membros de órgãos colegiados em respeito exclusivo à vontade de seus representantes. Divulgação dos atos decisórios e facilitação do acesso às informações pertinentes, promovendo a transparência da administração e a prestação de contas à comunidade governada.

ELBIO GONZALEZ: Não formou plataforma própria. Compartilha com o decano João Cláudio Todorov a proposta sugerida pela ADUnB. (Fabricio Marques e Murilo Milhomem)



Quase definido o Colégio Eleitoral

Rodrigo Mesquita

Nas últimas reuniões do Conselho Universitário da UnB, o processo de sucessão na Reitoria teve algumas importantes definições. A consulta à comunidade foi aprovada quase por unanimidade (apenas três votos contra). A eleição da lista sêxtupla se dará em dois turnos, com a participação paritária de professores, alunos e funcionários. O calendário eleitoral também já está confirmado: o 1º turno, dia 18 de junho; o 2º turno, dia 25; e a reunião do Colégio Eleitoral, no dia 28 de junho. Quatorze candidatos foram lançados e já estão debatendo suas propostas com a comunidade acadêmica.

Entre os problemas na composição do Colégio Eleitoral, continua sem definição a participação de alunos, ex-alunos e representantes das categorias profissional e empresarial, além do Conselho Diretor da FUB. Este Conselho, composto de 7 membros, ainda não foi escolhido pelo Governo. Em recente visita ao ministro da Educação, Marco Maciel, o Reitor em exercício da UnB, Luís Otávio do Carmo, pediu uma definição em relação a esta escolha, já que a eleição pelo Colégio Eleitoral está marcada para o dia 28. Até agora, no entanto, só se sabe que o MEC gostou dos nomes sugeridos pela comunidade. Pelo Regimento Geral, os representantes das áreas empresarial e profissional são escolhidos pelo Conselho Diretor e dependem, da mesma forma, da definição do MEC.

ESTUDANTES

Sobre a questão do voto dos estudantes no Colégio Eleitoral, o Reitor Luís Otávio fez uma consulta à Assessoria Jurídica da UnB e devolveu a resposta por ter suscitado dúvidas. Uma resposta definitiva está sendo esperada e os estudantes correm o risco de serem meros espectadores da reunião do Colégio Eleitoral.

Com vacância na direção do DCE, as decisões que dizem respeito aos estudantes deveriam ser tomadas pelo Conselho de Centros Acadêmicos. Este, porém, não consegue se organizar. Com exceção de uma Comissão de CAs (composta pela Agronomia, Comunicação, Direito, Engenharia Civil e Letras) que vem, com dificuldades, tentando se unir, nada de concreto foi deliberado. Nas poucas reuniões que esta Comissão tem realizado, junto com outros CAs, não se consegue sequer quorum mínimo para tomada de decisões, em relação ao processo sucessório.



Após 20 anos de caça, chegou o dia do caçador: a comunidade vai escolher seu Reitor

Pela lei, os estudantes têm direito de participar no Colégio Eleitoral, com voz e voto, na proporção de um quinto do total de membros. Neste momento, no entanto, a desmobilização dos estudantes, a falta de um DCE e a dificuldade de formação do Conselho de CAs ameaçam seriamente o voto dos estudantes.

CONGREGAÇÕES

Sobre a participação dos representantes das Congregações de Carreira no CPE — Conselho de Ensino e Pesquisa — um dos três conselhos que compõem o Colégio Eleitoral, uma comissão especial elaborou um documento com quatro propostas de ampliação e o encaminhou ao Conselho Universitário. As propostas, por decisão deste Conselho,

deverão passar primeiro por um debate com a comunidade. Segundo o Decano de Ensino de Graduação, professor Antônio Raimundo Coimbra, a participação dos CCs deve ser reestruturada para que se aumente representatividade dos Departamentos no Conselho de Ensino e Pesquisa. Como este debate com a comunidade vai demorar e a reunião do Colégio Eleitoral está marcada para 28 de junho, não haverá tempo para mudanças antes desta sucessão. Desta forma, o Colégio Eleitoral vai contar com apenas 11 representantes das CCs.

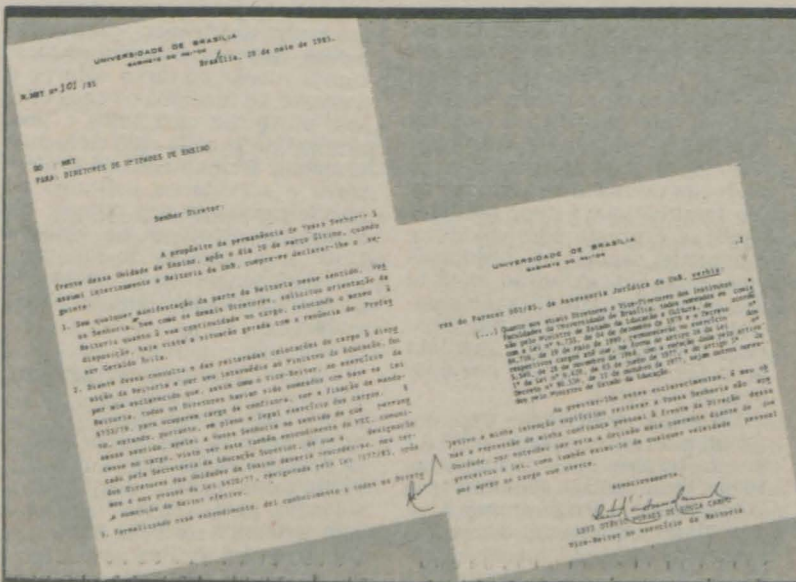
DIRETORES

Outro ponto definido foi em relação à permanência dos Diretores de Faculdades e

Institutos, escolhidos na época do ex-reitor José Carlos Azevedo. Todos estes Diretores foram nomeados pela Lei 6733, a "lei Azevedo", que define seus cargos como comissionados, sem mandato e da confiança do Governo. Já pela lei em vigor, a 7177, estes mesmos cargos passaram a ter mandato de 4 anos, nomeados a partir de lista sêxtupla eleita 120 dias após a posse do reitor. Os atuais diretores chegaram a colocar seus cargos à disposição do Reitor Geraldo Avila e, após sua renúncia, do Reitor em exercício, Luís Otávio. Segundo a assessoria jurídica do MEC, a gestão de Luís Otávio é transitória e a eleição dos novos Diretores só deverá ocorrer após a posse do futuro Reitor.

Com a ampla reformulação que o Colégio Eleitoral estava sofrendo, surgiu a hipótese de se substituírem os diretores por outros, provisórios. A razão era simples: estes Diretores têm direito a 9 votos e haviam sido escolhidos, em sua maioria, por articulação do ex-Reitor Azevedo. Entre as formas de substituição, duas ganharam corpo: assumiria o Chefe de Departamento com maior tempo de magistério na UnB ou seria nomeado um pró tempore pelo Reitor.

Baseando-se no parecer jurídico do MEC, Luís Otávio apelou a estes Diretores para que continuassem em seus cargos. O apelo foi aceito. Ficou a pergunta: com a permanência destes senhores, a homologação da lista sêxtupla a ser eleita pela comunidade corre algum perigo? Segundo o professor Márcio Villas Boas, candidato a Reitor e Diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (eleito pela comunidade), este perigo não existe. Para o Diretor, a participação da comunidade é uma necessidade social e o Colégio Eleitoral deverá aceitar a lista sêxtupla de forma inquestionável. "Nos momentos de conflito que nós passamos, houve uma participação efetiva dos Diretores contra os atos e procedimentos centralizadores e autoritários mantidos pelo ex-Reitor Azevedo. Os Diretores tiveram muita participação até na admissão da ADUnB na sala de reuniões da Reitoria, pois o Reitor se recusava a negociar com eles. Eu acredito que esta participação foi importante e que os nossos colegas não vão deixar de votar segundo as aspirações da comunidade", garantiu Márcio Villas Boas. (Fabrício Marques, Nara Ferreira e Wilfrida Natall).



Luís Otávio explica: diretores devem ficar

Em carta aos Diretores de Faculdades e Institutos, o Reitor Luís Otávio justificou o apelo para que permanecessem em seus cargos. Segundo o Reitor, a Secretaria de Educação Superior do MEC comunicou que a designação dos novos Diretores só deverá se dar após a nomeação do Reitor efetivo. Os 9 Diretores de Faculdades e Institutos, nomeados à época de Azevedo, participarão do Colégio Eleitoral que escolherá o novo Reitor.

Eleição em dois turnos e participação de todos

A eleição para reitor na UnB já tem um regulamento. Na semana passada, o Conselho Universitário acertou os últimos detalhes pendentes do texto do regimento eleitoral. Para chegar até ao Conselho, um longo caminho foi percorrido. Os professores saíram na frente, lançando um regimento que tinha por pontos básicos o sistema de paridade baseado em um terço para cada categoria; eleição em dois turnos, caso houver mais de doze candidatos; a inscrição dos candidatos podendo ser feita pelo próprio ou por um terceiro, desde que o indicado aceite (a candidatura, no entanto, nesta proposta, estava restrita apenas àqueles que fossem ou tivessem sido docentes em alguma Universidade).

Os estudantes e os funcionários reuniram-se no mesmo dia. Os estudantes reuniram o Conselho de Centro Acadêmicos finalmente com quorum e resolveram, devido à sua desmobilização, acatar o regimento que proviesse das categorias mais organizadas: estudantes e professores. Os funcionários realizaram uma assembleia. Mantiveram os artigos do regimento dos professores, ampliando apenas o que se referia aos requisitos do candidato, que agora poderia ser um funcionário da FUB.

NO CONSELHO

Depois de terem se expressado

as categorias que compõem a Universidade, o regimento resultante aportou no Conselho Universitário, onde começou a alinhar-se. O Conselho reuniu-se duas vezes. Da primeira vez, efetuou modificações que provocaram alguma confusão no meio universitário. A principal delas foi a de fazer cada turno em apenas um dia. Se tal posição prevalecesse, provavelmente a eleição careceria de quorum, por várias razões. Primeiramente, nos últimos tempos, nenhuma eleição da Universidade — da eleição do Reitor no ano passado à do menos expressivo Centro Acadêmico foi feita apenas em um dia. Seria necessária uma ampla campanha de esclarecimento para evitar que as pessoas se guiassem pelo costume e viessem votar apenas no segundo dia. Além disso, a única categoria que efetivamente vem à UnB todos os dias são os funcionários. E muito difícil avaliar se professores e, principalmente, estudantes, estão motivados o suficiente para saírem de suas casas somente para votar (vale lembrar que os estudantes são o maior contingente de eleitores).

A outra decisão do Conselho que causou polêmica determinava que somente teriam direito a votar "os professores em pleno exercício de suas funções na UnB; os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação na UnB, ex-

ceto os que tenham feito "Trancamento Geral de Matrícula neste semestre; os funcionários em pleno gozo de suas funções na UnB". Vetava-se desta forma a participação dos professores e funcionários de licença ou férias, punindo, de certa forma, os empregados da Universidade por algo a que eles têm direito.

CONSELHO VOLTA ATRAS

As resoluções do Conselho caíram como uma bomba no meio universitário. Já no dia 31/05, os professores fizeram assembleia, protestando contra os dois artigos. Os funcionários não fizeram assembleia, mas enviaram também o seu protesto. Os estudantes não se manifestaram.

Diante de tanta polêmica, o Conselho reuniu-se pela segunda vez, no dia quatro, revogando os dois artigos. As eleições serão em dois dias cada turno e votarão também os funcionários e professores que estiverem em férias.

A outra alteração feita pelo Conselho foi considerada um avanço. Se na proposta dos professores s.o docentes podiam ser candidatos e na proposta dos funcionários também os empregados da FUB, no Conselho retirou-se qualquer pré-requisito. Poderão ser candidatos quaisquer cidadãos brasileiros maiores de 21 anos. (Rudolfo Lago).



Conselho acata as decisões da ADUnB, afirma o MODAU

As últimas decisões do Conselho Universitário da UnB em relação às eleições para Reitor — livre inscrição de candidatos, eleições em dois turnos, sendo cada turno em um dia, paridade absoluta de votos entre professores, alunos e funcionários e voto em seis nomes — apesar de contrariar as propostas do Movimento de Defesa da Autonomia da Universidade (MODAU), já eram esperadas pelo secretário da primeira diretoria da ADUnB em 78/79 e hoje membro do MODAU, o professor de Filosofia, Nelson Gonçalves Gomes. Para ele, o Conselho Universitário simplesmente acataria o que a Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), decidisse, fosse o que fosse. "Se a ADUnB decidisse eleições em 57 turnos, seriam em 57 turnos".

Para o MODAU, a aprovação no Conselho da proposta de paridade absoluta que estabelece o peso de 1/3 para cada segmento da comunidade universitária, na elaboração de uma única lista sêxtupla, confere aos funcionários o poder de decisão, desde que a maioria significativa deles concentre seus votos num único nome.

Essa tese foi defendida, através de um teorema, pelo professor José Galbinski, da Arquitetura, membro do MODAU. O "efeito Galbinski", segundo o boletim nº 2 do movimento, teve sua aplicação verificada nas eleições para Chefe dos Departamentos de Física e Arquitetura, e na escolha da FE e IA. A proposta defendida pelo MODAU estabelecia a elaboração independente de lista sêxtupla de cada um dos três segmentos (professores, alunos e funcionários).

As decisões relativas à eleição em dois turnos, com apenas um dia de votação para cada turno e a livre inscrição de candidatos são referendadas pelo MODAU.

Com essa nova definição do quadro sucessório, o MODAU poderá limitar-se a acompanhar e analisar o processo da sucessão. O Movimento, que surgiu da necessidade de romper com o "monopólio político que a ADUnB exercia", segundo o professor Nelson, "provavelmente não apresentará candidato a Reitor por ser um movimento muito recente", embora haja a possibilidade de apoiarem alguma candidatura. (Juarez Libaino e Silvana de Freitas).

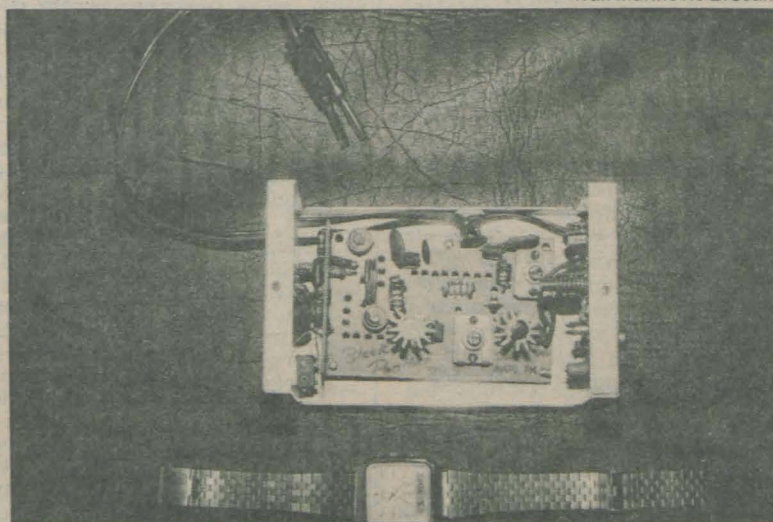
Há na UnB, no momento, projetos em fase de discussão para a criação de uma futura rádio livre. Professores e alunos discutem não somente as dificuldades técnicas e financeiras, como também a rádio livre com a função de meio de expressão da comunidade acadêmica e um trampolim para a rádio Universidade de Brasília.

A rádio livre, um fenômeno originário da Europa na década de 70, é uma tentativa de pluralizar fontes de informação, abrindo a radiodifusão para a participação de diferentes grupos e diferentes tendências.

Uma das características da rádio livre é o baixo custo dos transmissores e o caráter local das emissões, normalmente operando em frequência modulada com a utilização de equipamentos artesanais e rudimentares.

No Brasil, esse fenômeno enérgico do ponto de vista tecnológico, ganhou a dimensão de grande problema de comunicação uma vez que suscita para a sociedade a discussão de questões fundamentais como a da liberdade de expressão, da centralização, da produção e da propriedade dos meios de comunicação.

Segundo o professor Ubirajara da Silva, do Departamento de Comunicação, de uns anos para cá esta questão tem aparecido cada vez com maior intensidade e aqui a rádio livre nasceu não para combater o monopólio do Estado, porque não há, mas para diversificar as fontes de informação do público. Além disto, o público hoje fica muito restrito aos interesses meramente comerciais dos empresários, os quais atuam com toda impunidade que a legislação admite. "Eu vejo com uma expectativa muito otimista e positiva o surgimento no Brasil, espe-



O transmissor é extremamente simples. Para o professor Ubirajara, a vantagem da rádio livre é o seu baixo custo operacional



Nicolau El-Moor

Em discussão o projeto de uma rádio livre para a UnB

cialmente em São Paulo, que de certa maneira tem uma espécie de pioneirismo, das emissões livres, e a sociedade poderá ver, na discussão da rádio livre, uma espécie de válvula no sentido da liberdade de expressão e da pluralização da informação".

Segundo ele, o Governo brasileiro deve estabelecer uma regulamentação para permitir que essas transmissões percarn o caráter clandestino que algum pensamento conservador possa querer dar a elas. "Na medida em que estamos conquistando a demo-

cracia, vai ser muito difícil alguém adotar uma postura contra o fenômeno da rádio livre e a partir daí vários questionamentos poderão existir, como por exemplo, por que as comunidades de bairro podem ter o seu jornal e, ao mesmo tempo, por que não admitirmos que grupos pequenos possam operar equipamentos de pouca potência, fazendo emissões em frequência modulada?"

De acordo com o professor Ubirajara, a UnB só trata deste assunto a nível acadêmico, de estudo e do ponto de vista da comuni-

cação social, pois a instituição não pode ter nenhum envolvimento que implique na violação da legislação vigente. "Isto transcende e ultrapassa o nível meramente do interesse dos comunicadores, é uma questão que interessa à sociedade como um todo, na medida em que isso pode representar a oportunidade de democratização da comunicação na prática".

Para Ubirajara, as universidades são privilegiadas na concessão de canais, uma vez que não

são obrigadas a participar de concorrências. Ao mesmo tempo, elas não podem ter uma rádio livre, pois iriam de encontro às limitações da legislação. "Se na UnB sempre houve o interesse em dispor de canais de frequência modulada, por que não aproveitarmos o espaço para tal?"

De acordo com Ivan Marinovic Brscan, um dos articuladores do projeto de criação da rádio livre na UnB, há de início a participação dos Departamentos de Comunicação, Pedagogia e Engenharia Elétrica, além de alunos e professores, para a implantação de um transmissor com diâmetro de 10 km, instalando-se no Campus universitário e que, de início, atingiria um público restrito.

Segundo ele, há dificuldades técnicas e financeiras para o projeto, embora a idéia esteja ainda embrionária. É uma rádio alternativa, a nível experimental que visa a criação futura da rádio Universidade de Brasília. "O que nós pretendemos com essa experiência é incentivar discussões a respeito da comunicação, justamente num período em que se debate mais a comunicação e numa época em que se discute também a Constituição; onde comunicólogos procuram não somente o direito à informação, mas o direito à comunicação, de forma bilateral e co-participativa".

Diz Ivan que há uma omissão no jornalismo radiofônico dentro da própria UnB, pois a ênfase é dada ao jornalismo impresso e a comunidade acadêmica fica aliada desse meio de informação. "A rádio livre seria um veículo de expressão da comunidade acadêmica, um trampolim para a rádio Universidade de Brasília, um meio de exercício da comunicação e também uma forma de desvendar talentos". (Zella Freitas)

Campus responde

Conselheiros explicam votos

Os professores Henrique Tafuri Malvare e Cláudio Lúcio Costa enviaram correspondência ao **Campus** acrescentando informações à nota publicada na página 5 da edição passada sob o título "Respeito à comunidade".

Em sua carta, o professor Tafuri, afirmando que "a votação não se referia ao respeito à comunidade", justificou seu voto contra a constituição de uma comissão criada pelo Conselho para ouvir a comunidade sobre o processo eleitoral por ter re-

cebido a convocação para a reunião "na véspera, no final da manhã, exatamente após a realização do Conselho Departamental do IE e não fora possível reunir de novo o referido Conselho para se manifestar sobre o assunto. Sendo um órgão executivo do Conselho (...) não podia externar minha opinião pessoal, que existia, porque não recebera a anuência do colegiado para tal". O professor esclarece que tinha outra proposta, ou seja, o adiamento da decisão sobre a comissão para

outra reunião.

Já o professor Cláudio afirma que "em nenhum momento, na reunião do Conselho Universitário, (...) foi questionado o respeito à vontade da comunidade. O meu voto (...) diz respeito à inoportunidade do Conselho Universitário deliberar sobre normas para a eleição do Reitor, uma vez que este Conselho é apenas parte do Colégio Eleitoral, a quem compete decidir sobre a questão e realizar a eleição referida".

Nota do Editor

Recebi e encaminhei para publicação a correspondência do professor Cláudio Lúcio Costa, de acordo com o que determina a legislação de imprensa e a melhor praxe jornalística. Causou-me estranheza, no entanto, o fato do referido professor ter distribuído aos membros do Conselho Universitário cópias de uma correspondência que, enviada ao Editor Geral do **Campus**, tinha como primeiro objetivo esclarecer o seu voto junto aos leitores do jornal. Parece-me obscura a intenção existente por trás de tal gesto, uma vez que os membros daquele Colegiado já conheciam perfeitamente o voto do professor quando da aprovação da Comissão encarregada de estudar as propostas da comunidade.

É importante o leitor saber que as cópias da correspondência foram distribuídas em reunião formal do Conselho Universitário e na minha presença, tendo o seu autor solicitado que fosse consignado em Ata o conteúdo daquilo que os conselheiros estavam tomando conhecimento apenas naquele momento. Como a origem desses fatos foi uma nota publicada neste jornal, creio ser ele foro próprio para se discutir tal assunto e, assim, esclareço: o constrangimento que a atitude do citado docente poderia me causar não se efetivou, dada, inclusive, a insignificância da questão.

Finalmente, quero transmitir ao leitor que, na minha avaliação e na qualidade de colega involuntário do professor Costa no Conselho, considero que os seus votos e a sua participação global nas sessões de que participei tem sistematicamente se dirigido contra os interesses maiores da comunidade, ao contrário do que a sua correspondência quer sugerir. (Prof. Carlos Augusto Setti, Editor Geral do **Campus**).

Dianese: Minoria de 200 professores, não

O **Campus** recebeu carta do professor José Carmine Dianese, da qual publicamos os trechos a seguir:

"Senhor Editor Geral, (...) A defesa de um sistema eleitoral transparente é para mim uma imposição da própria vivência democrática e vai a ponto de levantar sérias suspeitas quanto ao sistema em que cada pessoa vote em seis nomes. Não se consegue enganar a ninguém, pois esse sistema está sendo imposto com o objetivo de permitir que um grupo minoritário, talvez 200 professores, definam as eleições votando em uma chapa única de seis nomes. Este fato alijaria da disputa os demais professores e os outros dois segmentos, mesmo dentro da paridade proposta. Uma coisa é conchavar uma minoria de 200 professores e outra organizar pelo menos 2200 alunos ou 600 funcionários que elegendo outros nomes, possam influir no pleito. Se o voto for na base de uma pessoa, um voto, em um candidato, o mesmo grupo mais organizado poderia fazer o primeiro da lista, porém os outros nomes seriam eleitos por outros grupos até de outros segmentos, ou seja, estudantes e funcionários. Esses outros grupos não podem ser preconceituosamente julgados como incompetentes para opinar e não creio que seja justo e muito menos democrático que uma minoria faça toda a lista, conforme alguns desejam e pretendem impor aproveitando-se da desorganização reinante no movimento estudantil e da fase

embrionária em que se encontra a associação de classe dos funcionários (...)

(...) Uma esperança ainda está com os estudantes que ainda discutem o caminho a seguir, pois parece que os funcionários, alijados da consulta de 1984, cairam agora no conto do voto em seis nomes. De qualquer forma, pode-se esperar surpresas pois muitos candidatos podem ainda surgir e motivar toda a comunidade às urnas, decepcionando aqueles que começariam a comemorar a vitória ao ver imposto o sistema de seis votos (...)

(...) Outrossim, gostaria ainda de lembrar ao autor da reportagem que é meu direito, e de qualquer outro professor, deixar de participar de qualquer reunião de professores - mormente aquelas realizadas às nove horas em pleno horário de aulas e em franco desrespeito ao interesse acadêmico de alunos e da maioria dos 800 professores da UnB que, por isso mesmo, lá nunca comparece.

Senhor Editor Geral, essa foi a sugestão que tentei transmitir com respeito à forma de participação comunitária na escolha do Reitor. Assim sendo, tendo em vista a desinformação gerada pelo autor da reportagem, ao pinçar apenas o que não convinha ao entrevistado para compor a matéria publicada, peço a V. Sª a gentileza de publicar esta carta na íntegra".

Nesta matéria não erramos

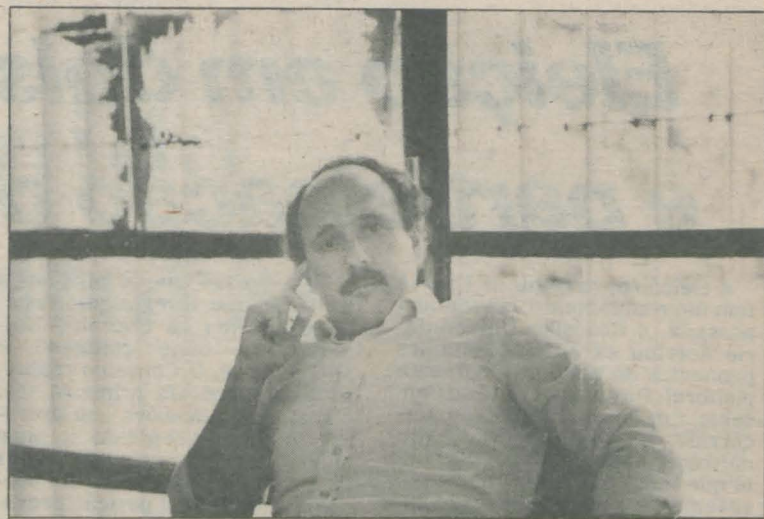
Quando estive entrevistando o professor José Carmine Dianese, procurei deixar claro para ele que buscava informações sobre a proposta de regimento eleitoral do Movimento do qual faz parte. As demais propostas e intenções do MODAU eram objeto de outra matéria, do colega Juarez Libano que lá esteve comigo.

Neste sentido, aproveitei a entrevista com o professor

Dianese somente o que se referia a regimento eleitoral. A declaração a este respeito que integra a matéria corresponde ao que o professor repete agora em sua carta. Desta forma, parece-me impropriedade a acusação que o professor me faz de ter pinçado "apenas o que não convinha ao entrevistado para compor a matéria publicada".

Quanto ao direito do profes-

sor de participar ou não das assembleias de sua categoria, ninguém o nega. O que se questiona, entretanto, é a praticidade de se propor um regimento se ele não é apresentado no foro escolhido para deliberar sobre tal. Se o MODAU não considera a legitimidade deste foro, também não procurou sugerir outro. (Rudolfo Lago, autor da matéria "A-DUnB decide por dois turnos e paridade")



Cristóvam: A crise poderá gerar uma nova Universidade

Mais do que um simples economista, um estudioso do Brasil. Desta forma se definiu o candidato a reitor da UnB, Cristóvam Buarque, em palestra no Departamento de Comunicação, na quarta-feira, 22 de maio. O professor de Economia, que também é Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça Fernando Lyra, iniciou lembrando os temas de palestras anteriores no mesmo Departamento: a crítica à política econômica do Governo da época e as alternativas para a transição. Desta vez, porém, o tema seria o futuro da economia brasileira e da Universidade.

Cristóvam afirmou que poucos foram os momentos de ruptura da ordem econômica na história do Brasil. De 1500 até a Independência, o modelo foi o colonial, de agricultura para exportação. Com pequenas variações, este modelo permaneceu no Império e na República Velha. O primeiro momento de ruptura veio com a Revolução de 30, com uma economia mais voltada para o mercado interno, urbanização e industrialização. Com o fim da ditadura em 45, o caminho foi mantido com tendências mais definidas de se copiarem hábitos e padrões europeus e norte-americanos, além de firmar a dependência ao capital estrangeiro. Durante a ebulição política e social entre 61 e 64, a ruptura deste caminho foi discutida, mas o golpe militar garantiu a continuidade de forma autoritária.

O custo dessa continuidade, segundo Cristóvam, foi a implantação de dois países dentro do território brasileiro. O primeiro, com cerca de 20 milhões de habitantes, mantém os padrões de vida e os hábitos importados às custas do segundo, de mais de 100 milhões de pessoas, atrasado, miserável e sem chances: uma espécie de África do Sul só de mulatos. Com essa divisão, o risco de explosão social tornou-se grande e o governo militar resolveu descomprimir a área política: veio a abertura. A crise econômica a partir de 79 mostrou a falência de um sistema econômico autoritário e dependente. O Brasil copiou um modelo incompatível com seus recursos.

O FUTURO DA ECONOMIA

Segundo o economista, o que se deve buscar, neste momento, é

um projeto compatível com a potencialidade do País. Como não existem certezas prévias, Cristóvam recomenda um processo de psicanálise social, onde todas as propostas sejam colocadas, por mais diferentes ou absurdas. O momento ideal seria o da Constituinte a ser eleita em 1986, um período, segundo o Professor, dramático, em que o País vai discutir todas as suas dúvidas. Cristóvam, contudo, arrisca uma receita: uma democracia, garantida por melhores condições de vida do povo e redução da dependência externa, que se baseie em quatro pontos: convergência, imaginação, tolerância e bom senso.

Em uma sociedade como a brasileira, em que a direita organizada não tem mais como impor seu projeto falido e as parcelas mais progressistas não tem força para exigir a aplicação de suas idéias, Cristóvam citou o exemplo de Tancredo Neves, de busca de consensos e conciliação dos antagonismos, para se avançar sem confrontos irreversíveis.

UNIVERSIDADE

Sobre o futuro da Universidade, Cristóvam considera necessária uma reformulação dos currículos, tornando-os mais críticos e absorvendo a falta de certezas que o País vive. Uma administração democrática e eficiente é outro ponto fundamental. Democracia sem caos. Eficiência sem autoritarismo. Um terceiro ponto importante seria integrar a Universidade em sua comunidade, discutir problemas e colocar-se a serviço de soluções. Como candidato a Reitor já lançado pelo Departamento de Economia, estas idéias de Universidade podem ser consideradas uma plataforma de administração? Cristóvam afirmou que aquele é o seu pensamento e, uma vez na Reitoria, pretende colocá-lo em prática.

Ao final, Cristóvam revelou que durante muito tempo teve inveja dos que puderam participar de momentos importantes, como a Constituinte de 46. Hoje, não sente mais esta inveja, pois está participando de um destes momentos, e emendou: "A minha geração recebeu regalias em troca do imenso sacrifício intelectual de não participação. A geração dos jovens não receberá estas regalias, mas vai ter o direito de reiventurar este País e dele ser usuário". (Fabrício Marques)

Enquanto isso...

Alterações no time dos reitoráveis: sai o economista Dêrcio Munhoz, o mais votado na lista sêxtupla do ano passado, e entram Lauro Campos, seu colega do Departamento de Economia, a antropóloga Lia Zanotta, o cineasta Vladimir Carvalho, o ex-Presidente da ADUnB e engenheiro mecânico Antonio Ibañez, o professor de Administração João Geraldo Bugarin e o ex-professor da Engenharia Laélcio Ladeira.

A perspectiva de vitória teria levado o candidato Dêrcio Munhoz a desistir de concorrer à Reitoria. É que Dêrcio, o único economista da antiga Oposição que não "aderiu" ao Governo da Nova República, prefere manter-se distante do poder e fiel às suas idéias.

O reitorável Volney Garrafa, em debate no anf. 12, acusou "alguns" de seus colegas candidatos de "falsos democratas". Referia-se aos independentes, que concorrem sem vinculação com a ADUnB.

O candidato Cristóvam Buarque garantiu que não esteve presente na reunião do Departamento de Economia que sugeriu ao Conselho Universitário a participação exclusiva dos professores no 1º turno da eleição da comunidade. Cristóvam é pela participação paritária de estudantes, professores e funcionários em todos os turnos.

O Diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo e candidato a Reitor, Márcio Villas Boas, sobre a possibilidade de renúncia dos diretores, afirmou que foi indicado pela comunidade e só sairia se a mesma comunidade se expressasse neste sentido. "Se o ministro da Educação quiser o meu cargo, ele que me demita", disse Villas Boas.

O candidato Jorge Antunes discordou da colocação de João Cláudio Todorov, segundo a qual a sucessão está se transformando em um festival de promessas. "O único que realmente fez promessas fui eu", disse Antunes. E aproveitou para fazer mais uma: se for o escolhido para a reitoria, nomeará os decanos entre os mais votados na lista sêxtupla. (Fabrício Marques)



Argemiro: Cardim evenenou a política de extensão da UnB



Gabriela: O GTU não existe na estrutura da Universidade

Rondon corta verbas do Campus Avançado da UnB

O Projeto Rondon suspendeu até agosto o envio de equipes de universitários ao Campus Avançado da UnB, localizado em Nova Xavantina, Mato Grosso. A medida, que atingiu todos os Campus Avançados do País, tem por objetivo reduzir despesas nos primeiros meses de atuação da Nova República.

Cinco projetos estavam sendo desenvolvidos na região abrangida pelo Campus Avançado. Com a suspensão das verbas, apenas o voltado para o desenvolvimento de pequenas comunidades rurais, sob a responsabilidade da professora Gabriela Saraiva, continua a ser executado porque conta com recursos oriundos do Polamazônia e Pólo Centro-Oeste.

Segundo Gabriela Saraiva, que também é Coordenadora do Grupo de Tarefa Universitário (GTU), órgão responsável pelas atividades do Campus Avançado da UnB, a verba de dois milhões de cruzeiros mensais enviada pelo Projeto Rondon não era suficiente para cobrir as despesas e ainda chegava com atraso. Em sua maior parte, era consumida na manutenção das duas viaturas existentes em Nova Xavantina e que deixaram de serem utilizadas por estarem bastante velhas.

"Nós solicitamos à UnB duas viaturas bem como recursos para colocar gasolina".

O GTU

Uma outra preocupação de Gabriela é com a institucionalização do GTU. "O GTU não existe na estrutura da Universidade pois não possui organograma. Tudo que conseguimos, até aqui, foi a custa de amizade e muita luta", diz ela. Recentemente, foi encaminhada ao Decanato de Extensão uma extensa lista de propostas que, além da falta de recursos, trata da institucionalização do GTU. O organograma proposto por Gabriela, que antes de ser aprovado deverá ser submetido aos Departamentos e Centros Acadêmicos para discussão, é idêntico aos da USP e Unesp, ambas de São Paulo.

A Coordenadora do GTU critica a ideia de se transferir o Rondon para o Ministério da Educação, passando a trabalhar apenas com alfabetização e o ensino de primeiro grau para comunidades rurais. "Trabalho social não é só educação". Em seu entender, poderiam ser dados também incentivos à produção agropecuária de pequenos e médios produtores ru-

rais e à reforma agrária. Esse trabalho poderia ser executado, em conjunto, pelos Ministérios da Educação e Reforma Agrária.

Para Murilo Ramos, Decano de Extensão, o GTU sempre foi uma estrutura marginal na UnB. Além da constante falta de recursos, contribuiu para isso, o desca-so da administração anterior em relação ao assunto. Por esta razão, ao assumir, uma de suas primeiras medidas, foi incluir o GTU na Comissão Especial de Extensão que assessorava a Câmara de Extensão.

"Os resultados, até o momento, não têm sido animadores em razão do curto espaço de tempo que temos pela frente", afirma Murilo. De qualquer forma, o Decanato de Extensão pretende deixar um diagnóstico para a próxima administração apontando as razões pelas quais o Campus Avançado chegou a esse estado lastimável.

DENÚNCIA

Argemiro Procópio, professor do Departamento de Sociologia, disse que são vários os problemas enfrentados pelos moradores da região onde atua o Campus Avançado. O mais grave deles é o que

diz respeito à questão fundiária. Cita como exemplo o caso de dois norte-americanos que possuem 25 mil hectares de terras sem ao menos conhecer o lugar. Ao denunciar o fato ao Conselho de Segurança Nacional, em 1983, Procópio foi ameaçado de morte. "Famílias inteiras de brasileiros que lá estão a dezenas de anos trabalhando, recebiam constantes ameaças de expulsão".

A culpa do desinteresse dos universitários pelo Campus Avançado é do professor Cardim, Decano de Extensão na gestão anterior, a quem atribui o "envenenamento" da política de extensão da UnB, ao trazer grandes estrelas europeias para palestras. "Essa tendência tem que ser revestida, pois, uma Universidade democrática não pode permitir um Campus Avançado cheio de teias de aranhas".

Procópio disse ainda que o Rondon prefere ir a Antártida do que mobilizar estudantes brasileiros, sobretudo de Universidades Federais, onde o ensino é gratuito, para executar trabalhos em localidades carentes. "Seria uma forma dos estudantes revestirem para a sociedade o que ela paga para mantê-los na Universidade". (Murilo Milhomem)

Coral tentará ir ao exterior

O grupo já conta com verba da Reitoria para sua subsistência

Caso se confirme, o Coral da UnB fará uma excursão ao Sul do Brasil e ao exterior. No exterior irá se apresentar no Uruguai, na cidade de Montevideu, em uma única apresentação e na Argentina fará quatro apresentações, começando por Buenos Aires, indo em seguida às cidades de Rosário, Santa Fé e terminando na cidade de Resistência. O início das apresentações será na cidade de Florianópolis em Santa Catarina, seguindo para o Uruguai, Argentina e finalizando em Londrina no Paraná. As apresentações se darão no mês de julho próximo e o Coral viajará a convite daqueles dois países.

Este convite surgiu após uma apresentação do Coral em Porto Alegre, no ano de 1983, quando da realização de um Festival de Coros de vários países latinos naquela cidade. O regente Roberto

Saccante da Argentina ficou impressionado com o grupo da UnB e fez o convite para que se apresentasse naquele país. "Naquele ano não foi possível atender ao convite, uma vez que o Coral se encontrava com muitos problemas, que iam do vestuário a regente. Para se ter uma ideia dos problemas, o nosso regente recebia um salário, por serviços prestados, tão irrisório que mal dava para pagar a gasolina do carro para que ele viesse ensaiar duas vezes por semana. E conseguimos essa ajuda de custo com muitas brigas no DAC, já que a Universidade não tinha obrigações com o Coral", declarou Daphne Machado a soprano do Coral e Secretária Geral.

O Coral surgiu por iniciativa de dois alunos da Faculdade de Música em 1981 e que contavam com a boa vontade e o amor pela música de 300 pessoas número com o

qual iniciou. Hoje conta com 60 integrantes e continua com muitos problemas uma vez que só agora obteve um apoio parcial da Reitoria através da pessoa do Reitor Interino Prof.º Luis Otávio. Quanto a isso ele foi a única pessoa na reitoria que nos tem dado apoio desde o início do Coral quando era vice-reitor nos fornecendo as partituras através do DAC e também concedendo 6 bolsas de trabalho-arte. Era toda a despesa que a UnB tinha com o Coral. Ele acreditava no Coral, mas não tinha segurança quanto à sua durabilidade e comportamento". Quanto ao apoio do ex-reitor Azevedo, acrescentou Daphne ao Campus — "Ele até o prêmio que ganhamos no Rio de Janeiro em outubro de 84, simplesmente o ignorava. Aconteceu que nós solicitamos aos promotores do concurso que enviassem um ofício ao nosso reitor comuni-

cando nossa participação e o prêmio ganhou. Foi aí que ele se manifestou, nos reconheceu e chegou a conclusão que a UnB nunca havia ajudado ao Coral e pediu um relatório das atividades e um plano de trabalho".

O plano para a continuação do Coral já está elaborado, mas o que causa apreensão aos seus participantes é a verba para pagar o maestro e a técnica vocal que termina em junho. Porém o Reitor-Interino já se propôs a vincular o Coral à Universidade e está tentando verba e até uniformes para o Coral.

A Secretária do Coral está esperando confirmação da excursão e disse que para esta viagem o apoio que a reitoria vem dando é no sentido de contatar com o Itamarati para que a excursão seja em caráter oficial. (Marta Aparecida de Oliveira)



Brasília está mais politizada: tudo começou com as Diretas

Nos seus 25 anos, 21 destes vividos sob um regime autoritário, teve raras oportunidades de se manifestar. Apesar de ser uma cidade eminentemente política, nunca se exercitou verdadeiramente esse direito. Agora a cidade se vê diante da oportunidade de se fazer ouvir, e a expectativa é muito grande. Brasília quer realmente votar.

Brasília não abre mão da autonomia política

"Brasília é uma cidade nova com uma política velha". A constatação do presidente do sindicato dos jornalistas, Hélio Doyle reflete muito bem a situação em que foi aprovado o projeto de representação política para o Distrito Federal. Esse projeto pegou de surpresa a população local e propõe um total de 11 representantes no Congresso.

Apesar do projeto não atender totalmente as necessidades locais, já é um avanço para a autonomia política do DF. Até bem pouco tempo atrás sua representação política era feita através de uma comissão de senadores, que não eram eleitos pela população local. Agora, serão eleitos três senadores e oito deputados.

AUTONOMIA

A primeira dúvida que aparece com relação à representatividade local, é se o DF teria autonomia suficiente. Como Brasília é uma cidade administrativa e não existe uma atividade produtiva tipo indústria e agricultura, muitos políticos acham que essa autonomia é inviável. Segundo o professor Leandro Amaral, do departamento de Economia da UnB, "no momento em que se imagina que uma produção de serviços é uma funcionamento do País, pode-se concluir que o DF tem uma produção. O trabalho das repartições públicas federais representa uma produção, e

por conta disso, poderia ter uma autonomia". Além da autonomia econômica, também se duvida da autonomia política. O professor de Ciência Política, Walder de Góes diz que "a problemática enfrentada pelo governo do DF é municipal, e que aqui existe um 'falso governo de estado'. Segundo ele, "o DF funciona mais como uma cidade do que como um estado, a nível político".

Antes da transferência da capital para Brasília, a autonomia política do Distrito Federal era relativa. Havia uma Câmara de Vereadores eleita pelo povo, mas os prefeitos eram todos nomeados pelo Presidente da República. Os prefeitos não eram eleitos diretamente para não haver uma divergência política entre os governos estadual e federal. Não era interessante para o governo federal ver eleito um político não afinado com o poder.

Qual seria a representação ideal para uma cidade tão atípica como Brasília? A idéia geral é que se tenha eleições em todos os níveis, dando igual importância às cidades-satélites e ao Plano Piloto. Leandro Amaral afirma que o DF precisa ter o seu governador e sua Assembleia Legislativa eleitos e eventualmente até representação das cidades-satélites. "A questão torna-se mais séria quando se sabe que a representação a nível de Congresso Nacional atenderá primordialmente ao Plano Piloto, ficando as cidades-satélites sem um ca-

nal para suas reivindicações", acrescenta o presidente do sindicato dos gráficos, Djalmar Assis.

MUDANÇAS

Para uma representação política conquistada recentemente nota-se atitudes viciadas, calcadas nos moldes da Velha República. Como exemplo disso temos o caso das lideranças sindicais que, algumas vezes, têm se preocupado mais com questões eleitoreiras do que com os interesses de classe. Outra coisa que se nota, é que a escolha do novo secretariado foi feita mais com base política do que a nível de competência ou reivindicação popular. Da mesma forma o segundo e terceiro escalões estão sendo formados a partir de critérios puramente políticos, levando a comunidade política a uma luta desenfreada por cargos.

Mas nem tudo continua velho na Nova República. Percebe-se uma postura democratizante e um interesse maior do governo do DF para se adequar as mudanças ocorridas em âmbito nacional. O presidente da Executiva Regional do PMDB, Milton Seligman, fala ainda de uma "transparência do ato administrativo", ou seja, uma maior possibilidade da população estar ciente das atitudes do Governo. Hélio Doyle fala de uma mudança que ocorre no País inteiro, com a abertura política. "Na Nova República, o fato de Senadores e Deputados estarem em

Brasília, resulta numa maior presença dos partidos políticos da cidade. Brasília está politizada, vivendo mais em função da política".

Mas esta politização da população local, segundo Chico Vigilante, presidente do sindicato dos vigilantes e um dos fundadores do PT, já existia antes. Contudo, em função do medo e da repressão dos outros governos, a atuação dos sindicatos e associações era muito tímida. Agora este movimento tomou novo impulso. Chico Vigilante falou ainda sobre o lado negativo desta politização. Alguns políticos, que por não terem possibilidade de serem votados em outros estados, vêem em Brasília a possibilidade de sua candidatura. Este fenômeno é denominado "paraquedismo". Outro aspecto negativo desta politização, segundo Chico, é a manipulação dos eleitores por alguns partidos que estão colocando para a população, como condição básica para votar, a filiação partidária. Para o PT, o papel dos partidos deve ser não o de solucionador imediato dos problemas da comunidade, mas sim, o de orientador no sentido de uma conscientização política da população.

PARTIDOS

A movimentação para organizar os partidos está muito grande. Participante ativo do PMDB, Leandro Amaral diz que muitas pessoas buscam a legenda do partido,

Exercer o voto: um direito popular

Vera Bandeira, jornalista: "Brasília está mais politizada, no sentido em que já se pode discutir mais abertamente sobre política. Poder votar para deputado e senador já é um grande avanço, embora os candidatos sejam sempre os mesmos. O que precisa ser mudado de fato é a estrutura da política eleitoral, para não se continuar fazendo política de cima para baixo". Renato Passos, comerciante: "Brasília ainda não tem uma politização total. Até agora todos os cargos políticos foram nomeados, não se exerceu o direito do voto. A partir de agora é que se está tomando consciência da necessidade de se escolher suas próprias lideranças, mas não se pode deixar que essa representação caia nos moldes antigos. E preciso que se dê mais atenção às cidades-satélites, que sempre foram colocadas à margem do processo político".

Marcelo Gonçalves, estudante: "Estou ansioso para votar, mesmo que seja só para deputado e senador. Mas o que eu acho é que Brasília deveria ter uma representação local que correspondesse à politização de seus habitantes. Brasília antes de ser a capital do País é uma cidade".

Loide Nogueira, professora: "Brasília está mais politizada. A partir do momento que se passa a votar, você se interessa pelos partidos, pelos candidatos e pela política em si".

Marley de Barcellos, professora: "Os meios de comunicação possibilitaram uma maior politização a partir do momento em que se passou a divulgar muito mais política e abertamente. E preciso introduzir a política desde cedo nas escolas, através de matérias como OSPB e Educação Moral e Cívica".

Viviane Machado, vendedora: "A politização está acontecendo progressivamente, e é importante nos aspectos social e cultural. O que eu noto também é que as crianças estão muito mais politizadas, e isso é muito positivo para o País".

Antenor da Silva, zelador: "Eu não entendo muito de política, mas acho que as coisas estão mudando com essa Nova República do doutor Tancredo". (Kátia Vieira, Idhelene Macedo e Cláudio Ferreira)

pois este já se encontra implantado em todas as cidades-satélites. A Frente Liberal também está se organizando, e nota-se uma movimentação não muito significativa do PT. Milton Seligman também vê com bons olhos a movimentação dos partidos e está curioso quanto ao desempenho de partidos como o PFL e o PDS.

Uma novidade nessa disputa eleitoral é a participação dos recém-legalizados partidos clandestinos, que tendem a ter uma organização autônoma. Para alguns dirigentes dos partidos maiores, grupos como o PCB e o PC do B só devem atingir cerca de 10% do eleitorado. Admitem, porém, que esses partidos podem surpreender e que só se terá um resultado concreto após as primeiras eleições.

A expectativa agora gira em torno da Assembleia Nacional Constituinte. A maioria dos partidos acha que só com a Constituinte é que problemas como a representação política a nível local serão solucionados. Membros do PMDB como Leandro e Seligman vão mais longe, aprovando a idéia da formação de uma Assembleia Regional Constituinte, onde seria discutida uma Constituição para o DF. Teríamos então, um grupo de deputados, representantes de uma Assembleia local, para discutir o problema. (Idhelene Macedo, Cláudio Ferreira, Kátia Vieira e Ida Oliveira)

Agora, população participa

Maior participação da população na solução de seus problemas. Esta é a atual preocupação do novo Secretário de Serviços Sociais, Dr. Osmar Alves de Melo. No momento, o Secretário vem fazendo visitas sistemáticas às associações de moradores e inquilinos das Cidades-Satélites, procurando ouvir as suas reivindicações. Os encontros estão sendo realizados na própria sede das associações e nos CDS — Centros de Desenvolvimento Social. Segundo o Dr. Osmar, a participação da população é fundamental para a execução de um trabalho de maior qualidade e abrangência.

Reportagem de Carmen Kozak Simaan

Campus: Secretário, com a Nova República, o que muda na Secretaria de Serviços Sociais?

Dr. Osmar: Acho que muda muita coisa. Em primeiro lugar, essa Secretaria passará a tratar dos problemas sociais com uma visão mais humana dos problemas que afetam as populações carentes que dependem dela. Por outro lado, a Secretaria de Serviços Sociais deixará de ser, agora por diante, órgão de repressão. Porque era freqüente se ver onde havia uma presença da Secretaria, estar ao lado também os órgãos de segurança, da polícia, que muitas vezes iam para intimidar, amedrontar a população. Isso muda realmente. Outra coisa que muda efetivamente na Secretaria é o seguinte: acho que chegou o momento de uma maior participação da população na solução de seus problemas, e acho que essa participação é benéfica. É muito importante, na medida em que a população conhece os seus próprios problemas e pode ajudar na solução deles.

Campus: A que nível se daria essa participação?

Dr. Osmar: Por exemplo, se forem vencidas as resistências que há à construção de casas através do Sistema de Participação Comunitária, ou seja, mutirão, nós vamos ver que é realmente possível construir casas em Brasília, por preços acessíveis, a baixo custo, que atendem perfeitamente às necessidades da população carente. Segundo: outra coisa que me parece que muda, e isso é fundamental, é que as autoridades da Secretaria de Serviços Sociais passarão a se aproximar mais da população, ao invés de deixá-las distante. A começar pelo Secretário, nós estamos entrando em contato com as Associações de Moradores, de Inquilinos, etc., debatendo os seus problemas no próprio lugar onde essas estão instaladas, e ouvindo delas as suas reclamações, anotando e tomando providências. De modo que as coisas vão mudar e mudarão, porque no meu entender é fundamental que se dê à população condições dela ajudar a resolver os seus próprios problemas. Acabando de vez com esse paternalismo, com essa coisa de querer dar a papa feita na boca da pessoa ao invés de ensiná-la a fazer a papa e se alimentar pelas suas próprias mãos. Então essas mudanças é que nós vamos procurar operar. Creio que isto será feito dentro de um clima de tranquilidade e de confiança recíproca. Você mesma está assistindo. A gente vai debater esses proble-

mas num auditório, com essa população necessitada, carente, cheia de problemas de desemprego, falta de habitação e alimentação, e no entanto, nota perfeitamente que a população recebe as pessoas em um clima de consideração, expectativa e confiança na solução de seus problemas. E isso que vai mudando por aí.

Campus: Secretário, a Secretaria de Serviços Sociais é muito abrangente, atinge diversas áreas como habitação, saneamento, assistência social, etc. Como priorizar os trabalhos? Agora, qual será a meta principal?

Dr. Osmar: Um dos problemas mais críticos em Brasília, ligado à Secretaria de Serviços Sociais, é a habitação. Há milhares e milhares de pessoas residentes em fundos de quintal pagando alugueis muito caros. Há outros milhares de pessoas nas chamadas invasões. Aqui nós temos situações incríveis, como por exemplo, o Paranoá. O Paranoá, você deve saber, é tão antigo quanto Brasília. O Paranoá é uma região administrativa tanto quanto o Plano Piloto. No entanto nunca foi nomeado um administrador desta área. O que nós temos hoje lá é um gueto, um verdadeiro gueto. Quer dizer, uma população que deve estar aí por volta de 30 e 35 mil habitantes, é reduzida a um gueto em que depende toda essa população de dois chafarizes. Coisa realmente absurda, sem as mínimas condições de saneamento. Quer dizer os esgotos estão esexpostos na rua causando sérios problemas de saúde à população. Só recentemente é que se começou a construir alguns serviços públicos como escolas, o próprio Centro de Desenvolvimento Social — CDS, um posto de saúde, etc. Mas até pouco tempo essa população não tinha absolutamente qualquer tipo de serviço público. São aberrações que criaram no DF, que precisam ser corrigidas. E o fato de se dizer que ali é uma área nobre, e por ser uma área nobre não se deve permitir que seja assentada essa população, é uma questão que não tem justificativa. Em primeiro lugar, porque grande parte desta área é de particulares, não é nem do Distrito Federal. Portanto essa população já tem direito, por **usucapião**, à propriedade dessas áreas. Ali moram pessoas há 10 e até 20 anos, quando por lei bastaria estar por 5 anos para ter direito aos terrenos. Em segundo lugar, aquela parte que é propriedade do DF, eu acho que o GDF ao invés de remover essa população, deveria assentá-la no próprio local.



“Aqui, nós temos situações incríveis, como por exemplo o Paranoá, que é tão antigo quanto Brasília. Hoje, o Paranoá é um verdadeiro gueto.”
(Osmar Alves de Melo)

Campus: Secretário, e os recursos financeiros? A Secretaria de Serviços Sociais está contando com o apoio do GDF para a execução de seus projetos?

Dr. Osmar: O orçamento da Secretaria, é um orçamento limitado para os grandes problemas que existem aqui. Mas eu estou fazendo contatos com todas as áreas do Governo, e também com as áreas privadas, e entrarei em contato com organismos internacionais. Enfim, em todos os lugares onde seja possível obter recursos para resolver esses problemas. Estou mantendo contato com a Caixa Econômica Federal, para conhecer melhor o programa a ser lançado pelo ex-senador Marcos Freire, o “Verde-Teto”. Estou me dirigindo também a Fundação Bradesco que também tem disponibilidade para construir escolas profissionalizantes. E estou com as áreas de alguns órgãos que estão se reunindo com a Secretaria, que são as Secretarias de Saúde, Educação, Trabalho, a LBA, a FUNABEM, o Departamento de Assistência e Previdência Social, o SESI, SESC, SENAI. Nós estamos nos reunindo por iniciativa da dona Iolanda Pires, esposa do ministro Valdir Pires, para que discutamos formas de trabalho em que se eliminem as superposições de iniciativas de muitos órgãos, e a fim de que os investimentos dessas secretarias produzam melhores resultados. Tudo o que for possível para se obter meios para ampliar as condições de trabalho da Secretaria de Serviços Sociais será feito e está sendo feito desde já, eu não estou perdendo tempo.

Mesmo antes da composição do 2º escalão, da SHIS e da Fundação do Serviço Social, essas iniciativas já estão todas em andamento.

Campus: De acordo com as informações que estão circulando, a SHIS tem um rombo de aproximadamente 4 bilhões de cruzeiros. Quais as medidas a serem tomadas no tocante a este déficit?

Dr. Osmar: Com relação a situação a que você se refere, a situação da SHIS, gostaria de lhe dizer que venho já me reunindo com os órgãos ligados ao assunto. Hoje mesmo tivemos uma reunião com a presença dos Secretários José Carlos Melo, do Governo; do Chefe do Gabinete Civil, Dr. Guy de Almeida; do Secretário de Administração, Dr. Brant; com os dirigentes da SHIS, CODEPLAN e assessores dos secretários; para estudar a solução do problema mais crítico da SHIS, que é o problema dos carnês. Os pagamentos não vêm sendo feitos. Há uma grande quantidade de mutuários ou quase todos eles, em atraso. Você sabe que isso significa sem dúvida alguma, prejuízo para a SHIS, porque ela recebe e repassa ao BNH. E ela não recebe mas tem que repassar. O BNH cobra multa, correção monetária, juros de mora, e assim há prejuízo para a SHIS. Mas há uma solução de emergência à vista para este problema que vem se arrastando há anos. No decorrer dos próximos 15 dias será anunciada esta solução. Há em estudos, uma solução definitiva. De sorte, que eu espero que sejam contornados os problemas

que hão por aí, e que a SHIS volte a operar normalmente dentro de pouco tempo.

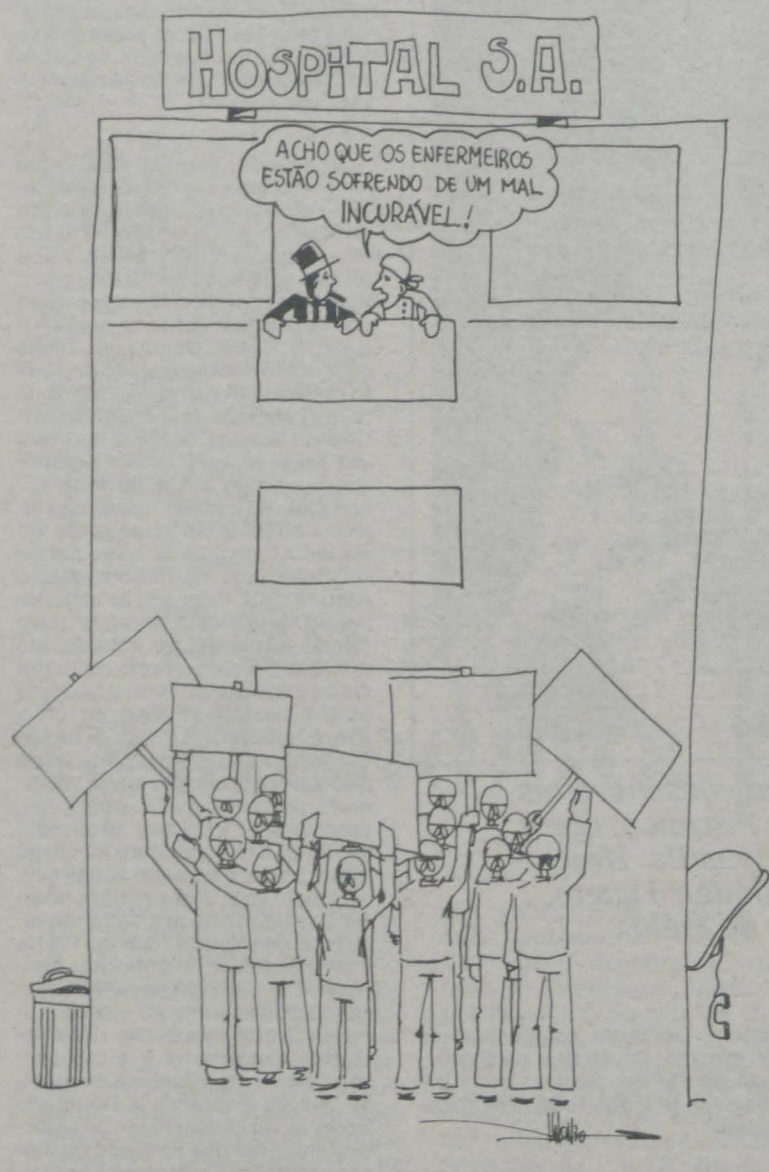
Campus: Comenta-se que o Sr. pretende se candidatar nas próximas eleições, talvez pleiteando o Senado. Como ficariam os trabalhos da Secretaria do Serviço Social, nesse caso?

Dr. Osmar: Bem, eu como você sabe, sou uma espécie de sentinela do meu partido. Eu fui do antigo MDB, em sua origem. Fui um dos fundadores do PMDB. Fui o último advogado do MDB e o primeiro do PMDB. Sou uma pessoa que colabora há muitos anos com o Dr. Ulysses Guimarães, tenho com ele um relacionamento muito estreito em torno do PMDB. E nessa condição de homem de partido eu sou um homem que tem ido para os sacrifícios. Sempre que o partido exige de mim sacrifícios, eu os faço. Como nas últimas eleições de 82, estando ausente do Ceará há 22 anos, me foi solicitado que eu fosse ajudar o partido e fui. Concorri as eleições para Deputado Federal, e para minha surpresa tive votação até muito expressiva, mais de 10 mil votos para quem estava ausente há 22 anos. Não é? Aqui, eu tive a honra muito grande de ter tirado exatamente 30,27% da votação da colônia cearense que aqui votou, mais, portanto, que o próprio governador do PDS que tirou apenas 23%. Ele, candidato ao cargo majoritário, e eu a um cargo proporcional com dezenas de concorrentes. De modo que, se for do interesse do partido, que eu venha a ser candidato às próximas eleições de 86 para a Assembleia Nacional Constituinte eu me afastarei da Secretaria de Serviços Sociais e concorrerei a estas eleições. Se for do interesse do partido que eu concorra a Deputado Federal, eu concorrerei. Se o partido entender que eu tenho melhores condições de disputar as eleições para o Senado Federal do que outros candidatos, eu concorrerei ao Senado. E creio que posso prestar um bom serviço à Constituinte, porque vou lhe revelar aqui uma coisa curiosa, eu escrevi um livro há alguns anos atrás, inclusive com a apresentação do Dr. Ulysses Guimarães, e só deste livro foram extraídas, até hoje, cerca de quinze emendas constitucionais. E eu tenho certeza de que com a vivência que eu tenho no trato de problemas de Direito Constitucional Comparado posso prestar um bom serviço à Constituinte.

Campus: Mesmo sem estar nada definido, caso o senhor concorra nas próximas eleições será por Brasília?

Dr. Osmar: Eu estou transferindo o meu título de eleitor para Brasília. Mesmo tendo concorrido as últimas eleições pelo Ceará. Eu sou cearense daqueles que nunca se desvinculou de seu Estado, parece que o meu cordão umbilical continua ligado lá. Agora, pretendo fazer política aqui em Brasília. Se nas eleições de 86 o partido entender que eu devo concorrer as eleições, eu concorrerei. Mas lhe digo desde já que não tenho preferência pela Câmara ou Senado. Eu tenho interesse em servir o partido. E ao partido eu servirei onde ele achar que for melhor.

Funcionários da FHDF pedem mais ação sindical



O Sindicato dos funcionários da Fundação Hospitalar do Distrito Federal — FHDF reivindica um reajuste salarial na base de 100% do INPC a partir de 1985, promoção anual aos integrantes das Tabelas de Empregos Permanentes (TEP) e em Comissão (TEC), eleição direta em todos os níveis, produtividade de 6%, insalubridade, fornecimento gratuito de transporte, alimentação e uniformes, entre outras.

Desde o segundo semestre de 1984, as entidades de saúde do DF vêm se reunindo, regularmente, com o objetivo de encaminhar suas reivindicações junto à FHDF, visando melhores condições de trabalho.

Todas as reivindicações constam em um termo aditivo, já entregue à FHDF, feito com base no acordo conseguido pelo Sindicato dos Médicos. Para Levi Gomes, diretor do Sindicato dos funcionários da FHDF, G'& nossa categoria não tem por que aceitar que a Fundação realize acordos distintos entre médicos e funcionários, pois acreditamos que as reivindicações são justas e fundamentais para o desenvolvimento de nossas profissões".

Segundo Levi Gomes, as negociações estão bem adiantadas devido à união dos sindicatos da área de saúde. Já está assegurado, para as oito entidades sindicais, o direito a voto para os cargos de chefia de unidades e centros médicos.

REPRESSÃO

De acordo com boletim informativo distribuído no último dia 20 aos funcionários da FHDF, a mobilização alcançada pelos servidores desencadeou "uma série de medidas repressivas". A administração da Fundação, na pes-

soa de Antônio Frejat, ex-Secretário de Saúde do DF, determinou a proibição de reuniões nos locais de trabalho, ameaça de demissões e transferências, entre outras medidas.

Em audiência com o Secretário Interino de Saúde do FHDF, Dr. Célio Menicucci, as entidades obtiveram a garantia da realização das eleições diretas. Em seguida, por ocasião da posse do novo Governador do DF, foi realizado um ato público com a participação de todas as categorias de saúde, que dentre várias reivindicações, protestava contra a permanência de Frejat na Fundação Hospitalar. Tal manifestação culminou com a demissão do então Secretário, medida esta que, segundo as entidades "abre caminho para efetiva democratização e moralização na FHDF".

DIVERGÊNCIAS

Apesar dessa vitória conquistada, muitos funcionários não consideram o processo eleitoral como questão prioritária. Segundo eles, a melhoria salarial e melhores condições de trabalho são pontos básicos que não estão sendo vistos pelo sindicato com a urgência que merecem.

Para o funcionário F.J.L., que prefere não ser identificado, o sindicato é "devagar", fazendo com que a maioria queira a formação de comissões a parte, agilizando, assim, o processo das negociações. Segundo o funcionário, "as eleições diretas não são interessantes, pois os servidores não conhecem os médicos. No setor burocrático, por exemplo, não há contato entre os médicos e os servidores, o que dificulta a escolha de um candidato".

Na opinião de outro funcionário, a união que existe en-

tre os sindicatos da área de saúde é elitista, pois sempre dá preferência aos médicos. "Os médicos acham que têm prioridade porque mexem com vidas. Mas e os auxiliares de enfermagem e atendentes? Se o serviço da área burocrática atrasar, o hospital pára, fica sem recursos".

Para Levi Gomes, o Sindicato não está parado. Já foi formada a comissão paritária constituída por três representantes da FHDF e um de cada centro médico para estudar a melhor maneira de realizar o pleito. Segundo Levi, "nós estamos mais unidos do que nunca. As pessoas que julgam o Sindicato como "devagar" são pessoas desinformadas, desconhecem o movimento sindical". Levi ainda afirma que nada pode ser feito antes de setembro, data base para negociações com a FHDF.

"Se não há pressão, é porque a Fundação não dispõe de verbas. O termo aditivo já foi encaminhado ao Governador e enquanto aguardamos uma solução, estão sendo realizadas várias reuniões, com a participação de todas as entidades de saúde", prossegue.

Para Luís Ribeiro, associado do Sindicato, "o momento não é para divergências, e sim união e batalha. Falta consciência e organização de classe que, infelizmente, ainda não existem em Brasília".

Tanto Luís como Levi afirmam que o tumulto no andamento das negociações está sendo provocado por pessoas que desejam eleger-se nas próximas eleições do Sindicato.

Em resposta a esta acusação, alguns funcionários defendem-se: "A intenção não é de bagunçar, mas ter nossas reivindicações atendidas". (Ana Paula Macedo e Ana Cristina Marques)

Salários podem levar professores à greve

"Aguardamos uma resposta satisfatória, do contrário, a proposta de greve será apresentada na Assembléia do próximo dia 15". Essas são as palavras do presidente do Sindicato dos Professores do DF — SINPRO, José Libério Pimentel a respeito do rumo que o movimento dos professores da rede oficial tomará, caso suas reivindicações não sejam atendidas.

Os professores, que estiveram concentrados em frente à Secretaria do Planejamento entre os dias 3 e 10 deste mês, têm como ponto básico de seu movimento o reajuste salarial e melhores condições de ensino.

Numa luta que já se arrasta por dois anos, os professores foram recentemente atendidos pelo Secretário de Educação do DF, Pompeu de Souza, em todas as cláusulas políticas e administrativas. Dentre elas a estabilidade no emprego após um ano de serviço, nomeação de delegados sindicais, além de eleições diretas para diretores de escolas e

Reajuste salarial e melhores condições de ensino. Estes são os dois pontos básicos do movimento dos professores da rede oficial, numa luta que já completou dois anos.

REPERCUSSÃO

De acordo com José Libério o que está pendente agora é a questão de ordem econômica. Dos cinco itens reivindicados pela categoria, somente a equiparação dos técnicos de nível C e a gratificação de 12% para os professores de ensino especial foram atendidos, porém, os pedidos de 46% de reposição salarial (Lei Calmom), 15% de produtividade e 5% de triênio ainda estão em fase de estudos pelo governador José Aparecido.

"O movimento está conseguindo uma repercussão muito boa, por enquanto a nível local. O que pretendemos é provocar efeitos políticos e sensibilizar o Ministro do Planejamento, João Sayad, para

a liberação da verba de 3 trilhões prometidos à educação. O próprio ministro Marco Maciel já declarou que a educação é um investimento e merece prioridade. Afinal, o que é mais importante: salvar o ensino ou o Sulbrasilero?" — declara Libério.

No que diz respeito à proposta de greve, o presidente do SINPRO ressalta que esta apenas será utilizada como último recurso. A greve deve ser usada com clareza para unificar, e não esvaziar o movimento. Libério considera que com a abertura política instaurada na Fundação Educacional, o professor garantiu um espaço bastante amplo para a defesa de seus interesses. Assim, afirma, o que se pretende é a realização de

discussões regionais, não só a nível local como também nacional, para que se crie maior conscientização sobre os problemas da educação no País.

COMUNIDADE

Para Iolanda de Paula, professora do Centro de Ensino Asa Branca, o movimento não visa apenas o direito dos professores, mas "a melhoria do ensino que está uma vergonha". Segundo ela, um professor para viver decentemente precisa trabalhar os três períodos, prejudicando o seu aperfeiçoamento profissional.

Iolanda considera que a luta dos professores vem conquistando amplo apoio da população, principalmente dos pais dos alunos, por entenderem que os benefícios con-

quistados serão revertidos a favor de seus próprios filhos. "Com a Nova República — declara a professora Walfrida Fernandes, da Escola Classe Jardim de Infância do Lago Norte (ECJILN) — a comunidade vai participar mais e passar a compreender que o processo de ensino e aprendizagem fica muito a desejar em relação ao mercado de trabalho atual". Walfrida continua afirmando que todo processo depende de uma educação bem aprimorada, porém o que se observa é um nível de ensino cada vez mais decadente.

Márcia Lopes Reis, também professora do Lago Norte, salienta que o movimento das professoras está articulando sem afetar o curso normal das aulas. As concentrações diárias estão sendo realizadas por área de ensino, de acordo com o dia reservado para o planejamento geral. "Estamos sacrificando um dia que é nosso" — conclui. (Ana Cristina Marques e Ana Paula Macedo)

Com a palavra, o ex-constituente Amaral Peixoto



Celso Azevedo

"O País precisa de uma Constituição e a única forma democrática de se elaborar uma nova Carta é através de uma Assembleia Nacional Constituinte"

"Só se pode instaurar uma democracia através de uma Assembleia Nacional Constituinte. Ela é o único meio hábil de dar um novo regime ao País".

Em seu confortável gabinete, sentado diante de uma mesa repleta de papéis, o senador Amaral Peixoto, do PDS do Rio, faz esta declaração. Gestos pausados, falar lento e às vezes alguma dificuldade em ouvir marcaram toda a entrevista, que durou cerca de trinta minutos.

Começamos a entrevista falando sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 46. Eleito membro da Assembleia no mesmo dia em que Dutra seria eleito Presidente da República, Amaral Peixoto lembra o choque das duas grandes correntes, o PSD e a UDN. Forças que defendiam o Estado Novo se chocavam com outras que eram contra a política de Vargas.

1946

Essas disputas, no entanto, não enfraqueceram o espírito de mudança que habitava o País. Como cita Amaral Peixoto: "A Constituinte de 46 foi democrática, trouxe inovações sociais e políticas". Entre elas: trabalhadores passavam a ter participação nos lucros das empresas e as terras podiam ser desapropriadas com fim social mediante o pagamento em dinheiro. Logo adiante, como ouvesse se esquecido de citar algo importante sobre a Constituinte de 46, Amaral Peixoto lembrava a participação de um homem "extremamente inteligente e progressista": Agamenon Magalhães. A participação popular na Constituinte também foi ressaltada: "Teve até representante do Partido Comunista".

E a Assembleia Nacional Constituinte que está para ser convocada para o ano que vem? O senador do PDS, eleito pelo Rio em 79, acredita que o País precisa de uma nova Constituição e que a única forma democrática de se elaborar uma nova Carta é através de uma Assembleia Nacional Constituinte. Porém, discorda de alguns nomes que

fazem parte da comissão de juristas e outros profissionais que irão fazer um anteprojeto da próxima Constituição. Esta lista, divulgada recentemente, onde o presidente Tancredo Neves aponta 33 nomes, possui, para Amaral Peixoto, algumas figuras que não podem dar nenhuma contribuição. Segundo o senador, o povo pode colaborar, mas a confecção da Carta tem de ser feita por homens esclarecidos, que devem ter conhecimento dos anseios populares.

Quanto aos princípios jurídico-políticos a serem implantados parece haver um acordo entre os partidos. A eleição direta, a volta do Partido Comunista, o fim do decurso de prazo e fim das emergências parecem ser um anseio de toda a classe política.

A grande discussão a ser travada está em torno das ordens econômica e social. Pelo menos essa é a opinião de muitos parlamentares que atuam no Congresso Nacional. Para Amaral Peixoto, um dos fundadores do Partido Social Democrático, as questões econômico-sociais sempre irão gerar controvérsias, pois os pontos de vista são contraditórios. E menciona o problema da terra: "O grande latifúndio improdutivo, a grande extensão de terra na mão de um homem que nada produz deve ser desapropriado. O problema da terra deve ser resolvido ou pela tributação, aumento de impostos, ou, através da desapropriação com o pagamento em títulos que não se desvalorizem".

Amaral Peixoto fala ainda sobre os atuais partidos políticos. Segundo ele, só com a Constituinte é que eles irão adquirir uma base sólida. Eles precisam ter mais vivência. Os partidos de hoje estão em formação. Ainda não representam o povo, como aqueles que surgiram antes de 64. E faz uma crítica à instabilidade dos partidos: "O PFL está aí com o PMDB numa transfusão de sangue".

A Nova República ainda não tomou corpo. É muito cedo para se julgar o governo do presidente José Sarney. Assim é que o senador definiu a sua posição e a de seu partido

com relação ao novo Governo. Porém, não descartou o papel de "vigia" que o PDS está exercendo, ao analisar cada atitude do Executivo. E justifica essa posição do partido: "O povo escolhendo um candidato, embora não diretamente, escolheu também o partido que faria oposição a esse candidato. Por isso é que as promessas feitas em praça pública, pela Aliança Democrática, serão cobradas".

Embora seja cedo para emitir uma opinião, o senador num momento, talvez de distração, deixa escapar algumas críticas. A volta à normalidade administrativa, o combate aos abusos e até mesmo a retirada do chamado "entulho autoritário" não foram ainda formalizados. E dá como exemplo os decretos-leis. Se o presidente José Sarney quiser hoje baixar um

desses decretos pode, pois o Congresso ainda não removeu esse entulho. Criaram-se ministério desnecessário, como o da Desburocratização e o da Cultura. O Brasil precisa é de cultura e não de ministério, pois este é apenas uma máquina burocrática.

Uma medida adotada pelo governo da Nova República é o estabelecimento de eleições diretas para Presidente. O interventor do Estado Novo no Rio fala com segurança e firmeza que sempre foi a favor desta medida. Não era, no entanto, há um ano atrás, quando o deputado Dante de Oliveira, do PMDB do Mato Grosso, apresentava a sua emenda ao Congresso Nacional. Ali, se as diretas fossem aprovadas seria uma precipitação. Poderia haver um golpe, como houve em 37. Não

tínhamos a certeza de que o meio militar iria nos dar cobertura. Hoje temos a confiança de que os militares não vão interferir na vida política do País. Este é o momento certo de iniciarmos as mudanças, completa o senador.

Falando sobre as revoluções ocorridas no País, Amaral Peixoto lembra a Revolução de 30. Para ele, esta foi a única do Brasil, pois só nela que o povo tomou parte. Fazendo uma retrospectiva, resalta a mudança que essa Revolução representou para o País. Além da revisão dos processos administrativos e organização sindical, instituiu também o voto secreto e o da mulher.

REVOLUÇÃO DE 64

Segundo Amaral Peixoto, um dos maiores erros da revolução de 64 foi acabar com os partidos políticos. Era de se esperar que acontecesse, pois estavam precipitando demais as coisas. A agitação política em que se encontrava o País iria provocar uma reação, como provocou. O senador esclarece que não teve nenhuma interferência na revolução e que seria contra ela, mas na época era inevitável que ocorresse.

Quanto aos Atos Institucionais, decretados depois de 31 de março, o então ministro do Tribunal de Contas da União do governo João Goulart, aponta-os como erros gravíssimos. O Ato Número Um foi perfeito dentro da mentalidade revolucionária, pois serviu para organizar o Governo. Já o AI-2 e o AI-5 foram medidas autoritárias, que nos deixaram anos fora da legalidade. Aqueles atos repercutem até hoje na vida política do País.

AI-5

Amaral Peixoto explica como e porque surgiu o AI-5. Segundo ele, uma das razões foi dar estabilidade ao Governo. E que houve uma eleição e a Oposição elegeu dois governadores, um no Rio e outro em Minas. Eram eles: Negrão de Lima e Israel Pinheiro, ambos do PSD. Isso provocou uma reação militar. Para dar uma satisfação a essa reação, o Governo acabou com os partidos. (Ana Paula Araripe)



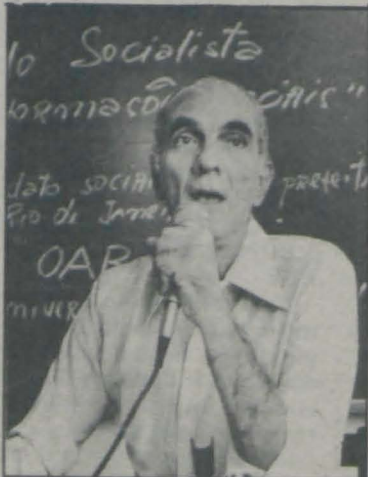
Surge a opção

Fotos de Ulisses Lacava

PARTIDOS

Campus — Como ficará, no seu entender, a nova composição do Congresso depois da reforma partidária?

Saturnino — Acabou o período das frentes. Terminada a ditadura, o instrumento normal da democracia é o partido político e não as frentes. Uma dessas frentes já se rompeu, o PDS, ou a antiga ARENA. Ficou o PDS malufista como partido conservador de direita rompido com a frente liberal que deu origem a um partido liberal que é o PFL. É muito importante que ele, o PFL, exista pois corresponde a uma filosofia, a uma vertente de pensamento político. A outra grande frente é que ainda não se rompeu, mas vai se romper inevitavelmente. O futuro do PMDB é uma bipartição. Uma parte conservadora que vai se aliar a Frente Liberal e uma parte mais a esquerda que vai se aliar a nós. É inevitável que isso aconteça. A tendência do quadro partidário é se separar em três ou quatro grandes vertentes: a vertente conservadora, a liberal, a socialista, e uma quarta vertente que seria a Marxista-Leninista, que vai existir. Se o Partidão negar profundamente esta tese surgirão outros partidos a esquerda que vão pregar a tese revolucionária. É claro que aí no meio pode existir o Democrata Cristão, o PT vai subsistir até um determinado momento, não sei até quando, pode ser até que ele consiga se afirmar com uma nova proposta. O fato é que três ou quatro vertentes estão aí e são essas que irão definir o quadro partidário em um futuro relativamente próximo. Depois da Constituinte, por exemplo.



Se os comunistas estão adotando posições de fidelidade ao regime democrático, por que insistir em ser comunistas?

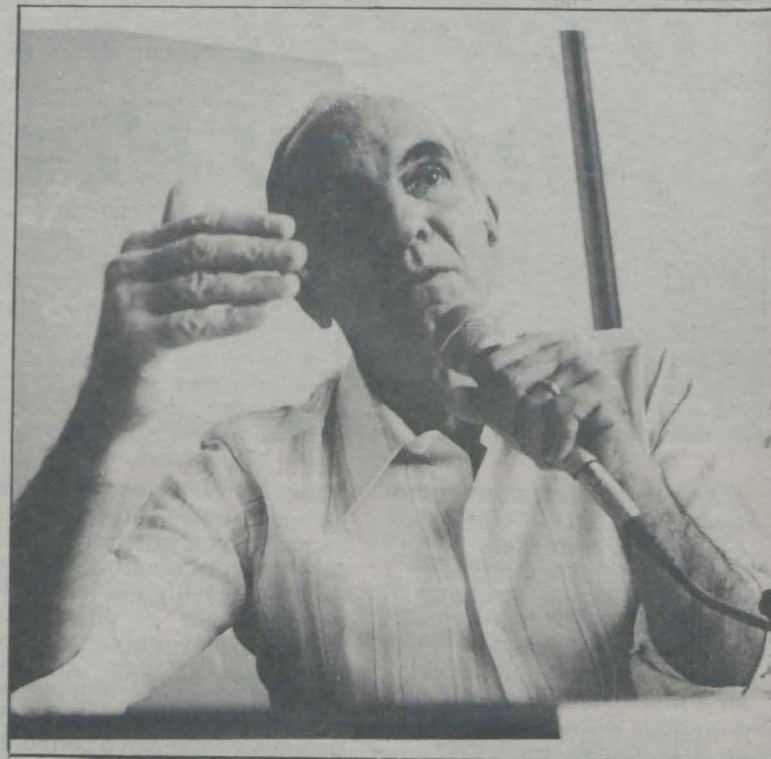
Campus — Os Comunistas apóiam o projeto de transição proposto pela Aliança Democrática. Como o Sr. vê uma possível aliança entre Comunistas e Socialistas?

Saturnino — Eu vejo esta aliança como um fato que seria auspicioso se fosse possível. Na medida em que, no Brasil, os comunistas vão assumindo esta postura, eu acho o seguinte, dizendo com toda franqueza já que estamos aqui em uma comunicação total: Se os comunistas estão adotando estas posições de fidelidade ao regime democrático, ao regime pluripartidário, renúncia a luta armada, por que insistir em ser comunista? O comunista tem toda uma tradição, toda uma história que é exatamente a negação de tudo isto. Reconheço que hoje, na Europa, há um movimento do Partido Comunista Italiano, do PC Espanhol que estão exatamente passando por esta transformação. Mas a tradição do movimento comunista é a de negar o pluripartidarismo, negar a possibilidade de se chegar ao socialismo senão através da luta armada, enfim, muitas coisas que caracterizam o que eu me referia. Por que insistir em uma denominação que corresponde tradicionalmente a estas posições negadas e não aderir à tese do socialismo e ao Partido Socialista? Entendo que a aliança dos comunistas com os socialistas é uma coisa muito importante e deve ser desenvolvida desde que se ressalte a ênfase na democracia para tirar todo aquele ranço do passado que a tradição e a história dos comunistas traz. Se todos nós queremos o socialismo, a sociedade sem classes, a democracia, por que não nos unirmos em um partido socialista democrático ao invés de estar tentando reconstruir o velho Partido Comunista, que traz toda esta carga negativa do passado?

Campus — Como é que o Partido Socialista se relaciona com a proposta do Partido dos Trabalhadores, em que ponto se assemelham e em que ponto se diferem?

Saturnino — Existe uma grande área de identificação do Partido Socialista com o PT em tudo que diz respeito às reivindicações dos trabalhadores. O PT é um partido que ainda, não sei porque dificuldade, se é pela sua heterogeneidade, se é pela ênfase que quer dar a luta dos trabalhadores propriamente dita, o fato é que o PT concentra todas as suas propostas e toda a sua atuação na organização

O senador Roberto Saturnino Braga é engenheiro civil, 53 anos, casado, três filhos. Entrou na política como Deputado Federal em 62 e, de 66 a 74, foi impugnado pelo SNI, não podendo ter cargo eletivo. Em 74 elegeu-se Senador, sendo reeleito em 82. Recentemente trocou a condição de candidato natural do PDT ao governo do Estado do Rio pela disputa da Prefeitura da Cidade. É hoje um dos principais articuladores da formação do novo Partido Socialista. Esta entrevista é resultado do debate com o Senador, realizado no Departamento de Comunicação, e de uma entrevista exclusiva feita pelos repórteres Luciano Suassuna e Vinicius Dória.



dos trabalhadores e nas lutas trabalhistas específicas. Até aí nós estamos inteiramente de acordo. Só que o PT procura evitar a definição ideológica do seu partido. O PT não quer se afirmar como um partido socialista e eu me lembro de uma resposta antológica dada pelo Lula quando lhe perguntaram em uma entrevista de televisão se ele era, afinal de contas, socialista, liberal ou comunista. Lula respondeu: "sou torneiro mecânico". Sem dúvida é uma resposta inteligente, espirituosa, mas que no fundo revela uma dificuldade que o PT tem em se definir ideologica-

mente. Eles querem conservar um caráter de pluralidade ideológica desde que estas posições estejam em defesa dos trabalhadores. Nessa luta eles são muito eficazes e nós fechamos com eles. Só que queremos ter uma amplitude maior de definição de um programa, de uma proposta de caráter ideológico, que o PT até agora não foi capaz de resolver.

Campus — A falta de quadros do PDT levou o partido a "emprestar" a legenda a pessoas que não têm nenhum compromisso ideológico com o partido como, por exemplo, Adhemar de Barros Filho.

Não pode acontecer a mesma coisa com o Partido Socialista?

Saturnino — É possível que aconteça em um caso ou outro. Mas o próprio Adhemar tem um compromisso com o trabalhismo. Agora o PS vai ser criado como sendo um partido de unidade das forças socialistas e trabalhistas. É claro que a componente socialista tende a crescer cada vez mais enquanto a trabalhista tende a reduzir. Mas nós não queremos nos separar completamente das forças trabalhistas nem das populistas, como o Adhemar de Barros.

TRABALHADORES

Campus — E como fica o Pacto Social proposto pela Aliança Democrática?

Saturnino — Este governo não definiu ainda esta questão. Ele está falando em Pacto Social dando a entender que este pacto é um acerto entre trabalhadores e empresários. Nós achamos que nesta idéia de pacto social está implícito que os trabalhadores cederão em alguma coisa quando achamos que os trabalhadores já pagaram demais, foram os que mais pagaram nos últimos vinte anos e continuam sendo os que mais pagam. Isso tem que acabar. Vamos instituir um processo de pagamentos de salários em ORTN, que é a moeda que remunera o fator capital. Achamos que o pacto verdadeiro tinha que ser um pacto entre empresários, banqueiros e governo para pagar melhor o trabalhador, resgatar esta dívida social. De um lado possibilitando as

empresas, pela redução dos juros, das custas financeiras, a pagar melhor os trabalhadores e oferecendo salários em ORTNs. Do outro lado, dando condições do governo desenvolver, através da redução da desvalorização desta dívida que está nas mãos dos banqueiros, programas sociais de atendimento às reivindicações e necessidades mais sentidas pela população. Este é o verdadeiro pacto social, que põe o trabalhador apenas como o observador-receptor.

Campus — Os sindicatos são controlados por outros partidos (PCB, PT, PC do B). Como fazer uma base sindical socialista?

Saturnino — Nós somos um partido novo. Estamos ultrapassando agora a nossa adolescência e, por isso, a nossa penetração no meio sindical é ainda pequena. Mas ela cresce tão rapidamente que eu acredito que nos próximos

três anos nós seremos a principal força no meio sindical. Eu digo isso porque vejo que no meio sindical do Rio de Janeiro nossos companheiros cultivam muito o contato com a base sindical. E nós observamos que existe um grande número de lideranças sindicais que não aparecem muito porque não são politicamente aparelhadas. Eles formam uma maioria silenciosa de representantes autênticos de sua categoria e que não têm vinculação partidária. Esse conjunto está aderindo a nós num processo de crescimento muito veloz. Por isso eu digo que num prazo, relativamente curto nós teremos condições de ser a maior força do meio sindical.

Campus — Como o Partido Socialista vê a questão das greves, ressaltando que no programa apresentado pelo PDT em cadeia de rádio e televisão, Brizola disse não permitir greves que interferis-

o socialista

sem na segurança nacional?

Saturnino — Eu não concordo cem por cento com a opinião do Brizola, só que ali, no programa eu não ia dizer isso pois ficava chato, né? Mas isso não é uma posição do partido, é uma resposta do Brizola que está lá encucado com as greves no Rio que estão atingindo o Metrô, o transporte rodoviário, o sistema de saúde do Estado e tudo mais. Acho eu que temos de ser favoráveis ao direito de greve mais amplo e irrestrito, inclusive do serviço público. O direito de greve é o único instrumento de barganha

que possui o assalariado. Mas temos quer ter certas regras para resguardar também o interesse público. Greve, por exemplo, dos médicos pode ser feita, mas o atendimento de emergência deve funcionar. Não se pode colocar em risco a população por causa de um problema que diz respeito a classe médica. Têm determinadas regras que devem ser obedecidas para evitar um colapso em atendimentos fundamentais, como é o caso do atendimento médico. Precisamos ter sistemas de emergência para que a população não seja sacrificada.

SOCIALIZAÇÃO

Campus — Como se chegar a uma sociedade sem classes, proposta pelos socialistas, sem que haja conflitos entre as classes já estatuidas?

Saturnino — Acho que agente chega lá por etapas sucessivas, por exemplo, socializando setores importantes como o sistema bancário, enfrentando o problema da comunicação e instaurando esta série de reformas sociais. É importante ao socializar, defender a empresa estatal, porém é preciso também realizar reformas desta empresa estatal, isto é, democratizá-la por dentro e por fora. Por fora, submetendo estas empresas a um controle permanente da sociedade, através do Congresso. Por dentro, instituindo mecanismos de participação não só nos resultados como também na gestão destas empresas, instaurando comissões paritárias, representação de empregados na direção e nos conselhos da empresa e ir por etapas de aperfeiçoamento, democratizando este setor socializado.

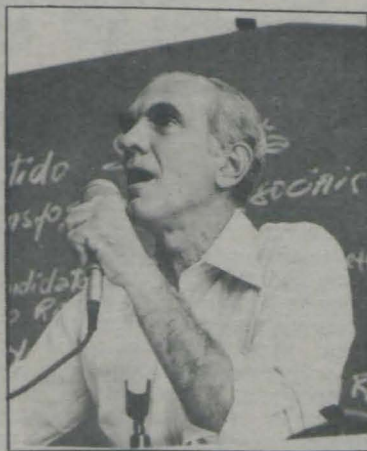
Campus — Como o Sr. viu a estatização do Sulbrasilero?

Saturnino — A estatização do Sulbrasilero foi uma decisão política. Você pode dizer quer foi um preço alto, 900 bilhões de cruzeiros, mas se o governo fosse fazer a liquidação pagaria também um preço alto pois há certos tipos de patrimônio que são garantidos pelo próprio governo. Talvez não fossem 900 bilhões, talvez fossem 400 ou 500 mas de qualquer maneira haveria um grande dispêndio para liquidar judicialmente o banco. Eu votei a favor da decisão. Votei consciente de que o preço era salgado.

Campus — Como socializar a Comunicação sem que haja confrontos com o Estado Socialista?

Saturnino — Os políticos tem medo até hoje de discutir este problema. Se avançam muito nas suas propostas estão sujeitos a um boicote por

parte da grande imprensa e das grandes cadeias de rádio e televisão do País e isso pode ser fatal em termos de eleições ou reeleições. Por isso ficam encurralados e com medo de discutir o assunto. Mas a sociedade tem que obrigar os partidos a se definirem quanto a essa questão. A solução de democratizar os meios de comunicação, à luz do nosso ponto de vista, tem que passar por um sistema misto onde existam emissoras estatais, voltadas mais para o lado cultural, e outras emissoras sob a forma de cooperativas ou até mesmo privadas, por em com conselhos de administração onde haja uma intensa participação, até mesmo eletiva de sua direção. Não é possível que um império como a Rede Globo esteja nas mãos do poder de decisão de um único homem, com seus caprichos, com seus interesses ditando diretrizes de comportamento. Temos que abrir caminho para a participação de cooperativas e, inclusive, participação das Universidades nos canais de comunicação de um modo geral.



“Não é possível que um império como a Rede Globo esteja nas mãos do poder de decisão de um único homem”.

Campus—Qual a sua opinião quanto a polêmica causada pelas acusações do Dep. Sebastião Nery endereçadas ao Brizola?

Saturnino — Esse episódio foi muito prejudicial ao partido, pois afinal de contas, Sebastião Nery não é um Agnaldo Timóteo. Nery tem credibilidade, tem um passado, colunas respeitadas na imprensa, é um bom articulista. Isso tudo poderia ser evitado. Mas a verdade é a seguinte: O Brizola tem dado pouca atenção aos deputados, aos seus companheiros de base partidária. Ele recebe pouco os deputados e eles se queixam, estão todos insatisfeitos e o Nery ficou muito enciumado pois em episódios tais ele se sentia

BRIZOLA

postergado, marginalizado. Ai ele começou a escrever dando farpadas, soltando farpas na forma de pequenas críticas em sua coluna, que é uma coluna muito lida. Essa posição de cúme do Nery é compreensível pelo lado humano mas politicamente nós temos que entender que não dá! Eu também não tenho esse acesso ao Brizola, deveria ter mas não tenho. Compreendo que é um defeito dele, nós insistimos muito e ele promete que vai fazer e não faz, mas a gente não vai, por causa disso, romper com ele. E o Nery começou a fustigar. No princípio o Brizola foi tolerante. Chegou um determinado momento, e ai entra o lado negativo do Brizola, ele não

tolerou mais. Deu uma cacetada no Nery e ai pronto! Fêriu ainda mais o deputado que se perdeu e começou a invocar testemunho de uma pessoa que não tem um mínimo de dignidade e até mesmo de postura ética. Esse rapaz, o David, que forneceu os tais recibos para o Nery, apesar de ter sido (já não é mais) companheiro nosso de partido, esse rapaz é um mau caráter, um falsário. E baseado no testemunho desse mau caráter, Nery alimentou suas críticas ao Brizola. Ai a coisa degenerou. Houve erros de parte a parte e eu lamento que isso tenha acontecido. O Nery era para nós um deputado muito importante.

Nem liberal, nem marxista: socialismo é socialismo

A redemocratização de 1945 gerou a Esquerda Democrática, embrião do Partido Socialista Brasileiro. A redemocratização atual gerou o Partido Democrático Trabalhista, embrião do futuro Partido Socialista, ainda sem sigla definida. No antigo PSB, João Mangabeira foi o seu principal expoente. A frente da atual proposta socialista está o senador Saturnino Braga, candidato à prefeitura do Rio de Janeiro. A formação e o programa do Partido Socialista estiveram em discussão nos dias 14, 15 e 16 de junho, no Congresso Socialista, no Rio de Janeiro. No dia 24 de maio no Departamento de Comunicação da UnB, o Senador antecipou algumas das propostas do que será, provavelmente, o Partido Democrático Trabalhista Socialista (PDTs).

Para o senador Saturnino Braga o antigo PSB era um partido acadêmico, afastado das massas. O espaço político do atual partido por outro lado, é limitado à direita pelos liberais e à esquerda pelos comunistas.

As diferenças com os liberais são, basicamente, duas:

— O conceito de democracia: “Os socialistas querem democratizar a sociedade, só que extinguindo as classes”.

— “Os liberais têm horror à presença do Estado. Os socialistas acreditam na necessidade de um planejamento econômico e social para a maioria, portanto, a intervenção do Estado como empresário é imprescindível”.

COMUNISTAS

Com relação aos comunistas, Saturnino Braga aponta quatro características distintas:



— Os socialistas têm uma fidelidade absoluta ao regime democrático. Não aceitam a “Ditadura do Proletariado”. A liberdade é um bem tão essencial quanto os bens materiais necessários à qualidade da vida humana. Negam a revolução armada. Querem o poder através do voto. Aceitam o gradualismo e querem implantar o socialismo na velocidade possível.

— Não têm fidelidade ao Marxismo-Leninismo. Não aceitam o marxismo como ciência infalível.

— Não querem alinhamento de nenhuma espécie. Nem com a URSS, nem com o Bloco Comunista.

— Acreditam que podem chegar à sociedade sem classes sem eliminar completamente a inicia-

tiva privada. “Não é necessário socializar o botequim, nem o açougue, nem o escritório de advocacia, nem o escritório de engenharia”.

PROJETOS

O atual projeto socialista caracteriza-se essencialmente por reformas em vários setores e por propostas que, segundo o Senador, têm que servir ao Brasil de hoje.

A reforma da Educação é a primeira e principal de todas. Mas também são importantes várias reformas no setor social: reforma de toda a legislação trabalhista, reforma agrária, reforma do sistema de saúde e previdência e reforma do sistema de habitação.

As reformas políticas contidas na atual proposta socialista são de caráter institucional: reformas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Há, segundo Saturnino Braga, um novo poder que precisa ser institucionalizado: o poder da informação e comunicação. Para ele é tão importante eleger o presidente da Rede Globo quanto o Presidente da República.

Finalmente, as reformas econômicas são a socialização do sistema bancário e o desenvolvimento de setores industriais como alimentação, tecidos, casas, camas, mobiliários e outros. Mas, salienta o Senador, para que aconteça esta mudança de modelo econômico, devemos ter, conjuntamente, uma mudança de demanda. E, portanto, é necessário romper com as dívidas interna e externa. “Retomar o desenvolvimento é fundamental e para retomá-lo não podemos pagar 12 bilhões de dólares/ano”. (Luciano Suassuna).

Comissão divide políticos e juristas

Maurício Correia, presidente da OAB-DF, faz ao *Campus* uma grave denúncia: a comissão constitucional, idealizada por Tancredo e agora em vias de efetivação, é um abortivo do "poder originário" da futura Assembleia Nacional Constituinte. Mais uma vez em nossa história, uma "Comissão de Notáveis" (33 nomes indicados por Tancredo) elaborará um anteprojeto de Constituinte. Entretanto, Pimenta da Veiga, líder do Governo, garante que "a Comissão Constitucional elaborará apenas um estudo a respeito da Constituição, que a Assembleia Nacional Constituinte usará ou não, se quiser".

Em 1937, uma "Comissão de Notáveis", presidida por Afrânio de Mello Franco redigiu, sozinha, a Constituição ditatorial. Afonso Arinos, filho de Afrânio, é o nome indicado por Tancredo para presidir a atual Comissão Constitucional; guardadas as diferenças entre o Brasil de Vargas e o de Sarney, Maurício Correia adverte que de qualquer modo, um "estudo oficial forçosamente impõe um modelo, o que combatemos".

Nesta fase prévia à eleição da Constituinte, alguns outros pontos polêmicos são apontados por Paulo Goiás, coordenador do ciclo de palestras sobre a Constituinte que vem sendo promovido pela OAB:

— A questão da proporcionalidade: na Constituinte, o voto de cada cidadão (não são cidadãos os índios e os menores de 18 anos) deve ter o mesmo peso. O que significa que regiões pouco populosas, como o Norte e o Centro-Oeste, elegerão poucos constituintes.

— Participação partidária: a atual legislação dificulta em muito a criação dos partidos políticos. "Para você fazer um partido político no Brasil, você precisa, brincando, brincando, de alguns bilhões de cruzeiros. E de um período de tempo considerável. Basta dizer que até hoje só dois partidos estão rigorosamente legalizados: o PDS e o PMDB; os outros estão com seus prazos prorrogados. A legislação em vigor também impede o aparecimento dos partidos de expressão regional".

— O Legislativo de 1986 e a Constituinte deverão ser entidades separadas? "O ideal, a meu ver, seria o delegado constituinte ter competência congressional". Alguns juristas, no entanto, discordam da opinião de Paulo Goiás: a Constituinte é uma instância superior ao Legislativo; é ela que estabelece a necessidade ou não da tripartição dos poderes, a monarquia ou a república, etc. O Congresso, se Constituinte, tenderia a elaborar uma Constituição que o preservasse em suas estruturas, que apesar de válidas, foram elaboradas em função do caso particular estadunidense de há mais de dois séculos.

Com todas as qualidades e defeitos inerentes ao atual conceito de representatividade, (que gera o aparecimento dos "representantes profissionais" e das máquinas partidárias) ele será usado para conferir legitimidade à elaboração da Constituinte (a partir de março de 1987), com tempo indeterminado para a apresentação do texto definitivo. Cabe aos interessados garantir que nossa lei máxima não seja, mais uma vez, elaborada de forma vã. (Alessandro Gagnor Galvão)

A locomotiva da Assembleia Nacional Constituinte já começa a funcionar. É ela quem vai determinar, a partir do próximo ano, sob os dormentes da Nova República, os trilhos sobre os quais a sociedade brasileira construirá a ferrovia da democracia.

Comunicação: questão fundamental

Os jornalistas foram dos primeiros a levantar a bandeira de uma Assembleia Nacional Constituinte. "Em 1979, durante o Congresso de Jornalistas, diversos segmentos da nossa classe já defendiam a ideia de uma Constituinte", lembra o jornalista Armando Rollemberg, secretário-geral da Federação Nacional dos Jornalistas — FENAJ.

Para Armando, antes de mais nada, devem ser revogados os resquícios da ditadura, como a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa que, da maneira como estão colocadas, ainda são um instrumento de limitação do direito público de informar. "A informação não pode ser condicionada por interesses outros que não sejam os da coletividade", adverte Armando.

CONCESSÕES

As concessões de TVs e rádios têm que passar por um crivo democrático. Os jornalistas, como entidade, vêm



participando de uma comissão de estudos nesse sentido, que deverá apresentar os resultados ao Congresso e, posteriormente, à Constituinte. No campo prático, existe uma ideia de que os pedidos de concessão devem passar pelo Congresso. Há, também, os que defendem a criação de

uma comissão de alto nível para a apreciação dessas concessões. "A Federação participa dessa discussão ainda sem uma posição definida, embora haja uma tendência da classe pela alternativa de conceder ao Congresso a atribuição de apreciar os pedidos

de concessão", esclarece Armando.

DIREITO À COMUNICAÇÃO E CONSTITUINTE

A informação é um bem coletivo. Nada além do interesse público deve condicioná-la. Os meios de comunicação são dominados pelas empresas, que visam ao lucro, o que é uma característica do nosso regime. "A Federação apóia qualquer esforço feito para diminuir a influência do poder econômico nos meios de comunicação, o que deve ser conseguido através da democratização total destes", lembra Armando.

Ainda sobre o poder econômico, Rollemberg alerta para a representatividade decorrente da eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte. Para ele, todo segmento representativo da sociedade tem direito a postular uma cadeira nessa Constituinte. "Nós, inclusive, já temos um, que é o presidente do nosso sindicato, Hélio Doyle", finaliza ele. (Carlos André)

LEGALIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

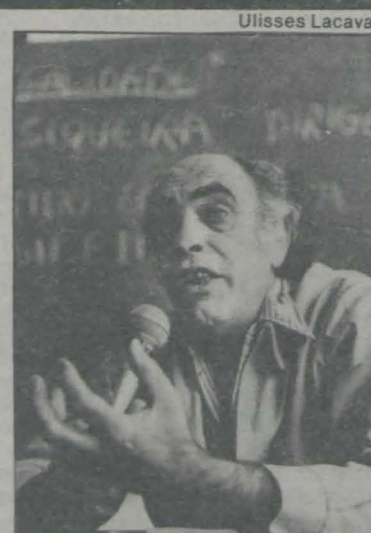
Partidão mobiliza forças e prepara a atuação política

Em palestra no Departamento de Comunicação, Glivaldo Siqueira, dirigente nacional do PCB, afirmou que "a legalidade do PCB nos é, antes de solução, problema; primeiro, pelo grande compromisso do partido com a história das conquistas sociais e culturais do País; segundo, pelo compromisso com a revolução cultural que o marxismo internacionalmente vem representando, desde 1848. E há também o compromisso imediato do PC — nunca houve mudanças tão profundas e democráticas quanto às que hoje assistimos, nem em 1946. A consciência popular está mais amadurecida, e nós, renovados. Não nos tornaremos numerosos com uma política isolacionista; a democracia que defendemos requer o pluripartidarismo. O capitalismo nada mais tem a dar para a humanidade, mas a realidade socialista não é apenas idílica; é trabalhosa".

E o que se fará para se acabar com esta imagem de "comedor de criancinhas" que o comunismo tem no Brasil? "Nosso partido tem sido visto pelo prisma do mito ou da apologética. O anticomunismo tem três formas: a viru-

lenta, do tipo Hitler, Pinochet ou Gelsel. Esta, o bom senso combate. Um segundo tipo, mais sutil, é a compreensão errônea do que seja comunismo: burocrático, ditatorial. Isso será desmentido na medida em que nosso partido funcione. O terceiro tipo é o anticomunismo como "cultura do temor", temor com o qual muitos comunistas contribuem, ao dar ao comunismo um caráter tão exótico que a ideologia torna-se uma espécie de sacerdócio. Nós somos normais! Isso tem que ser resgatado, e vai demorar".

E a questão da comunicação de massas e da Universidade? "Dos anos 40 para cá, os meios de comunicação sofreram uma revolução, que tem seu lado negativo por seu caráter alienante, de tornar a cultura popular singular em "cafona". Entretanto, a TV e os jornais relacionam-se com uma cultura concreta. Pensamos que a televisão deva ser estatizada e controlada por intelectuais e trabalhadores no sentido de propiciar cultura e informação objetiva. Quanto à Universidade, que deveria ser humanista, tornou-se em fábrica de diplomas; 70% delas são particulares. Formam-se



Glivaldo Siqueira, dirigente do PCB

homens parcializados. A transformação deve ser dirigida por estudantes, professores e funcionários no sentido de desenvolvimento da cultura brasileira e preservação de sua autonomia científica".

A reaproximação do PC com as massas exigirá o arrefecimento de seu discurso? "A revolução é filha da liberdade; em períodos de grande liberalização, como o atual, ocorre "saltos" no processo. Não vamos arrefecer nosso ímpeto, mas sim encontrar uma nova linguagem que tenha maior resposta".

E o PC do B? "O PCB é comunista; quanto ao PC do B, a posição dele não só é anticomunista como anti-humana. Para eles, a paz é secundária, a guerra revolucionária inevitável. Diz que a URSS é um país imperialista com vários satélites, só a Albânia seria o "Farol do Mundo". O PC do B é mais nacionalista que revolu-

cionário, não reconhece a grande família comunista internacional. O que para nós é estratégia política, para eles é tática de guerra. Mas temos pontos de contato crescentes, e há até uma "migração" do PC do B para o PCB".

E os eurocomunistas? "Eles não abandonaram a via revolucionária; a revolução pode ser realizada aos saltos ou gradualmente. O Eurocomunismo não busca apenas 'embelezar' o capitalismo. A Europa está procurando seu caminho específico para o comunismo, como o Brasil".

Com a renúncia à luta armada e a aceitação do pluripartidarismo, o PCB não teria se aproximado do socialismo? "E, mas nós temos diferenças ainda quanto à amplitude da socialização dos meios de produção. Entretanto, negamos a tese da cooperação interclasses; não há liberdade nas sociais democracias".

E quanto às greves e o apoio a Sarney? "As três greves gerais que deram certo no Brasil foram dirigidas por comunistas. Entretanto, a greve se limita ao econômico; só os trotskistas acreditam que os sindicatos burgueses sejam eficazes para mudanças políticas. Quanto à presidência Sarney, não deixa de ser produto da vontade popular, e sua atitude até agora não foi contraditória. Os liberais controlam as massas; colocarmos-nos contra o liberalismo seria um suicídio político que favoreceria à direita".

E a constituinte? "Somos contra sua eleição imediata, pois muitos partidos de esquerda ainda estão desorganizados. Defendemos a tese de que legislativo e constituinte não devem ser entidades separadas". Com a palavra, os críticos. (Alessandro Gagnor Galvão)

Como se faz uma Constituição? A receita é bem simples, o difícil é encontrar o ponto: primeiro, pegue a massa e leve ao forno, deixando-a à sorte do calor dos debates, mas muito cuidado com a temperatura, porque senão ela pode rachar. Depois unte-a com uma eleição bem democrática e acrescente os ingredientes que achar melhor. Fermentar com muitas idéias é uma boa pedida, contanto que a massa fique compacta. Ótimo! Tire a massa do forno. Agora você tem uma Assembléia Constituinte. Deixe-a cozinhando por algum tempo, faça uns retoques aqui e ali e no final terá uma carta prontinha para servir a 130 milhões de ávidos comensais.

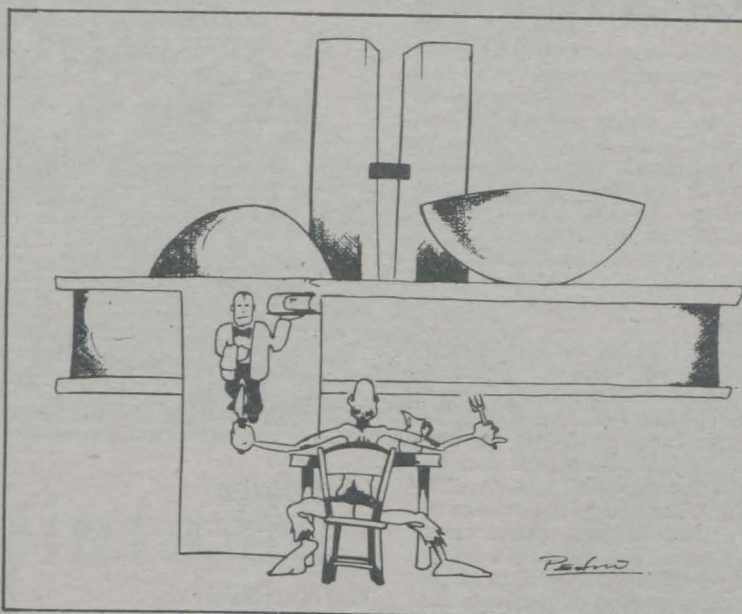
Obviamente que Constituição não enche a barriga de ninguém, mas o constitucionalista e ministro do Tribunal Federal de Recursos, Carlos Mário Velloso, afirma que ela, no decorrer da História, tem sido um **prato cheio** para a mitificação e idealização popular, apontando um exemplo recente. "A Constituição tem uma certa sacralidade. Quando o presidente Tancredo Neves adoeceu, no dia 14, muitas pessoas foram para os meios de comunicação e para as ruas dizer que "a Constituição estabelece que o vice deve tomar posse". O próprio presidente José Sarney, discursando ou em entrevista, disse que iria "cumprir a Constituição". Existe um certo misticismo em torno da Carta, pois ela é a suprema vontade do titular do poder político, que é o povo".

A noção de Constituição remonta à Grécia. Aristóteles em **A Política** já a mencionava como a "organização das magistraturas em um Estado". No entanto, a idéia só foi realmente levada a cabo a partir da segunda metade do século XVIII, época que assistiu à derrocada da Idade Moderna, marcada pelo absolutismo e pelo despotismo. Os Enciclopedistas, precursores do Iluminismo, trabalharam o princípio segundo o qual a sociedade poderia se organizar levando em conta sobretudo os direitos individuais. Para Velloso, "a necessidade de uma Constituição coincide com o pensamento de que o Homem tem direitos que são inerentes à sua personalidade".

CONCOMITÂNCIA

O ministro do TFR não vê ne-

Por uma Carta apetitosa: do trivial ao requintado



O Brasil não precisa de Políticos, e sim de nutricionistas para alimentar as esperanças da Nação. Sendo subnutrido de democracia, o que não falta é apetite participativo. A Constituinte é a receita, o biotônico de um País robusto.

hum aspecto negativo no fato de a Assembléia Constituinte funcionar paralelamente a um Congresso ordinário. Carlos Mário afasta a hipótese de que possa haver ingerências na Constituinte, forçadas por interesses estritamente políticos, porque, conforme assegura, "este perigo haveria de qualquer maneira. Temos que partir do pressuposto de que os representantes têm o mínimo de honorabilidade". Quanto à competência da classe política de elaborar o documento, Velloso argumenta que ela está capacitada. "É comum falar mal dos políticos, entretanto são eles que conduzem o mundo há séculos. São eles que conduzem os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, a Alemanha, enfim, os países democráticos".

A primeira Constituição escrita foi a campeã, imbatível e quase bicentenária constituição americana. Na Convenção de Filadélfia, em 1787, George Washington previu que a Corte Suprema seria o sustentáculo do sistema constitucional americano. Esta profecia se realizou, e a Corte vem sempre interpretando o texto, o que dispensa a convocação de As-

sembléias Constituintes nos Estados Unidos é justificada a manutenção da Carta americana, calcada basicamente em princípios gerais.

De 1791 até hoje, a França já concebeu nada mais, nada menos, do que onze constituições. O Brasil também possui uma larga tradição neste campo. Marchando para mais uma, ele já teve seis: a primeira foi a imperial de 1824. Após a revolução republicana e federalista de 89, nasceu a Carta de 1891, que sofreu uma significativa reforma em 1926. Em 1930, uma nova revolução, e em seu bojo a nova Constituição, a de 1934. Com o golpe de 37, sobreveio a Carta política do mesmo ano, que surgiu com o propósito único de respaldar o governo ditatorial. Com a democratização de 45, veio a liberal de 46. Com mais uma ditadura, mais uma Carta, a de 1967, emendada (leia-se adulterada) em 1969. De lá para cá, mais 24 pequenas emendas.

Carlos Mário sustenta que o número de constituições brasileiras não reflete qualquer instabilidade e refuta a possível correlação entre o fato de os Estados Unidos

terem tido apenas uma com o progresso alcançado pelo País. "Se a Carta americana se baseia em princípios, a brasileira é muito particularista. Nós latinos somos de certa forma metafísicos. De certa forma nós achamos que as normas podem resolver todos os problemas, quando não podem. Não é com Constituições que nós solucionaremos as questões econômicas. E preciso que o povo esteja esclarecido disto, para não se decepcionar no futuro. Agora, sem uma boa Constituição, a nenhum progresso se pode aspirar".

JUDICIÁRIO

Velloso discorda de que o Judiciário venha a ter uma participação contemplativa na formulação da nova Carta. Ele ressalta que esta participação não se dará, por exemplo, com a eleição de representantes vindos da Justiça. Para ele, a atuação se fará sentir com a realização de simpósios, seminários, com a criação de comissões nos Tribunais para discutir problemas do Poder Judiciário e principalmente com o questionamento dos mais diver-

sos pontos de vista. "Muitos debates estão sendo promovidos. O resultado deles deverá ser encaminhado à Comissão instituída para a Constituinte. Eu acredito que os juizes não devam se filiar a partidos políticos e concorrerem a cargos eletivos. Sectarizando-se, eles perdem a isenção, jogam por terra a imparcialidade".

Um dos pontos que o ministro questiona na Constituição é o que se refere ao sistema de composição do governo. Ele defende que o parlamentarismo é preferível ao presidencialismo, porque este se caracteriza por um profundo traço monárquico. "No sistema presidencial o presidente aparece como um rei. No parlamentarismo o povo participa mais e as suas aspirações são melhormente satisfeitas. Precisamos conceber um parlamentarismo moderno. A instabilidade política do Brasil é gerada em muito pelo sistema presidencial, visto que a excessiva acumulação de poder leva a circunstâncias preocupantes: se o presidente for um incompetente é um drama; se ele for um homem de vocação ditatorial é outro drama".

CONSERVADORES

A respeito da possibilidade da nova Constituição ser manipulada por forças conservadoras que detêm o poder econômico, o ministro salienta a necessidade deste risco. "Apenas com a prática democrática é que podemos aperfeiçoar nossos instrumentos legais. Nós estamos falando no momento dos crimes do colarinho branco. Somente agora é que começamos a atentar para o problema. Os estelionatários tupiniquins alcançaram o status de colarinho branco. Com a prática da democracia e com os prováveis erros é que aprenderemos a repelir os inimigos da democracia".

O ministro é favorável à associação de duas constituições: a **real**, composta pelos objetivos comuns, defeitos e reivindicações da sociedade, e a **formal**, que é o documento final, o resultado material da constituinte. Num momento de fome democrática e imenso apetite participativo, Velloso é contundente:

— "Uma Constituição pode ser várias coisas, só não pode ser uma mera folha de papel". (Mário Cesar Rosa, Ulisses Lacava)

Governo x PDT: o Planalto é o alvo

A classe política brasileira parece estar rachada no que se refere à forma de eleição dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Enquanto o deputado Sebastião Nery, que acaba de ingressar no PMDB, depois de tempestuoso desentendimento com Brizola, apóia a tese do Governo de eleições da Constituinte, sem campanha presidencial, o deputado Sérgio Lomba (PDT-RJ) defende a posição de seu partido de eleições simultâneas para a Constituinte e para a Presidência da República.

Ao declarar que para se vencer o autoritarismo no País, é preciso uma grande campanha em torno da Constituinte com o intuito de obter-se uma Constituição mais aberta, Sebastião Nery coloca-se contra a tese de eleições simultâneas, por considerá-la mais uma

trama de Brizola para chegar ao Poder. Diz o parlamentar: "Se nós tivermos a campanha para Presidente da República junto com a Constituinte, a próxima Constituição será feita pelo presidente que ganhar as eleições. Então, ao invés de termos uma Constituição do País, teremos a Constituição de Brizola, a Constituição de Ulysses Guimarães ou a Constituição de Aureliano. É evidente que um presidente eleito numa eleição majoritária, faria a Constituição que quisesse. Ao contrário, com esse Presidente que aí está que é um presidente fraco e um executivo ainda mais fraco, o País poderá ter força para fazer uma Constituição mais aberta". E acrescenta: "Uma Constituição saída de uma eleição presidencial, mesmo que não ganhasse um populista avenu-

reiro como Brizola, mas um ude-nista envergonhado como Aureliano ou um filho do PSD como Ulysses, qual filho do dos três colocaria a Constituição sob o controle total do Executivo. E melhor, então, termos uma Constituição sem campanha presidencial agora, já que Sarney não terá forças para fazer a Constituição de Sarney". Mas para o Deputado, mais importante do que a Constituição propriamente dita, são os chamados pré-requisitos para a Constituinte: "É preciso liberar inteiramente a criação dos partidos, acabar com a Lei Falcão e, principalmente, promover um grande debate nacional para evitar que as multinacionais entupam o Congresso com deputados eleitos com o dinheiro de grupos internacionais, para dar condições aos trabalhadores de par-

ticiparem do processo da campanha e para que a Constituinte não seja apenas uma eleição controlada pelos Governadores".

Já o deputado Sérgio Lomba defende a tese do Partido Democrático Trabalhista, de realização simultânea da Constituinte e de eleições presidenciais, alegando: "Uma Constituinte convocada apenas com o fim específico da Constituinte, sem que haja juntamente com ela um debate nacional sobre as idéias que interessam ao nosso povo e que no fim irão formar a nova Constituição, é muito perigosa". E explica: "Numa campanha para a Presidência da República, nós teremos que debater os grandes problemas nacionais e corremos o risco de, numa campanha para Constituinte sem eleições presi-

denciais, nos atermos a temas regionais, sem que os candidatos à Constituinte possam dizer o que, na realidade, representam". Para o parlamentar, o País corre o risco de ver eleita para a Constituinte uma grande massa de pessoas que não têm compromisso com o povo, mas que defendem os interesses dos grupos internacionais que banquem as suas eleições. Considera que a única forma de evitar tal derrame de dinheiro é a eleição da Constituinte simultânea às eleições presidenciais, já que o povo teria condições de votar naqueles constituintes ligados às cabeças de chapa dos partidos, aos candidatos à Presidência da República por partidos que estarão defendendo interesses claros e determinados.

(Amneres Pereira).

Protesto holandês recebe João Paulo II

A visita do Papa João Paulo II à Holanda, em maio último, expôs ao mundo as sérias divergências por que passa a Igreja católica dentro de seus próprios templos. A chamada ala progressista, cujo maior reduto é justamente a Holanda, deu mostras de que o Vaticano deve acelerar o processo de mudanças em que se arremessou a partir do Concílio Vaticano II, em 1962. Embora haja uma unanimidade em torno da condenação das hostilidades vividas por João Paulo II, os termômetros puderam medir a temperatura dos diálogos entre Roma e Amsterdã que anda abaixo de zero.

O clero holandês, apontado como o mais liberal de todo o mundo, se viu diante da realidade cultural e econômica de uma nação com mais de 90% de sua população alfabetizada e bem alimentada, e que passou então a se adaptar à nova estrutura social que caracteriza o final do século. A sua linha de conduta persegue intransigentemente a derrocada do anacronismo ditado pelo Vaticano e ocupa a vanguarda da renovação católica.

A recepção da sociedade holandesa ratificou essa atuação de sua Igreja e não fossem os exageros cometidos por alguns setores mais radicais, que chegaram a oferecer um prêmio pelo assassinato de João Paulo II, poderia se dizer que em nenhuma outra parte do mundo o clero se aproximou tanto de seu rebanho. Isso se justifica em parte pelo fato da Holanda possuir 60% de sua população protestante, obrigando a identidade com os restantes 40% católicos, como forma de assegu-

rar mesmo sua própria sobrevivência.

Segundo o Assessor de Imprensa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Monsenhor Arnaldo Beltrami, a repercussão da visita à Holanda foi, de certa forma, manipulada pelo noticiário internacional, classificando por ele como parcial e tendencioso. Na sua opinião, as manifestações não refletem a expressão da maioria. A existência de uma facção "progressista" é encarada por ele como uma decorrência natural do cotidiano de uma instituição do porte da Igreja católica e a classifica perfeitamente justificável numa época de "mudanças rápidas, profundas, violentas e globais", numa alusão à frase proferida por Paulo VI, em 1968, justificando as transformações adotadas pela Igreja com o advento do Concílio Vaticano II. Indagado a respeito das hostilidades sofridas por João Paulo II e pelo reduzido número de fiéis presentes às ruas para o encontro com o Papa, Monsenhor Beltrami argumentou que a explicação se encontra no estágio de consciência e cultura em que se acha a sociedade holandesa, superior aos dos países do Terceiro Mundo, por exemplo. As hostilidades por sua vez, segundo o Monsenhor, não têm outro objetivo senão o de atender aos interesses voltados para a destruição da fonte de unidade da Igreja católica representada pela pessoa do Papa. O alarde feito em torno do liberalismo do clero holandês, de acordo com Monsenhor Beltrami, obedece aos interesses de empresas de notícias, com a finalidade de enfraquecer a liderança da Igreja

na América Latina. Afirma ainda que nem todas as investidas progressistas se constituem em uma novidade, sendo exploradas pela imprensa de acordo com suas conveniências. Um exemplo disso pode ser dado pelo ex-Bispo Emérito de Lins, Dom Pedro Paulo Koop, que há 20 anos pedia a ordenação de casados sem que por isso fosse transformado pela imprensa num baluarte progressista.

Quem teve, entretanto, a oportunidade de vivenciar os dias da visita da Holanda como o Frei Franciscano Félix Neejes, assessor de música da CNBB, que chegara àquele país alguns dias antes de João Paulo II, pôde avaliar o clima com que os holandeses receberiam o Papa. Como conta Frei Félix, que também é holandês, o país mergulhou num amplo debate em torno de questões que variavam desde a participação de leigos nas decisões da Igreja até a completa reformulação da posição católica em relação aos homossexuais. A Igreja holandesa não esconde seu descontentamento com o conservadorismo do Vaticano e o diálogo com Roma apresenta dificuldades crescentes. O clima de hostilidade tomou impulso quando grupos de católicos, evangélicos e também de leigos sentiram que não teriam qualquer representatividade na recepção a João Paulo. Cerca de 10.000 pessoas se concentraram em Haia e se manifestaram contra a postura unilateral do Papa em relação a várias questões. Frei Félix testemunhou a crise no catolicismo holandês onde alguns padres defendem a abertura do Vaticano para pontos como o



O diálogo com Roma apresenta dificuldades crescentes.

aborto, homossexualismo, drogas, numa tentativa de adequar a instituição católica aos novos tempos e modernizar suas formas de diálogo. Outro fato importante, destacado por Frei Félix como decisivo para a fria recepção de João Paulo II, foi o veto imposto pelo Arcebispo Simonis, Coordenador da comissão de preparação da visita, ao discurso de uma professora de teologia sobre o papel da mulher na Igreja. O veto repercutiu negativamente, gerando vários protestos e acabando por cancelar um encontro que o Papa teria com um grupo de mulheres holandesas. Da mes-

ma-forma, lembra o padre franciscano, o silêncio imposto ao brasileiro Leonardo Boff, pelo Vaticano, transformou o livro sobre a Teologia da Libertação num autêntico best-seller e pareceu aos holandeses um ato de verdadeiro despotismo, contribuindo decisivamente para a polarização dos pontos de vista de Roma e Amsterdã.

A própria forma escolhida para a visita à Holanda não foi a mais indicada, como observa Frei Félix, onde as grandes concentrações e os discursos do Papa não funcionam num país que tem tanto a falar. (Flávio S'Veira)

Câmera, ação! O Brasil exporta seus filmes

Se já não é fácil colocar qualquer produto no mercado mundial, com o cinema a situação é bem mais complicada. Os problemas que o Brasil enfrenta nessa área vão desde a competição até as fraudes de bilheteria

Exotismo, demagogia, superprodução são os ingredientes utilizados pelos produtores cinematográficos brasileiros para obter compradores no mercado internacional do cinema, segundo João Batista Lanari Bó, assessor do Chefe da Divisão de Divulgação, do Departamento Cultural, do Ministério das Relações Exteriores. Filmes de renome internacional, como *Pixote*, *Bye Bye Brasil*, *Chica da Silva*, *Dona Flor e Seus Doze Maridos*, apresentam claramente esses ingredientes. Atualmente o cinema brasileiro tem uma imagem no cinema mundial, muito ligada ao cinema novo, sendo um dos primeiros cinemas do Terceiro Mundo a se firmar esteticamente. Entretanto, considerado um cinema politizado, as exportações brasileiras de filmes cinematográficos para o exterior representam muito pouco no mercado mundial do cinema.

MERCADOS

A América Latina é o principal mercado para os filmes brasileiros, com uma participação em torno de 40% das exportações, ficando só a Argentina com 30%. Embora o mercado argentino seja bom — devido principalmente, ao fato da elite intelectual argentina sentir uma grande identi-

de com o discurso independente mostrado em alguns filmes brasileiros — são comuns os problemas surgidos com o não pagamento de dívidas e fraudes nas arrecadações. Os países do Leste Europeu, apesar das divergências ideológicas existentes entre eles e o Brasil, são considerados um bom mercado, sendo os filmes bem aceitos pelos socialistas.

O PAPEL DO GOVERNO

A exportação dos filmes cinematográficos brasileiros é apoiada pela Embrafilme, pelo Ministério das Relações Exteriores e legalizada pela Cacex. A Embrafilme, Empresa Brasileira de Filmes, uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Cultura, luta com sérias dificuldades na colocação dos filmes brasileiros no mercado internacional. Em entrevista concedida ao *Campus*, o assessor de Imprensa da Embrafilme no Rio de Janeiro, Artur Reis, disse que a oferta de filmes nos principais mercados do mundo, é muito grande, principalmente a americana, e é preciso muito dinheiro para se conseguir colocar os filmes brasileiros na disputa pelos melhores mercados. E o papel da Embrafilme é apoiar o exportador, através da Superintendência

de Comercialização Externa Suces. Hoje em dia tem se discutido muito o papel da Suces e alguns produtores propõem uma reformulação quanto à distribuição e o apoio dado por ela. Eles querem uma separação operacional para facilitar o mercado externo: de um lado a promoção institucional e de outro as atividades comerciais. Artur Reis acrescenta que a Embrafilme, apesar das dificuldades financeiras que atravessa, ainda consegue sobreviver, com os recursos oriundos da taxa de importação paga pelos filmes estrangeiros no Brasil, uma taxa de contribuição da indústria cinematográfica e da padronização dos ingressos vendidos em todo Brasil.

BUROCRACIA EXIGIDA

O exportador, depois de apresentar o seu pedido de apoio a Embrafilme, solicita à Cacex uma guia de exportação e apresenta junto com ela, um certificado do Serviço de Censura de Diversões Públicas, do Departamento de Polícia Federal. A guia de exportação contém detalhadamente todas as informações do filme, pois este considerado um produto de exportação como outro qualquer, recebe uma classificação, 3707, discriminada na

Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, NBM. Ao preencher a guia ou formulário o exportador deve estipular as condições que deseja receber o dinheiro da venda do filme, podendo escolher qualquer moeda conversível: marco, dólar, libra. A não ser nos produtos que recebem um controle político de preços, a Cacex não interfere no preço do filme, ficando a critério do exportador e do interessado em comprar o filme. O importador abre uma carta de crédito a favor do exportador em um banco que faz contrato de câmbio e este fica responsável pela troca da moeda, garantindo o ingresso das divisas ao País. Segundo o supervisor da Cacex, na agência central do Banco do Brasil, em Brasília, Valnes Vaz Pinto, o papel da Carteira de Comércio Exterior é permitir a saída legal da mercadoria, ou seja, do filme, através da guia de exportação, que custa atualmente trezentos cruzeiros. A Cacex examina o formulário, vê se está tudo preenchido corretamente e aprova a saída do filme, num processo que leva um dia ou dois.

ITAMARATI

A participação do Ministério das Relações Exteriores é de mé-

dio a longo prazo, fazendo um trabalho de difusão cultural, e usando o cinema como penetração. E ao mesmo tempo que faz um trabalho de ocupação cultural, realiza uma pesquisa de mercados, de prováveis compradores interessados nos filmes brasileiros. João Batista Lanari Bó, um dos responsáveis pela parte de Divulgação, no Itamarati, diz que o Ministério das Relações Exteriores apóia a exportação dos filmes brasileiros principalmente através dos festivais internacionais, que têm sido verdadeiras amstras de filmes para a comercialização. Cita o Festival de Cinema do Rio de Janeiro de 1984, como o maior acontecimento do Cinema Brasileiro nos últimos tempos, tendo o Brasil conseguido vender uma quantidade de filmes muito grande. Além de apoiar os festivais, o Itamarati, através de suas embaixadas, organiza semanas de cinema brasileiro para atrair compradores. Apesar dos poucos recursos que o Ministério dispõe para esta área, existe uma verba específica destinada a promoção dos filmes brasileiros no exterior, principalmente a festivais, como o realizado em Cannes, em que os produtores recebem uma determinada quantia para apresentarem os seus filmes no festival. (Marina Maria Godoi e Cynthia)



SEXTA SUPER ESPECIAL
Dia 19 • 9 da noite

Direção de DANIEL FILHO
Apresentação de REGINA DUAL

Já faz algum tempo que o Brasil deixou de ser um mero exportador de matérias-primas. Depois de entrar no comércio mundial de manufaturados, inclusive armamentos, o País rompe o bloqueio e passa a exportar programas de televisão



O que pinta de novo, pinta na tela dos gringos

A Rede Globo de Televisão, uma pequena Hollywood do Terceiro Mundo, é hoje a quarta rede comercial do mundo, exportando grande parte de sua produção para mais de 100 países, entre os quais, Estados Unidos, Inglaterra, Suécia, Japão, China, invertendo o fluxo de importação de programas que no início da década de setenta, invadia o Brasil, impondo o seu modelo, ditando suas normas, estabelecendo a dependência cultural.

MATURIDADE

Com apenas vinte anos de existência, a Globo criou uma qualidade de produção, um estilo e um nível de profissionalismo todo próprio. Como transmissora e produtora, conseguiu um papel importante no desenvolvimento da televisão brasileira. Nos últimos anos, a Globo passou a exportar seu estilo brasileiro de jornalismo, seriados, espetáculos de variedades, para diversos países. Hoje, ela exibe 95 por cento de programação própria, totalmente criada e produzida por seus profissionais. E esta produção própria, que atinge 80 por cento das 20 horas diárias em que fica no ar, tornou a Rede Globo a televisão com maior volume de produção em todo o mundo. São, ao todo, cinco emissoras geradoras, 46 afiliadas e centenas de retransmissoras por todo o Brasil.

VENDENDO BRASIL

As novelas e os musicais invadiram os países da América Latina, o Terceiro Mundo e também os países industrializados. A novela foi o primeiro programa exportado pela Rede Globo. E o "Bem Amado" de Dias Gomes foi o sucesso que deu certo lá fora. O prefeito Odorico Paraguaçu, da cidade balnear de Sucupira, política-

co safado, produto tipicamente brasileiro, adaptou-se com perfeição à manomolência da "latindade" e invadiu a América. Hoje, ele fala diferentes idiomas nas televisões de vários países.

A Suécia, um dos países mais liberados do mundo, quis ver de perto, Malu Mulher, descasada, subdesenvolvida, se meteu a dar lição nos suecos, e deu Ibope. A Suécia curvou-se ante Malu e arrastou outras nações: Alemanha Ocidental, Holanda, Finlândia, Itália, Suíça. E até recebeu, em 1982, o prêmio Prague D'Or, conferido no XVII Festival Internacional de Televisão da Tchecoslováquia.

No mercado chinês de televisão, a Globo também teve sua vez, marcando a sua entrada com a novela "A Escrava Isaura", que foi transmitida pela TV Beijing, de propriedade do governo chinês. Isaura também goza de enormes popularidades na América Latina e Itália. E por falar em Itália há um ano atrás a Rete 4, com vinte e poucas coligadas, importou a minissérie "Anarquistas (Graças a Deus)", um romance que delinea a trajetória de uma família de imigrantes italianos residentes em São Paulo no início do século. A luta do proletariado nas favelas da capital, a fundação da primeira comuna no Brasil o impacto do caso Sacco e Vanzetti sobre os anarquistas brasileiros são os acontecimentos históricos que marcaram a época.

Os musicais também são programas considerados de grande valor artístico em alguns países como a Coreia, Argélia, Oriente Médio, Japão e vários outros da América Latina. E através desses musicais que nomes como Gilberto Gil, Milton Nascimento, Vinícius de Moraes, Elis Regina, são divulgados no exterior, abrin-

do espaço e criando mercado para a música popular brasileira.

Segundo a Globo, os objetivos das exportações seriam mais políticos e culturais do que propriamente comerciais. Ou seja, "exportar a cultura brasileira para ajudar a vender o produto Brasil". Da mesma forma que o cinema americano vendeu em todo o mundo os produtos da civilização norte-americana — as geladeiras, os jeans, os chicletes, a música, etc. A Globo pretende vender indiretamente a roupa brasileira, o turismo, a música, enfim o "brazilian Way of Life". De qualquer forma, a Globo tem lucros diretos com as vendas e lucros indiretos com o "merchandising" de seus programas. Por exemplo, a novela "Dancin Days" em Portugal. Na época, ela fez tanto sucesso que a Staroup correu aquele país e vendeu sua marca a "Macondo", uma empresa holandesa que lá opera. A previsão era de vender 200 mil jeans por ano, recebendo a Staroup de 3% a 5% de royalties por peça. Nos primeiros quinze dias após fechar negócio, foram vendidas 100 mil unidades, a metade programada para doze meses. A transação repercutiu intensamente na Globo sendo citada como um exemplo do que é "vender Brasil".

SHAKEASPEARE A BRASILEIRA

"O que pinta de novo, pinta na tela da Globo". Desmembrar este pequeno e bem bolado slogan pode nos parecer muito fácil, na medida em que linguagem é simples, moderna, o texto curto e de fácil assimilação. Esta nova fórmula criada para prender a atenção do ouvinte, nos faz lembrar o velho provérbio: "Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". É a marca registrada da

emissora. A voz do locutor que transmite a mensagem é dinâmica, firme com um timbre que faz fixar na tela o mais distraído dos telespectadores. Agregado à mensagem, o complexo e sofisticado visual arquitetado com a ajuda dos computadores, pinta na nossa memória uma nova ideologia, que impõe o seu estilo, comportamento e até mesmo o seu "modus vivendi". E com essa mostra do novo, que a Globo conseguiu impressionar o crítico inglês Chris Dunkley ao exibir em 1981, no festival de televisão em Siena na Itália a produção adaptada do clássico Shakespeare, Romeu e Julieta. Escrevendo para o prestigioso *Financial Time*, Dunkley fez o seguinte elogio: "Mas o melhor de tudo em meu ponto de vista foi a produção brasileira, Romeu e Julieta", que consegue o que tenho insistentemente tentado convencer os produtores ingleses a fazer com Shakespeare há muitos anos: é a transferência da peça para contexto moderno com linguagem moderna. Aqui (na produção brasileira da TV Globo), os Montague e os Capuleto são grêmios estudantis, os jovens andam de um lado para outro de automóvel, e Romeu morre segurando nas mãos um escorpião. Tais produções não podem, nem devem, "substituir Shakespeare em sua versão original, mas se destinam a complementar as produções convencionais, procurando atingir os milhões de espectadores que a televisão alcança, em lugar dos comparativamente poucos que ficam ligados durante horas para assistir a uma peça inteira levada na bela, mas na verdade arcaica, linguagem elizabetana. É chocante ver os brasileiros fazendo essa atualização — e fazendo muito bem — antes dos próprios concidadãos de Shakespeare". (Lia Brant)

Jovens têm encontro em Moscou pela paz mundial

No dia 26 de julho de 1985 começa em Moscou o XIV Festival Internacional da Juventude que deverá reunir de 25 a 30 mil jovens de todos os países, durante 10 dias.

O Festival se realiza de quatro em quatro anos e o último foi em Havana, Cuba. Estes jovens, das mais variadas ideologias e tendências políticas estarão reunidos em Moscou pela paz mundial e contra a corrida armamentista. Mamede Said, no MR-8, e membro do Comitê Brasileiro para a organização do XVI Festival Internacional da Juventude lembra que não se trata de um congresso apenas de jovens comunistas ou progressistas. Segundo Mamede, trata-se antes de um grande movimento pela paz e solidariedade antiimperialista, que levará também representantes do PT, PMDB, PCB, da Igraja, UNE, UBES, CUT, CONCLAT, etc.

Os brasileiros somam 120 jovens. Entre eles, representando o governo Federal, Aécio Cunha Neves e representando o Congresso Nacional, o deputado Sarney Filho. Os outros dois delegados de Brasília, que compõem com Mamede a delegação local, são Themis de Oliveira, pelo PDT e João Plácido, católico, tirados em votação pelo Comitê pela Paz Mundial.

Mamede Said lembra que a atividade do Comitê não terminará com a ida a Moscou. Pretende-se, antes, criar uma tradição de mobilização pela paz nos países do Terceiro Mundo e particularmente no Brasil. Para isso, o Comitê Brasileiro vai dirigir seu trabalho à Universidade, às escolas de 2º grau e incluir as cidades-satélites no roteiro dos Festivais locais, no sentido de ampliar o âmbito de divulgação das preocupações do Comitê.

Começando a programação de atividades com este fim, o Comitê promoveu no dia 8 de junho o 1º Festival Brasileiro pela Paz Mundial, com a participação de grupos como o Endança, Uakti, Banda 69, Banda do Sol, Legião Urbana, Liga Tripa e Capital Inicial entre outros e uma mostra de poesias.

A noite, para o debate sobre a "Corrida Armamentista e os Esforços pela Paz", foram convidados as Embaixadas dos Estados Unidos, Nicarágua, União Soviética, um representante da CNBB, o Secretário de Educação do DF, Pompeu de Souza, um membro do Comitê das Relações Exteriores do Congresso e Maria do Rosário Caetano, do Correio Braziliense. (Nina Cláudia Valle)

"Minha vida mudou muito por causa deste filme. Eu já me considerava condenada a morrer sem reencontrar meus filhos e os companheiros. Se *Cabra Marcado para Morrer* não tivesse sido feito, talvez eu estivesse até hoje na clandestinidade".
D^a Elizabete Teixeira



"Cabra Marcado para Morrer": história viva do Brasil

Filmagens pré-golpe

Eduardo Coutinho, diretor do filme *Cabra Marcado para Morrer*, Vladimir Carvalho, assistente de direção das primeiras filmagens, e Dona Elizabete Teixeira, uma das personagens principais, participaram de debate no último dia 29 no Departamento de Comunicação a convite do Centro de Estudos da Universidade Popular. O filme, premiado nos festivais internacionais no Rio, Havana, Berlim e Paris, conta a trajetória, nos últimos 20 anos, dos camponeses que fundaram as ligas camponesas de Sapé e Galiléia e da família do líder camponês assassinado João Pedro Teixeira partici-

pantes das filmagens feitas por Coutinho em 64. O projeto inicial, há 21 anos atrás, era fazer um longa de ficção sobre a vida de João Pedro, morto em 62. Com o golpe, as filmagens foram interrompidas e os intérpretes dispersos pelo País. Mas o material se salvou e Coutinho resolveu retomar seu projeto em 80, misturando cenas novas, documentais, às antigas, e incorporando ao filme esse lapso de 20 anos. Em sua visita ao Departamento de Comunicação, Coutinho e dona Elizabete falaram sobre o filme, sobre televisão, cinema e reforma agrária, entre outras coisas.

(Catarina Guerra)

D. Elizabeth — "Eu não sei como é que o Coutinho conseguia me filmar em 64, porque eu ficava muito diferente, eu não entendia nada. Toda vez que assisto o filme fico tentando entender como foi que tudo aconteceu. Foi difícil para ele e difícil para mim".

Coutinho — "Em 64, era o meu primeiro filme. Por isso, havia não só o problema dos camponeses que não conheciam o veículo como eu também não tinha quase nenhuma experiência em cinema. As dificuldades eram, então, dos dois lados".

"Quando Dona Elizabeth foi filmar pela primeira vez, ela ficava meio desconfiada, sem saber direito o que ia acontecer. E ainda por cima, o ator que fazia o papel de João Pedro, seu marido as-

sassinado, era um cara sem a menor ideologia política, então ela tinha o maior desprezo por ele. Além disso, ela achava a filmagem uma coisa muito chata. D. Elizabeth ainda era uma pessoa inteligente, sabia ler. Já a maioria dos outros eram analfabetos e nunca tinham visto cinema. Então, aconteciam coisas incríveis. As vezes, um ator olhava para a câmera no meio do plano e tinha-se que cortar e explicar que enquanto não se falasse "corta" não podia parar a ação nem olhar para a câmera. Eu me lembro que a gente fez uma cena em que eles atravessavam uma estrada, era uma cena longa, e quando terminou eles estavam a uns 500 metros de distância. Então eu falei "corta" para o fotógrafo e es-

queci de gritar para eles, que estavam longe. Pois eles andaram três quilômetros".

Vladimir — "Como nordestino, eu tinha maior facilidade de conversar com eles e induzi-los a um comportamento que tornasse mais fácil para o Coutinho conduzir a coisa. Eu fui com o João Mariano, que fazia o papel de herói, umas três ou quatro vezes ao cinema, durante os meses de filmagens, para que ele visse como era o comportamento dos atores. A infelicidade é que no interior só passava filme da faroeste. Então ele perguntava: "Quer dizer que eu vou ficar com aquele cara ali, o cowboy, com revólver, etc?" E eu dizia que não exatamente, mas que ele tinha que fazer o que o Coutinho mandasse".

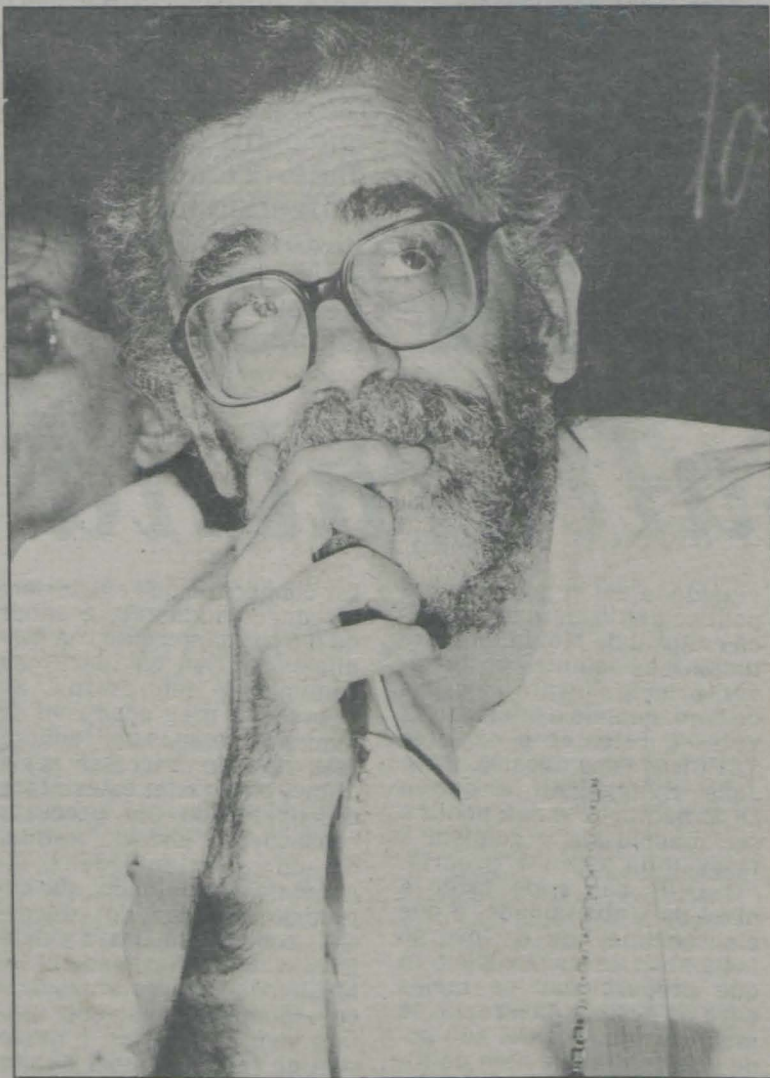
Implosão do modelo Globo

Coutinho - "Trabalhar durante nove anos no Globo Repórter me deu uma experiência muito grande. Os seis primeiros anos (porque depois ficou sem interesse) foram como um curso, um treinamento especial para fazer o Cabra. Isso porque dos oito ou nove programas de quarente minutos que eu fiz lá sete foram no Nordeste, e eu sempre filmei com trabalhadores rurais ou camponeses. O fato de que na televisão, por motivos ideológicos ou comerciais, muita coisa do que eu fazia não podia ir ao ar, ou eu tinha que fazer de uma forma quadrada, que é a forma da TV, não me impedia de ver que haviam outras formas. Então, quando fui fazer o filme achei que podia aproveitar essa experiência mas fazer

uma implosão do modelo ideológico que existe na TV. Porque muitos dizem que o filme é um Globo Repórter. Quisera Deus que o Globo Repórter fosse assim, mas não é. O repórter na televisão aparece pra dizer que aquilo é verdade, que não é um filme, que realmente aconteceu. E ele aparece sempre bem, o repórter é quem ajuda as pessoas a encontrarem a verdade, é o herói. Já no filme não é assim, nele existe uma relação do repórter, que no caso sou eu, que em primeiro lugar é justificada porque eu conhecia as pessoas. E em segundo, a reação das pessoas mostrada no filme nem sempre é a que fica bem para mim. Quando o João Mariano, por exemplo, nos acusa de sermos comunistas,

ele fala e isso é deixado no filme. Na Globo essa cena jamais iria ao ar. Então existe o questionamento da própria atividade de reportagem, a relação entre quem entrevista e quem é entrevistado está sempre presente. Na Globo, é impossível, até por motivos estéticos, nem sempre políticos. Eles consideram impossível colocar em questão o produto que você está fazendo. Então eu acho que a experiência em televisão foi utilíssima e que a TV brasileira seria diferente se tivesse uma variedade de fontes geradoras, se produtoras independentes pudessem fazer programas para ela. Mas como é uma TV de modelo, apesar de ter os meios para fazer coisas extraordinárias não faz, por cerceamentos políticos e estéticos".

Nicolau El-Moor



"O filme nacional não tem que passar durante uma semana por ano na televisão, tem que passar o ano inteiro".

Eduardo Coutinho

va que podia criar isso do nada, a partir da experiência deles. Não tinham humildade suficiente para saber que a primeira coisa a fazer era respeitar a ideologia do povo, e que só a partir dela e que se poderia construir alguma coisa. Então, fazendo uma análise global do que representou o CPC, eu posso dizer que foi uma coisa muito importante, inclusive, pelos seus erros, porque tentou, pelo menos,

romper uma coisa secular no Brasil e fazer algo que servisse para a revolução, para a politização do povo. Seu erro foi achar que podia impor padrões. Uma cultura popular revolucionária só se faz no dia-a-dia, a partir da compreensão e da aproximação real com o povo. Não um povo idealizado e nem tão pouco um povo cujas categorias estéticas você despreza. Você tem que aprender com elas".

Lei Sarney Filho (7300)

Coutinho - "Quando essa lei foi sancionada pelo Presidente, e divulgada nos jornais, vários cineastas pronunciaram-se mais ou menos favoráveis a ela, mas na verdade eles foram completamente surpreendidos, a lei jamais foi discutida com a categoria. Eu sempre achei que a lei era uma babaquice. Em primeiro lugar, ela é mal redigida. Em segundo lugar, não foi feita politicamente, com o apoio da categoria, para tornar a luta possível. Então, aconteceu exatamente o que se podia prever: a lei não vingou e nem vai vingar. Porque se você pretende fazer uma lei com a qual vai se brigar com o imperialismo em qualquer setor, você tem que fazer bem feito e para ganhar. Se não for para ganhar, pelo menos para tirar algum dividendo político. Essa apenas causou a desmoralização da luta nacionalista do cinema, porque quando se vier com uma lei séria vão se lembrar dessa lei ridícula. Se a lei do Sarney falasse numa coisa muito mais importante nesse momento, por exemplo: "a televisão brasileira é obrigada a passar um filme brasileiro para cada dez estrangeiros". Ai, sim, seria uma lei que valeria a pena. Porque como os cinemas no Brasil estão fechando, devido a uma crise de mercado, que no Brasil atinge proporções únicas no mundo por sermos um País subdesenvolvido com uma televisão superdesenvolvida, não se tem nem condição de tentar uma briga para não passar filme de ficção em um dia por semana, por exemplo, para não matar o cinema, como existe na França e em outros países. Não se tem condição porque o próprio público ficaria contra nós. Nessa situação gravíssima, pelo menos tem-se que começar a mexer nos interes-

ses da TV, obrigando que ela passe filme brasileiro. A Globo de um tempo para cá começou a fazer uma semana no cinema nacional, na qual exibe filmes que ela considera de grande prestígio e interesse para o público, e é melhor do que nada. Mas as pessoas sempre se esquecem de que enquanto houver uma "semana do cinema nacional" isso continua sendo um gueto. O filme nacional tem que passar durante o ano todo. É necessário tratar-se dos circuitos gerais, do circuito do vídeo, televisão a cabo, etc, que são totalmente dominados por uma espécie de oligarquia do dinheiro, do poder. Quando se fala em Ministério da Cultura, por exemplo, o que é um Ministério da Cultura sem a televisão na mão? Não é nada. Fica sendo um Ministério que trata de artesanato. O cinema vai ser igualado à cerâmica. O grave problema político que eu vejo nisso, pouco importa quem seja o ministro, é que o poder está no Ministério das Comunicações, porque na verdade quem chega à massa da população é a televisão. O que se tem que exigir, então, é que a concessão dos canais de televisão passe pelo Congresso ou, se passar por um Conselho, que pelo menos ele tenha a participação da sociedade civil. O autoritarismo do sistema audiovisual brasileiro é absoluto. Só com o fim desse autoritarismo é que se poderá chegar a passar filme brasileiro na televisão, a se ter programas sobre associação de moradores, etc.

As fontes geradoras têm que ser múltiplas e não como agora, em que se tem o programa da TV Globo, o programa da TVS, etc. Isso não é possível. Essa é uma situação de absoluta miséria cultural. Esse é o ponto central. O resto é perfumaria".

Reforma Agrária

D. Elizabeth - "O destino das pessoas pobres que resolvem lutar pelos seus direitos é serem assassinadas, é sofrerem todo tipo de repressão. João Pedro foi assassinado em 62, mas a violência continua no campo. Agora em 83 assassinaram a Margarida Alves em Lagoa Grande e vêm assassinando outras pessoas. A juventude das cidades não imagina a miséria que existe no campo. Com a seca, e depois a inundação, muitas cidades foram destruídas e o povo foi para as cidades vizinhas e para as capitais pedir esmola pra comer. Então é preciso que o homem do campo se una e lute mesmo, como está acontecendo neste 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Só uma reforma agrária pode melhorar a situação do homem do campo e do homem pobre da cidade, também que vive sem roupa, sem alimentação, sem remédio, sem nada. Em São Paulo, eu vi gente chorando porque a favela em que eles

moravam estava sendo destruída. E a gente que mora naquelas favelas é gente que vai dos estados nordestinos porque não tem terra. Eu participei de reuniões de 300, 400 mulheres na Vila Remo, no Monte Santo, no Ebu, e elas me falavam que eram nordestinas, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco, e que estavam em São Paulo porque seus maridos tinham sido expulsos da terra, porque o sítio onde moravam está sendo usado para plantar cana."

"Eu vejo os camponeses mais conscientes na luta, mais amadurecidos. Naquela época, em 64, o que existia eram ligas camponesas em alguns estados e hoje nós temos 2.600 sindicatos. Quando eu vejo 4 mil homens reunidos e debatendo como neste 4º Congresso eu acredito que com o tempo, amanhã ou depois, o homem do campo conseguirá suas reivindicações e mesmo a reforma agrária."

Experiência no CPC

Coutinho - "Eu tinha vivido três anos na França, fazendo um curso de cinema lá, e naquela época já tinha interesse em fazer alguma coisa sobre a luta no campo. Quando voltei ao Brasil, em fins de 1960, logo me engajei numa coisa que era uma espécie de CPC em São Paulo, e participei da produção de uma peça de teatro baseada numa luta no campo. Quando eu entrei, logo depois, no CPC no Rio de Janeiro, nós filmamos um documentário pelo Brasil todo, durante a viagem da UNE volante. Mas o documentário era muito ruim, porque nós ficávamos um, dois dias em cada cidade, não dava para conhecer nada. Quando chegávamos na cidade a gente perguntava "O que é que nós vamos filmar aqui? Onde é que tem favela, onde é que tem miséria?" e ia filmar. Isso não quer dizer nada, é miserabilismo, não tem o menor valor social em si. Mas assim como eu entrei no CPC, dezenas de pessoas entraram, e não era obrigado ser estudante para entrar lá. O CPC era uma coisa aberta para jovens, profissionais ou não, que quisessem fazer algo para romper com uma cultura que na época era, como sempre foi, uma cultura ainda presa aos padrões burgueses. Então se tinha a idéia generosa, mas bastante idealista, de que esses jovens intelectuais de classe média, estudantes ou não, poderiam romper essa barreira do tipo de arte que se fazia, fazendo uma arte popular revolucionária. Era uma esperança generosa mas ingênua, na medida em que o CPC na época acredita-



"Isto aqui tem que virar uma feira livre. Você tem que ter gente agitando. Um pregando uma religião, outro vendendo, outro tocando. Tem que se ter todo tipo de contestação na Universidade. Você tem que se sentir provocado a fazer o que você quiser aqui dentro. A cultura nasce daí, do contato com as pessoas". Odete Ernest Dias.

"O povo não tem que exigir políticas culturais do Governo, porque sabe-se que a especialidade do Estado consiste na consubstanciação da classe dominante que politicamente organizada cria um poder. Então se a gente pede uma política cultural desse Governo, estamos então pedindo uma política cultural que seria dada pela classe dominante no poder, e isto é uma loucura. Nós temos que fazer cultura sem pedir licença pra ninguém. Esta situação pode ser transplantada para a Universidade. Não temos que pedir uma política cultural para a Universidade. Temos que fazê-la. Temos que fazer a Universidade juntos, e fazendo a Universidade juntos, estaremos fazendo cultura juntos". Essa é a opinião do professor do Departamento de Desenho e candidato a reitor da UnB, João Evangelista.

Política Cultural na UnB

Como se encontra a Universidade de Brasília hoje no que diz respeito a formação de uma política cultural própria? Para João Evangelista é realmente necessário a existência de uma política cultural dentro da Universidade, mas o que existe segundo ele é uma política cultural ou várias políticas culturais feitas fora da Universidade e esta por sua vez é geralmente insidiosa porque pode mostrar-se legítima e se dirigir a toda a Nação.

SETORIZAÇÃO

A ditadura de 64, as sucessivas greves, a desestruturação do DCE, a setorização dos Departamentos e o autoritarismo da estrutura Universitária são fatores que desestimulam a formação de qualquer política cultural. O que existiu de 64 pra cá na UnB foram tentativas, mas não se chegou a existir uma definição a nível institucional de uma política cultural que ativasse todo um processo. Para Conceição Zotta Lopes, chefe do Serviço de Apoio Cultural da UnB, não se foi feita até hoje uma parada, um trabalho e nem uma definição intencional do que se fazer nessa área na Universidade. Segundo ela a cultura está acontecendo a todo o momento,

porém uma política cultural dentro de uma instituição teria que ter um arcabouço pensado. "A política cultural vai ter que surgir do somatório do que existe de potencial da comunidade, e o que existe de acadêmico. Não se vai fazer uma política cultural dissociada do que está girando em termos de conhecimento e formação dentro da Universidade", conclui ela.

Um fato significativo que não pode ser esquecido em relação a área cultural da UnB, foi a criação da Comissão de Cultura do DCE no período de 81 a 82. Essa Comissão existia em função de uma proposta do DCE. Segundo Marcelo Montiel, um dos integrantes da Comissão, se tinha no meio estudantil uma proposta mais alienada, ou se tinha uma proposta da Comissão de Cultura que pela primeira vez tentava superar, na medida do possível, esse estigma stalinista em relação à cultura e também evitar qualquer inspiração "Odara" muito comum no meio estudantil. Quanto a questão de política cultural, Marcelo Montiel lembra que não se tinha intuito de expor uma política cultural no DCE. O que se procurava na Comissão de Cultura era evitar a política cultural por parte de uma entidade qualquer. Segundo ele a Uni-

versidade em si pode ter sua política cultural, mas a política cultural do Movimento Estudantil é bastante questionável, principalmente nos dias de hoje, quando o interesse às vezes é retomar o discurso "CPCista" dos anos 60. Para João Evangelista o que o DCE não pode e não podia é ser manobrista e golpista e fazer uma cultura própria. "O DCE não pode fazer a nível da Universidade, o que ele reclama que o Governo faz a nível de Nação. Ele tem que proporcionar os meios para as pessoas fazerem e se mobilizarem. O DCE não pode criar cultura e nem política cultural aqui dentro, senão se torna um ditador", acrescenta João Evangelista.

Na UnB existe o Serviço de Apoio Cultural, chefiado por Conceição Zotta Lopes encarregado, como diz o nome, de apoiar as manifestações culturais que surgem na comunidade. Para João Evangelista, o papel de um órgão oficial ligado a área cultural seria simplesmente o de apoiar até onde permite seu orçamento, ou seja, seu início limite é o das finanças. O Serviço de Apoio Cultural de início, fez algumas tentativas em relação à promoção de eventos culturais, mas na opinião da Conceição, isto não tem sentido. Para ela o caminho é ten-

tar conhecer o que existe dentro da comunidade, e saber qual é o seu interesse. "A manifestação tem que partir da comunidade interessada. Se tivéssemos mais condições de apoiar as pessoas que tenham este tipo de interesse seria ótimo, pois assim estaríamos desenvolvendo um processo conseqüente. Estaria se dando uma oportunidade a alguém da comunidade, que é o próprio gerador do processo", conclui ela. Para Odete Ernest Dias, professora de Música da UnB a cultura nasce espontaneamente do contato com as pessoas, e nesse sentido talvez o papel de um órgão oficial seja perigoso porque de repente ele pode obrigar você a fazer isto ou aquilo. Segundo ela, a estrutura de cima tem basicamente que dar as condições para que se possa desenvolver um determinado trabalho.

APOIO OFICIAL

Em 1962 a UnB convertia-se num centro cultural de grande importância. Havia uma proposta de professores e alunos de se concretizar aqui, um intercâmbio cultural entre diferentes cabeças com a livre circulação de idéias. A UnB neste período foi uma ex-

periência cultural sem precedentes. João Evangelista lembra que naquela época, marxistas ferrenhos iam assistir com deleite, porque podiam discutir, as conferências do filósofo e professor, Eduardo de Souza que era marxista. Embora o estatuto da Universidade e o plano diretor naquela época fosse outorgado e não tivesse saído das bases, saiu no entanto da cabeça do educador Anísio Teixeira, que tinha uma visão mais avançada do que os demais. Havia uma total integração do campus.

Mesmo no período negro pelo qual a Universidade passou, a cultura não deixou de existir. Ela somente mudou de lugar. Era feito dentro das salas de aula e em pequenos grupos, o que hoje não tem mais sentido devido ao momento histórico que a Universidade de Brasília atravessa.

O que se precisa no momento é trocar idéias em todo o campus e a integração do espaço físico. Na opinião de João Evangelista o Urbanismo reflete também uma função ideológica e isto tem que acabar na UnB. "Temos que montar uma nova estrutura física e possibilitar o intercâmbio cultural na UnB", diz João Evangelista.

(Edna Cristina)

Voltam a Feira e o Cabeças

A Feira de Música e o Concerto Cabeças estão de volta, com todo o apoio da Fundação Cultural, através de Néio Lúcio, fundador da Galeria Cabeças e atual Assessor da Fundação para Assuntos Comunitários.

Quem morava em Brasília e participava das atividades culturais no período de 1978 a 82 se lembra da Feira e do Concerto. Eram espetáculos promovidos por artistas e pessoas interessadas na divulgação da arte local e que aconteciam mais por idealismo do que por interesse ou apoio de órgãos oficiais. Essa falta de apoio terminou por interromper os dois projetos.

Agora, com a tentativa de estruturação de uma política cultural na cidade, por parte da nova direção da Fundação Cultural do Distrito Federal, essas atividades encontram meios de se reestruturarem.

FEIRA DE MÚSICA

Ela surgiu em 1981, da iniciativa de Carlos Elias, um antigo animador cultural da cidade, e tinha muito de marginal. Sem estrutura, com som e divulgação precários, a Feira de Música funcionou durante cerca de um ano no Teatro Galpão, para onde volta agora, quatro anos depois.

A Feira de Música foi um marco. Apesar das dificuldades, artistas como Marcus Rocha, Renato Mattos, Márcio Faraco, Beijo a Quatro, entre outros, usaram o espaço da Feira de Música e conseguiram com ela divulgar melhor o seu trabalho. Ela ainda funcionava como um grande acontecimento social que unia artistas de diferentes tendências e assim foi uma interferência forte no processo de formação da música



Na Feira de Música, a participação inédita de um quarteto de trompetes

sica brasileira.

Clodo Ferreira, compositor, considera-se um apaixonado desde o começo. Segundo ele, a Feira de Música é um processo e, como tal, está se depurando sozinha. E conclui dizendo que a Feira "foi, sobretudo, uma boa idéia".

A nova Feira de Música conserva o dia e horário: segundas-feiras às 8 e 30 da noite, mas agora é promovida pela Assessoria de Néio Lúcio. Néio diz que a proposta está mais amadurecida, com a atenção voltada para a melhora das condições de trabalho do artista, mas reforça que a primeira tentativa de se produzir a Feira não deve ser desmerecida.

O espetáculo inclui oito apresentações de artistas amadores que ocupam o palco por cerca de meia hora cada um. A ordem das apresentações é estabelecida visando um "crescendo", ou seja,

os sons mais leves costumam abrir o espetáculo enquanto os mais pesados têm seu espaço mais tarde.

Outra característica da Feira de Música produzida pela Fundação Cultural é a participação, antes inexistente, de músicos ligados a Escola de Música de Brasília. O professor de trompete, Reinaldo Coelho é talvez o primeiro da Escola a trazer alunos para se apresentarem numa mostra desse gênero. Ele se diz surpreendido com a receptividade do público da Feira e pretende estimular a participação de outros movimentos da Escola, como o Regional e a Orquestra de Jazz.

"Aqui cabe aquilo que você gosta de fazer completamente. Cabe rock, cabe canção. A Feira pode e deve mudar sempre, ser um elemento de caráter transfor-

mador. Néio Lúcio parece saber o que diz. Afinal, punks ouvem Bach e o palco do Teatro Galpão foi encerado. Novos tempos.

CONCERTO CABEÇAS

O Cabeças recomeçou no último dia 2, e deverá voltar todo o primeiro domingo de cada mês, a partir das 3 horas da tarde, no mesmo lugar onde se realizava antes, a rampa acústica do Parque da Cidade. Apesar de ter sido dia de jogo do Brasil, muitas pessoas saíram de casa e compareceram a essa reestréia do Concerto.

Segundo Odete Ernest Dias, o público do Cabeças mudou. Mas muita gente que estava envolvida com os concertos do passado também estava presente. Ela mesma, que foi a primeira a se apresentar no domingo, já participa do Cabeças desde quando ele acontecia na 311 Sul. Néio Lúcio, que era um dos organizadores e apresentador do Cabeças na época de 78 a 82, também continua à frente do Concerto.

E ele quem conta que, naquele tempo, o Concerto Cabeças surgiu por causa de uma necessidade de se abrir espaço para os artistas mostrarem seus trabalhos e, com isso, haver um enriquecimento da vida cultural da cidade. Os concertos eram realizados com pouquíssimos recursos e graças à força de vontade de pessoas como Wagner Hermuche, Eurico, e o incentivo dos próprios artistas. Assim como a Feira de Música, para o Cabeças não havia qualquer apoio de órgãos oficiais.

Mas o Cabeças volta agora não mais se sentindo órfão, como comentou o próprio Néio. A Fundação Cultural está pagando o equipamento de som e o operador, e tem arcado com todas as despesas do Concerto. Dessa forma, o Cabeças pode ser realizado com menos problemas para a organização, o público pode assistir a um espetáculo melhor e pode-se acreditar na continuidade do Concerto.

O esquema de apresentações será, em princípio, o seguinte: três artistas profissionais fazem um show de meia hora cada e, nos intervalos, dois artistas amadores, vindos da Feira de Música, se apresentam. Os profissionais recebem um cachê de 500 mil cruzeiros, também pago pela Fundação Cultural. Os próprios organizadores, Néio e o Cabeças — Centro Brasileiro de Arte e Cultura, cujo Secretário-Geral é o ator e diretor Henrique Rovira, convidam as pessoas que vão se apresentar.

A proposta desse "novo" Concerto Cabeças, segundo Néio Lúcio, não mudou nada da inicial. O que se pretende é abrir espaços para o encontro de músicos profissionais e amadores num espetáculo ao ar livre, do qual qualquer pessoa possa assistir e que seja um ponto de encontro não só dos artistas, mas do público presente.

E se esse é o objetivo do Cabeças, ele já foi atingido, pelo menos, no que diz respeito ao público. Quem saiu do Concerto naquele domingo, debaixo da lua cheia, promete voltar. (Rosane Carneiro e Cláudia Rangel)

UnB inaugura o mais novo cineclube da cidade

Uma boa notícia: a partir de uma iniciativa de alunos da Universidade de Brasília, foi inaugurado na sexta-feira, dia 31 de maio, um novo cineclube na cidade.

O cineclube entrará no circuito de distribuição de filmes da assessoria de cinema da Fundação Cultural do DF que atualmente funciona com uma minidistribuidora, e também atuará independentemente, tomando filmes emprestados da Embrafilme e de órgãos independentes como, por exemplo, as embaixadas.

Organizado por Henrique Rovira, André Benigno, Guilherme Malheiros e outros, o novo cineclube visa a concentração no Departamento de Desenho, dos interessados na linguagem cinematográfica e provavelmente promoverá discussões em torno dos filmes apresentados. Há também a possibilidade da criação de um video-clube.

Portanto, caros cinemaniacos e simpatizantes da "Sétima Arte", não percam: o cineclube funciona no auditório do Departamento de Desenho na Universidade de Brasília às quintas e sextas-feiras de 12 às 14 h e de 10 às 12 h, respectivamente. (Suzy Sobral)

DO IT YOURSELF!*

O grito dos punks: do Rio Tâmis ao Lago Paranoá

Sid Pervertido, Joãozinho Podre, Rato Sarnento. Couro, correntes, alfinetes, roupas rasgadas. Latas de cola e cerveja. Som alto, vidas rápidas. Desemprego, desencanto, tédio. Ruas, gangs, música, noite. "Não sei o que quero/mas sei como consegui-lo/eu quero destruir quem passar por mim/porque eu/eu quero ser a anarquia". (Anarchy in the UK, Sex Pistols, Londres, ano da graça de 1976).

Punks, movimento punk, punk rock. Ou simplesmente punk. Intransitivamente punk. E o que é punk? Os dicionários da Língua inglesa trazem sinônimos que vão desde "madeira podre usada para acender facilmente um fogo" até "vagabundo de pouca idade". O termo designou ainda, na imprensa, a fauna do mundo barra pesada das grandes cidades (e em especial Nova Iorque) que povoava as canções de Lou Reed e sua escola. Para Shakespeare, casar-se com um deles "é apressar a morte" (Measure by Measure).

Mila, baixista da banda Detrito Federal, acha que o punk, como movimento, seria a "união de pessoas iguais, que andam juntas, moram juntas e fazem as mesmas coisas". Por isso defende que o grupo punk, em Brasília, só mesmo o seu (todos os integrantes são a favor do punk e gostam da música punk), ainda que existam na cidade pessoas consensualmente punks, como é o caso do Ameba (Jander), vocalista do grupo Plebe Rude.

O PUNK ROCK

Para o pessoal do Detrito, "o

punk rock é o som mais simples que deve ser tocado". E tocado com emoção e prazer, dispensando até mesmo o virtuosismo técnico. De fato, a maior parte desses jovens músicos pouco ou nada sabia de música até decidir-se a subir num palco e fazer o que Antônio Bivar define como "uma música rude, visceral e intuitiva. Uma descarga elétrica de sons e ruídos com ritmo rápido, carregado por vocais furiosos". As letras, simples e curtas, denotam pretensões políticas, revolucionárias, e uma preocupação com os problemas sociais do dia-a-dia. "O que a gente vive é o que a gente sabe escrever", diz Mila. "A letra que sai da gente para pes-

soas iguais à gente".

EM BRASÍLIA

Bruno Zero, sociólogo, sustenta que "todo movimento social ou musical tem um substrato social que, no caso do movimento punk inglês, encontra-se nas camadas sociais mais baixas. Tendo surgido numa época de crise econômica, quando os jovens ingleses não possuíam muita perspectiva de emprego, a música punk expressava uma revolta por todo esse estado de coisas".

Em Brasília (as primeiras manifestações ocorreram em 1977), a coisa, no entanto, muda de figura. "A origem social das pessoas que dizem compor esse movi-

mento é diversa, são em geral filhos da classe média-alta que, viajando para fora do país, tiveram contato com o movimento e trouxeram isso para cá". Na opinião de Bruno, o modismo punk não funciona como um movimento de contestação e sim como uma forma de apropriação de signos (música, roupas, corte de cabelo). Confirmação de um certo status social ("Acho ótimo que esse pessoal exista, porque eles compram os discos importados e emprestam para a gente ouvir e gravar" — Mila, Detrito Federal).

Nesse aspecto, o movimento tornou-se excludente, uma vez que apenas um grupo limitado de pessoas, detentor de um maior poder aquisitivo, tem acesso a esses signos culturais. É flagrante, por exemplo, que o conteúdo contestatório das músicas dos punks de São Paulo (não uma cópia importada do punk de fora, segundo Bivar, mas uma identificação adaptada à realidade local) é muito mais agressivo que as músicas de Brasília. "Vê-se que o nível social dos componentes das bandas de lá é bem mais baixo (são office-boys, recepcionistas, etc). Caso houvesse o acesso por parte das classes mais baixas, esses punks perderiam a identidade social, identidade de classe média-alta que viaja para fora do país e conhece esse tipo de coisa. Eles teriam, então, que procurar alguma coisa nova em que se projetar". (Mônica Ferreira, Nicolau, El-Moor, Carmen Montenegro)



Ulisses Lacava

★ (Faça você mesmo!)

Um velho projeto que ganha vida pelas mãos de um grupo de professores, o CEC veio resgatar 20 anos de omissões no campo da pesquisa e debate da comunicação.

Uma convicção. "Os estudos, as pesquisas e os trabalhos na área de comunicação se confundem, hoje, na sociedade contemporânea, com os estudos na área de cultura. Comunicação e cultura têm uma identidade conceitual que implica numa visão conjunta e paralela de pesquisa, trabalho, etc., nas duas áreas".

Uma necessidade. "A criação de um espaço para o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas nas áreas de comunicação e cultura, que tornasse possível a utilização do potencial de trabalho de pessoas que, ligadas ou não à universidade, não encontravam aí esse espaço".

Compartilhando tanto uma quanto outra, "um grupo de pessoas com escolaridade na área de comunicação, a maioria delas com títulos de mestrado e doutorado, e que tinha ainda como ponto de interseção o Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília".

O resultado. A concretização, em princípio do ano passado, de uma aspiração antiga — a criação do CEC (Centro de Estudos em Comunica-

ção e Cultura): uma sociedade civil, limitada, sem vínculos de espécie alguma com a Universidade e sem fins lucrativos.

A tudo isso assistiu Venício Artur de Lima, membro fundador e vice-presidente dessa primeira diretoria do CEC (os outros são: Luiz Gonzaga Motta, o "Baga", presidente; Murilo César Ramos, atual Decano de Extensão; Salomão David Amorim; Carlos Augusto Setti, chefe em exercício do Departamento de Comunicação; Vladimir Carvalho, o documentarista premiado de O País de São Saruê, O Homem de Areia e O Evangelho Segundo Teotônio; Ubirajara da Silva, Sérgio Dayrell Porto e Geraldo da Rocha Moraes, o cineasta de A Dificil Viagem).

Uma vez constituído como pessoa jurídica, autônoma e independente, o CEC tratou logo de arregaçar as mangas e ir à luta. A primeira medida, ainda segundo Venício, foi a definição das áreas nas quais interessava ao grupo trabalhar, e a procura das fontes de financiamento de pesquisa. Por coincidência, nessa mesma época em que

surgia o CEC o CNPq publicava um edital do PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia), que previa as áreas onde a apresentação de projetos era possível. Identificadas duas áreas de seu interesse, o grupo elaborou e apresentou dois projetos, já aprovados e em execução.

O primeiro diz respeito à difusão de ciência e tecnologia pelos meios de comunicação. O segundo incursiona por uma área mais institucional: a participação do Poder Legislativo na formulação das políticas de ciência e tecnologia, projeto que deve muito de sua existência ao fato de estar o professor Venício trabalhando no Senado.

Paralelamente, o CEC produziu ainda um documento que Venício define como "um serviço de orientação básica à eventual formulação de uma nova política de comunicação no País, dentro dessa perspectiva ampla de comunicação e cultura". Esse documento, de elaboração demorada ("porque muito pensado, muito trabalhado"), foi encaminhado aos setores competentes, à época da for-

mação da Aliança Democrática. "Participamos também de várias discussões com canais políticos diferentes, para fazer chegar as idéias daquele documento a quem de direito, a quem poderia tomar decisões na área. Nesse sentido, nosso trabalho acabou por fazer parte de uma movimentação mais ampla que se articulou no sentido de influenciar nessas decisões, e do qual também fizeram parte várias instituições de classe: Federação Nacional dos Jornalistas, ABI, etc., e esse documento inicial acabou sendo refundido em vários outros documentos, com a assinatura de várias entidades representativas. Esse movimento, na verdade, ainda continua, fazemos parte dele, e ele luta ainda por alguns pontos que achamos fundamentais para a democratização da comunicação e da cultura no Brasil".

Luiz Gonzaga Motta, presidente do CEC, também não vê mais espaço para o autoritarismo na comunicação. Por isso mesmo o CEC engajou-se, junto com outras associações, na luta pela democratização do Conselho Nacional de Comunicação, uma pro-

messagem do ex-presidente Tancredo Neves, que — espera-se — seja cumprida pelo presidente José Sarney.

Além da elaboração e execução de projetos e pesquisas (como grupo ou em trabalhos individuais), o CEC pretende ter também uma atuação no campo político, de oferecer sugestões e lutar pela implementação de políticas democráticas de comunicação no Brasil. Na proposta do CEC caberia ainda a organização de seminários com temas como a concessão de canais de radiodifusão — um tema que cala fundo nos integrantes do grupo, uma vez que vários deles não só trabalharam como têm trabalhos publicados nessa área.

"Poderíamos organizar seminários para discussão e debate do tema", diz Venício, pois "isso faz parte do nosso interesse. Não temos nenhum projeto específico em andamento nesse sentido, mais isso poderia ser feito. Uma das coisas que nos interessa no momento é fazer uma ampla discussão, ajudar no debate sobre o que deve ser esse Conselho Nacional de Comunicação". (Carmen Montenegro)

CEUP: cultura, ciência e arte na comunidade

Foi criado este ano dentro da Universidade de Brasília o Centro de Estudos Universidade Popular - CEUP, com o objetivo de resgatar o princípio da verdadeira universidade popular que é o de colocar a cultura, a ciência e a arte a serviço da comunidade. O centro é formado por alunos e ex-alunos da UnB e está aberto a todos que tenham o mesmo objetivo.

O CEUP teve seu embrião na crise da Universidade que teve seu auge na greve de 82, onde o ensino estava sendo fortemente questionado por estudantes e professores. Estudantes de pedagogia, psicologia, comunicação, medicina e outros formaram um grupo e no período de greve fizeram um trabalho na Favela do Paranoá, usando o que aprenderam dentro da Universidade, e sentiram o quanto estavam afastados dos problemas da comunidade e daqueles que indiretamente pagam para que todos estudem de graça: os trabalhadores.

De volta ao meio acadêmico, estes mesmos estudantes começaram um trabalho de

discussão com atividade dentro da UnB. No ano passado fizeram uma mostra de filmes tchecos sobre a paz, e em seguida uma das maiores campanhas dentro da UnB: "Um lápis para a Nicarágua". Esta campanha trouxe uma discussão sobre o processo de alfabetização no Brasil, ao mesmo tempo em que arrecadavam lápis, caderno, borrachas e canetas para a Nicarágua.

Este ano o CEUP conseguiu fixar-se em uma sala do Departamento de Comunicação cedida pela direção (sala 1-B), e começaram a fazer um trabalho de discussão sobre o curso de comunicação. Criaram o "Caderno da Comunicação", com textos de experiência concretas nos países do Terceiro Mundo, países socialistas e experiências que buscam desenvolver uma comunicação voltada para os interesses da maioria da população.

Dentre outros trabalhos do CEUP, foi realizado este ano uma discussão sobre "O Cinema Cubano" que, segundo um dos membros do CEUP, Dulcídio, Siqueira, Neto, "foi



O CEUP em ação: alunos debatem o filme "Cabra Marcado Para Morrer" com seus realizadores. Na foto, o cineasta Vladimir Carvalho, o diretor do filme, Eduardo Coutinho, D. Elisabete Teixeira e a aluna Andréa.

muito produtiva, pois o cinema brasileiro passa por uma crise e o cinema cubano mostrou que mais do que dinheiro o desenvolvimento do cinema cubano se deve porque existe um interesse político de desenvolver a cultura e torná-la acessível à população, através do barateamento das entradas e de cinemas volantes".

Trouxeram também para a Universidade a discussão sobre a "Formação do Partido Socialista Brasileiro", com a presença do senador Saturnino Braga (PDT) e do presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa; o filme "Cabra Marcado para Morrer", de Eduardo Coutinho, com a presença do cineasta e a figura central do filme: D. Elisabete Teixeira, mulher de um cam-

ponês assassinado e "Reatamento com Cuba", com o deputado João Herrmann e Marcio Santilli, ambos da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

O CEUP não pretende ficar apenas trabalhando com a comunidade acadêmica. Sua proposta é de fazer da universidade um elo de ligação entre a sociedade. Contando apenas com recursos humanos, Andréa Chagas, membro do CEUP, espera poder em breve levar o trabalho para as cidades-satélites "mas isto requer tempo e a maioria dos ceupenses trabalham no período da tarde, tendo então pouco tempo disponível. O ideal seria que a Universidade cumprindo seu verdadeiro papel, fizesse dela o trabalho dos estudantes onde todos te-

riam então no seu trabalho a aplicação do que é estudado aqui".

O CEUP já recebeu propostas de deputados para que criem um estatuto e assim possam receber deles uma ajuda material. "Os deputados têm uma verba anual que cedem para instituições científicas e culturais sem fins lucrativos, "diz Andréa Chagas", e se tivermos acesso à esta ajuda será fundamental para aprofundarmos a discussão trazendo gente de fora e dando infra-estrutura para que possamos ir para fora da Universidade".

Para todos aqueles que estão interessados, querendo conhecer o trabalho do CEUP e dele participar, o funcionamento do centro é diário e lá poderão encontrar livros da igreja progressista, Jornal do País, Jornal Barricada, Caderno do Terceiro Mundo, jornais dos sindicatos, livros marxistas e outros, para consulta, sempre pela parte da manhã. As reuniões são realizadas às terças, às 11 horas, quintas das 10 ao meio-dia e sextas às 11 horas. (Rejane Pretti)



Fotos de Nicolau El-Moor

A Fazenda impressiona, mas ao conhecê-la melhor é fácil ver que há muitos problemas: plantações doentes, máquinas paradas e espaço mal dividido

Nem tudo é perfeição na Fazenda Água Limpa

"O ensino na Universidade de Brasília está em crise. A maioria dos Departamentos reclama da falta de equipamentos, verbas, professores, enfim, de uma infraestrutura básica. No entanto, há exceções que, se não chegam a ser ideais, atendem relativamente bem aos interesses de professores e alunos. Uma dessas exceções é a Fazenda Água Limpa".

A reportagem do Campus publicada no número passado começa dessa maneira a descrever as maravilhas do campo experimental da UnB, situado a apenas 30 quilômetros do Plano Piloto. Todavia, ao circular o jornal, imediatamente foi criada uma verdadeira polêmica. De um lado, o professor Ildebrando Flor, chefe do Departamento de Agronomia, que sustenta ser a Fazenda uma área "com grande estrutura", de onde saem trabalhos e pesquisas realmente consistentes e eficazes. De outro lado, vários alunos e alguns professores que dizem ser a Fazenda não uma exceção no ensino da UnB, mas um campo experimental que passa por todas as dificuldades e privações vividas pelos demais Departamentos da Universidade hoje.

E verdade que muitos alunos concordam com o professor Ildebrando, mas também é verdade que ao se visitar a Fazenda, é fácil constatar que ela não é exatamente um modelo.

Criada a polêmica, a reportagem do Campus passou uma manhã na Fazenda, para acompanhar a sua rotina. Exatamente às 7 horas da manhã o repórter Carlos Dutra e o fotógrafo Nicolau El-Moor saíram da UnB, acompanhados pelo aluno Roberto Lorena, da Agronomia. Mela hora depois os três chegaram à Fazenda. A impressão inicial do repórter Carlos Dutra foi boa, porque a "Água Limpa é uma grande área que, de saída, enche os olhos de qualquer pessoa". A visita à Fazenda foi logo iniciada. A reportagem pôde constatar, então, com a ajuda de professores e alunos, que nem tudo é perfeição.

FALTA DE PLANEJAMENTO

O aluno Roberto Lorena explicou que um dos principais problemas enfrentados é a "falta de

uma perfeita divisão de áreas entre os diversos Departamentos e seus trabalhos". Segundo o aluno, o que ocorre hoje é a total falta de planejamento, seja na elaboração dos trabalhos e pesquisas, seja no seu acompanhamento. Um bom exemplo disso é a fito patologia (estudo das doenças das plantas) que é feita ao acaso, ou seja, através de doenças que ocorram na vegetação local. Não há, portanto, laboratórios, equipamentos e áreas específicas para este estudo tão importante em um curso de Agronomia.

O professor Ildebrando Flor diz que a Fazenda tem uma infraestrutura que inclui salas de aula, laboratórios e até um refeitório. Em parte, é verdade. As salas de aula são boas e numerosas, possuem uma área satisfatória e equipamentos — mesas, cadeiras e quadros — bem conservados. Os laboratórios existem em pequeno número e, durante a visita da reportagem, permaneceram fechados. Quanto ao refeitório, as críticas dos alunos são maiores. Segundo eles, o restaurante não atende bem às suas necessidades no que se refere a espaço. A comida, no entanto é boa e barata.

Mas os grandes problemas da Fazenda concentram-se mesmo em seus mais de quatro mil hectares de terra. As máquinas agrícolas são problema porque não possuem um local apropriado para ser guardadas. A manutenção existe, mas deixa muito a desejar. A reportagem constatou que há pedaços de máquinas e peças totalmente abandonadas. E há também equipamentos adaptados, o que segundo o aluno Roberto Lorena causa inúmeros problemas ao seu perfeito funcionamento. Apesar disso, o administrador da FAL, Elyti Kato, afirma que "para o ensino, as máquinas estão ótimas. O que falta é mais regularidade e rapidez no atendimento aos pedidos de reposição de peças, o que chega a demorar meses. Isso é causado pela burocracia da Universidade, e não por falta de verbas".

BUROCRACIA

Verbas, aliás, não são problema. Segundo o professor Ildebrando Flor, nunca houve negativa por parte da Administração Central da UnB em conceder ver-

bas para a manutenção da Fazenda. Os alunos, no entanto, contestam esse fato e mostram falhas na Água Limpa, que poderiam ser resolvidas aplicando-se melhor o dinheiro e planejando-se a execução das pesquisas. Segundo o administrador Elyti Kato, o problema está, em parte, na dificuldade de se aplicar o dinheiro, entre outras coisas, na contratação de pessoal de apoio. O Departamento tem a verba, mas não pode efetuar novas contratações, porque estas estão proibidas pela Nova República.

A reportagem do Campus visitou também as áreas de plantação. Nelas, segundo o peão José de Ribeiro Neto, há uma falha no sistema de irrigação, que apresenta sérios problemas de vazamento. "Nós já pedimos manutenção, mas ela demora muito, às vezes mais de ano", explica o peão. As plantações, em si, também são problemáticas, pois, segundo Roberto Lorena, não atendem totalmente às pesquisas, por serem pequenas e por representarem tão somente projetos finais de formandos, restringindo, dessa forma, o acesso de todos os alunos a elas. O peão Wanderley

de Souza Teixeira, no entanto, afirma que "tem muito feijão, de todo tipo, mandioca, café, laranja e soja plantados, para o uso de todos os alunos".

A Fazenda possui também vinte cabeças de gado de corte, vinte e cinco ovelhas, inúmeros coelhos, vários porcos e abelhas, que são usados em diversos experimentos. No tocante ao gado, por exemplo, a pesquisa é direcionada. Os animais são confinados em currais para inseminação artificial. Os pastos da Fazenda são outro problema pois ocupam grande espaço e não possuem, segundo o aluno Roberto Lorena, plantação específica: a pastagem é feita na base do "soltar os bois".

AMEAÇA

O problema mais sério que pode atingir a FAL, entretanto, não depende diretamente de alunos, professores ou do próprio Departamento de Agronomia. Trata-se de uma questão antiga: parte da área da Fazenda pertence ao Governo do Distrito Federal, que pode fazer dela, no momento que desejar, o que bem entender. O maior temor das pessoas envolvidas com a Fazenda é que a área seja transformada, por exemplo, em mais um setor residencial. Segundo o professor Roberto Cavalcanti, do Departamento de Biologia, essa modificação causaria a invasão da FAL, a poluição das nascentes d'água lá existentes e a descaracterização da reserva ecológica da Água Limpa, comprometendo definitivamente o projeto.

Ao meio-dia, a reportagem do Campus deixou a Fazenda com uma certeza: apesar dos prós e contras, a FAL ainda é algo de positivo no ensino prático da UnB. E verdade que há falhas inaceitáveis dentro de uma proposta arrojada de ensino. O que se espera agora é que os ventos de mudança que sopram no Brasil e, especificamente, na UnB, façam com que os novos administradores da Universidade olhem com mais atenção e se empenhem no sentido de sanar os problemas existentes, para que o projeto Fazenda Água Limpa possa, realmente decolar. (Afonso Cozollino, Carlos Augusto de A. Dutra, Joyce Russi)



"A irrigação é falha", diz o peão. "Este é apenas um dos problemas da Fazenda", diz o aluno



A 40 Km do Plano Piloto, há uma comunidade negra estudada hoje por um aluno da UnB. É um trabalho de identidade étnica: as origens e costumes do grupo.

ANTROPOLÓGIA REALIZA PESQUISA SOBRE COMUNIDADE NEGRA

Quilombo, não. Uma comunidade da mineração

Fotos acervo Vladimir Carvalho



A comunidade negra de Mesquita teve origem através da mineração

Muitos alunos dos cursos de graduação da UnB se queixam de não poder realizar pesquisas dentro das suas áreas. Esse fato, no entanto, não é geral. Dentro da própria UnB existe muito espaço, às vezes, não aproveitado, para o desenvolvimento de diversos trabalhos, ainda a nível de graduação. Pelo menos, é o que garante o estudante de Antropologia Marnio Teixeira Pinto. Atualmente, ele vem desenvolvendo um importante trabalho com identidade étnica, junto à comunidade de Mesquita, situada próximo à Cidade Ocidental, no município de Luziânia, a 40 km do Plano Piloto. Esse trabalho visa a estudar a maneira com que um determinado grupo étnico compreende a si próprio e ao mundo que o cerca.

Essa comunidade é formada basicamente por uma população de negros. A princípio pensava-se que sua origem vinha de algum quilombo, formado por escravos fujões do tempo da mineração em Goiás. No entanto, essa teoria foi rechaçada. Acredita-se, hoje, que na verdade a população de Mesquita, como aliás quase toda a população negra do Estado de Goiás, teve origem realmente através do caminho da mineração. Porém, explica Marnio, "eles foram abandonados aqui no sertão pelos Bandeirantes que retornaram para o litoral. Uma vez livres, se juntaram a fazendeiros criadores de gado e se transformaram, assim, em peões de fazenda". Marnio acredita que a população de Mesquita tenha se originado de uma dessas fazendas e não de um quilombo, como se imaginava antes.

Ele conheceu a comunidade através de um curso de verão que fez na UnB no ano de 1984. Desde os primeiros contatos com ela Marnio teve vontade de desenvolver um trabalho mais consistente junto aos negros. Isso só se tornou possível graças a uma bolsa de pesquisa que o estudante conseguiu do CNPq. Seu projeto original dizia que a comunidade tinha origem em um quilombo e foi aprovado como sendo, realmente, para pesquisar um quilombo. "Embora esse fato não seja verdadeiro, o resultado da pesquisa não corre o risco de ficar

comprometido, já que visa fazer um estudo sobre identidade étnica e não apenas sobre a origem desta população", diz o estudante.

Trabalhos de pesquisa realizados por alunos de graduação não são muito comuns na UnB. Mesmo assim, existem alunos, que opondo-se a todas as dificuldades que possam aparecer, insistem em realizá-los. Esse é o caso de Marnio, que além das dificuldades normalmente enfrentadas por quem quer realizar uma pesquisa, também se deparou com o fato de estudo de Identidade Étnica com grupos negros não ser muito comum no Brasil. Normalmente, a Antropologia Brasileira costuma trabalhar com populações indígenas. Por isso, as teorias que existem não se aplicam ao tipo de trabalhos daqueles que pesquisam esta área.

Segundo Marnio, "a grande dificuldade em se estudar um grupo como o reunido em Mesquita é que não existem diferenças aparentes entre eles e os negros do resto do País. Isso acontece porque eles nunca estiveram totalmente isolados, pois sempre mantiveram relações comerciais com populações vizinhas. Por isso, a grande diversidade de um grupo como este não está, como seria o caso dos indígenas, no modo de vestir ou de falar, mas sim na escala de valores". O pesquisador pretende concluir seu trabalho no próximo semestre, após ter morado pelo menos três meses com a comunidade, para estudá-la melhor.

O projeto é coordenado pela professora Alcida Rita Ramos, que também desenvolve trabalho de pesquisa com Identidade Étnica, só que junto a comunidades indígenas. Marnio mantém sua pesquisa com bolsa de Cr\$ 190 mil mensais, e critica o fato de poucos alunos de graduação da UnB realizarem pesquisas. "Falta um pouco mais de interesse por parte dos alunos e incentivo dos professores, para que cada vez mais novos trabalhos sejam realizados, ainda que apenas como treinamento de futuros profissionais". (Joyce Russi, Afonso Cozzolino e Carlos Augusto de A. Dutra)

A difícil trajetória do Museu de Ciências

O projeto do Museu de História Natural da Universidade de Brasília avança motivado apenas pela obstinação e perseverança de alguns professores da área. Na expectativa de uma nova e democrática reitoria, algumas iniciativas já estão sendo tomadas. Tentam-se, no momento, verbas advindas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o PADCT, programa que envolve o CNPq, FINEP, CAPES e STI.

Enquanto se procuram recursos para dar andamento ao processo, o professor Roberto Cavalcante, Subchefe do Departamento de Biologia Animal, organiza, provisoriamente o Museuinho, com amostras coletadas de professores e alunos interessados no projeto. O setor de pesquisa está funcionando precariamente mas a parte de exposição didática ainda está longe de ser ativada.

Estima o professor Cavalcanti que o ideal seria a construção de um prédio apropriado ao Museu. Isto porque, para se conservarem as espécies, são imprescindíveis salas especiais para o controle de temperatura e umidade além de atender devidamente a visita do público.

Da parte da Reitoria vigente, está sendo tentada verbas para a compra de um aparelho neofilisador destinado a secar as espécies, evitando, assim, que elas se decomponham. Segundo o professor Cavalcanti, "é o mínimo que a atual Reitoria poderia fazer pelo projeto. Por cinco milhões de cruzeiros seria viável a aquisição deste aparelho".

No meio científico muito se lamenta o fato de não existir um museu específico para a área dos Cerrados. Os idealizadores do projeto esperam não só a colaboração da administração central e dos demais departamentos da UnB mas também a de toda a comunidade, pois um Museu não é somente um abrigo de cientistas mas antes de tudo tem a obrigação de levar ao público o conhecimento de sua própria região. (Ivan Brscan)

Nicolau El-Moor



Prof. Roberto Cavalcanti